

Ricardo António de Sá Ferreira

2º Ciclo de Estudos em Sociologia

RSI, tolerância zero: a construção mediática do estigma

2012

Orientador: Professor Doutor Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues
Coordenador: Professor Doutor Carlos Manuel da Silva Gonçalves

Classificação:
Ciclo de estudos:
Dissertação/relatório/ Projeto/IPP:

Versão definitiva

Resumo:

Desde há uns anos para cá, temos testemunhado o ascender de um pânico moral em torno do RSI. Articulam-se hábeis discursos políticos, corre a tinta nos jornais e multiplicam-se as conceções em torno do RSI e dos seus beneficiários, caracterizando-os como «laxistas» e «fraudulentos». Os discursos sobre o RSI têm tido um efeito estigmatizante, legitimando o avanço de reformas de cariz ideológico, em torno da medida, baseadas nas políticas de ativação, domesticação e moralização. É em torno destes discursos que incidimos o nosso objeto de análise, procurando desconstruí-los, demonstrando o processo social da sua construção e as suas implicações em termos de dominação simbólica. Assim, vinculados ao modelo de análise de Stanley Cohen e apoiados nos contributos teóricos de Bourdieu, Champagne, Wacquant, e Gramsci, ensaiamos, uma primeira incursão em torno da construção mediática do RSI, pretendendo demonstrar que a este nível, a gestão do medo e da tolerância zero tornaram-se questões da maior importância porque se assumem como questões de poder e legitimação simbólica, fulcrais para uma crescente transformação do Estado-Providência em Estado-Penitência. Procedemos a uma abordagem teórico-empírica do corpo de notícias dos principais jornais portugueses – Correio da Manhã, Jornal de Notícias e Público - entre 2007 e 2011 inclusive, acreditando no caráter seminal e prospetivo desta investigação necessariamente inacabada.

A análise e desconstrução das representações mediáticas do RSI foi feita através do recurso à análise categorial temática e à análise do discurso, almejando demonstrar que a estruturação destas representações se tornou num senso comum, partilhado e vocalizado pelos cidadãos, nas paragens de autocarro, nos cafés e nas mais diversas vivências e espaços sociais. Concomitantemente, o bombardeamento simbólico, ideológico e estigmatizante dos beneficiários do RSI tem legitimado alterações na conceção das políticas sociais, inscrevendo, de forma silenciosa, uma alteração no papel do Estado-Providência, que, no meio da tempestade da economia global, converteu o debate da crise financeira, num debate centrado numa crise de valores, erguendo uma nova *doxa* punitiva, tornando as vítimas nos culpados da crise.

Palavras-Chave: RSI, Estado Providência, Estado Penal, construção societal, média, estigma.

Abstract:

In the past few years we have witnessed the rise of a moral panic that is engaged with the «RSI». With the elaboration of articulate political discourses, the proliferation of articles and with the multiplication of conceptions, the «RSI» and its beneficiaries have been portrayed as «lax» and «fraudulent». The discourses about the «RSI» and its beneficiaries have had a stigmatizing effect, which legitimizes its ideological reform, based on the concepts of *activation*, domestication and moralization. It is around these discourses that we centre of the object of our analysis, aiming at its deconstruction, while demonstrating the social process of construction and its implications in symbolic domination. Henceforth, linked to the mode of analysis elaborated by Stanley Cohen, while supporting on the theoretical contributions of Bourdieu, Champagne, Wacquant and Gramsci, we will seek to elaborate a first incursion in turn of the mediatic construction of the «RSI», in order to demonstrate that at this level, the management of fear and of a zero tolerance policy, has become a structural issue as it assumes the predispositions of power and symbolic legitimacy, which are key in the transformation of a welfare state into a penal state. We preceded in a theoretical and empirical approach of the mains Portuguese newspapers – *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias* and *Público* – between 2007 and 2011, inclusively, of our continuous and unfinished investigation.

The analysis and deconstruction of mediatic representations of RSI was done through the use of categorical analysis and thematic discourse analysis, aiming to demonstrate that the structure of these representations become common sense, shared and voiced by citizens. Concomitantly, the symbolic, ideological and stigmatizing bombing of the «RSI» beneficiaries has legitimated alterations in the conception of social policies, inscribing in a silent manner, a change in the design and role of the welfare state, which, in the storm of the global economy, converted the discussion of the financial crisis, a debate centred on a crisis of values, raising a new punitive *doxa*, making the victims of the crisis, into culprits.

Key Words: RSI, Welfare State, Penal State, social construction, media, stigma.

Resumé:

Depuis quelques années, nous avons assisté à l'émergence d'une panique morale autour de la revenu d'insertion sociale (RSI). Ici, s'articulent les habiles discours politiques, le manque d'encre dans les journaux et se multiplient autour des conceptions de la RSI et de ses bénéficiaires, en les qualifiant de «laxistes» et «frauduleux». Les discours sur le RSI ont eu un effet stigmatisant, légitimant l'avancement des réformes idéologiques dans la nature, autour de la mesure fondée sur les politiques d'activation, la domestication et la moralisation. C'est autour de ces discours que nous concentrons notre analyse, en regardant les déconstruire, démontrant ainsi son processus de construction sociale et ses implications en termes de domination symbolique. Ainsi, liées à l'analyse du modèle de Stanley Cohen et pris en charge dans les apports théoriques de Bourdieu, Champagne, Wacquant, et Gramsci, nous procurons demander une première incursion dans le milieu environnant de la construction du RSI, avec l'intention de montrer qu'à ce niveau, la gestion de la peur et de tolérance zéro, sont devenus des enjeux majeurs car ils supposent que les questions de pouvoir et de légitimité symbolique touche à une transformation croissante de l'Etat-providence dans la État pénitence. Nous avons mené un corps théorique et empirique de presse des principaux journaux portugais - Correio da Manhã, Jornal de Notícias et Público - entre 2007 et 2011 inclusivement, croyant dans le caractère prospective, fondateur et inachevée de notre recherche. L'analyse et la déconstruction des représentations médiatiques de RSI a été fait grâce à l'utilisation de l'analyse catégorielle et l'analyse du discours thématique, visant à démontrer que la structure de ces représentations est devenu un sens commun, partagé et exprimé par les citoyens, aux arrêts de bus, les cafés et dans toutes les expériences et les espaces communs. Concomitamment, les attentats symboliques, idéologiques et stigmatisante de les bénéficiaires du RSI ont légitimé les changements dans la conception et le rôle de l'État-providence, qui, dans la tourmente de l'économie mondiale, le débat porte à la crise financière, un débat centré sur une crise valeurs, ce qui soulève une nouvelle doxa punitive, faisant de nous des victimes blâmé la crise.

Mots-clés: RSI, État-providence, État penal, construction sociétale, media, la stigmatisation.

Odeio os indiferentes. Viver significa tomar partido. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. A indiferença e a apatia são parasitismos, perversão, e não vida. É por isso que odeio os indiferentes.

António Gramsci, *Odio gli indifferenti*, 2011

Aos que ousam tomar os céus de assalto.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Eduardo Vítor Rodrigues, por me ter apresentado e demonstrado a importância do tema da dissertação – o RSI. Sem a sua orientação, precisa e inteligente, em alturas de aflição intelectual esta tese nunca teria a finalidade que teve. Pela sua paciência, nas horas passadas no seu gabinete a explorar e a teorizar a multitude de impactos, tanto estruturais como pessoais, que o RSI tem na vida dos beneficiários e na sociedade. Tenho a certeza que continuaremos a batalhar, no mesmo lado da barricada, por mais justiça social.

Ao Professor Doutor Carlos Gonçalves, pela confiança depositada em mim, nunca deixando que o fato de eu vir de uma área que não a sociologia descurasse a minha aprendizagem sociológica. Pela paciência e por me desafiar a terminar a tese este ano. Aqui está.

Ao Zé, amigo, companheiro e camarada, pelos momentos, sorrisos, gargalhadas e conversas que partilhamos, fazendo com que as nossas convicções se cruzassem nas ruas e no pensamento, nunca deixando com que estivéssemos um para o outro nos momentos de maior dificuldade. Pela inspiração humana e intelectual e por me mostrar que a sociologia é um verdadeiro desporto de combate. Já partilhamos pensamentos, livros e copos. Só falta a casa.

Ao Nuno, irmão-de-armas, pela sua serenidade, calma e brandura insular que colocaram a objetividade em momentos e discussões quentes. Por todos os momentos que partilhamos - e continuaremos a partilhar – bons e menos bons, preenchendo a vida (e as ruas) de alegria, combatividade e solidariedade. Agora sim, o rei é meu.

À Dalila, pelas tardes à beira mar, entre caipirinhas e cafés, partilhando o seu sorriso ternurento e os seus olhos apaziguantes e, sobretudo, pela confirmação de que tudo iria correr bem. Tiveste razão.

Ao João Carlos, pela companhia, compaixão, solidariedade e amor, estando sempre presente nos momentos mais aflitivos e de maior dúvida pessoal e política. Ensinaste-me a nunca desistir de nada e que a única certeza que temos é a luta de classes.

Ao Mineiro, por conseguir conjugar a sua paixão com objetividade e por proporcionar a melhor rima de sempre. Muitas mais tardes nos esperam na Mouraria.

À Leonor, pelo seu sorriso, a sua paixão e a sua combatividade. Por conseguir esse frágil balanço entre tenacidade e ternura. Afinal de contas tens razão, os gatos são poemas.

Ao Zé Mi, pela sua capacidade analítica incomparável e pelos seus bolsos sem fundo que são uma coletânea de recibos, de intervenções políticas e de lembretes de todas as coisas que ficamos por fazer. Obrigado pelas gargalhadas, momentos de descompressão e músicas partilhadas. Vamos continuar a partilhar lutas, e dj sets.

Ao meu Pai, fonte inesgotável de otimismo e de insistência nas minhas capacidades de conseguir sempre ir mais além. Obrigado por tudo.

À minha irmã, Carina, pela confiança e esperança depositada nas minhas capacidades, auxiliando-me tantas vezes, talvez demasiadas, nas situações aflitivas, por me ter criado e ensinado tudo aquilo que sou. Estamos uns para os outros.

À Rosa, mãe e mulher de armas que me incutiu todos os valores de partilha, solidariedade, justiça e carinho. Sabes bem que sem ti, não seria aquilo que sou hoje.

Aos meus sobrinhos, Catarina e Miguel, por me terem proporcionado momentos de descompressão durante a tese ao entrarem pelo escritório a dentro, semeando desenhos coloridos no meio de tantos papéis cinzentos. Devo-vos uma caixa de chocolates.

À Maria, que sem a sua paciência, generosidade, companheirismo e solidariedade imensa, esta tese nunca teria sido possível. Estarei sempre aqui para ajudar, no que der e vier.

À Carolina, por me ter feito tropeçar, dando-me sumo na vida. Fica a eterna promessa de darmos a volta ao mundo.

Porto, 28 de setembro de 2012

ÍNDICE

Agradecimentos	5
Introdução	9
Capítulo I. Estado, sociedade e políticas sociais	13
1. As genealogias do Estado-Providência	13
2. As transformações no Estado-Providência e os impactos nas políticas sociais	17
3. Modelos de Estado-Providência	20
4. A singularidade do RMG: surgimento e aplicação	24
5. Do Rendimento Mínimo Garantido ao Rendimento Social de Inserção: percursos e mudanças	27
6. Crise, austeridade, neoliberalismo e RSI	28
Capítulo II. Média, poder, senso comum e representações sociais	35
1. Abertura	35
2. Armadilhas do senso comum e obstáculos epistemológicos	36
3. Senso comum, ideologia e média	40
4. Senso comum, ideologias, hegemonia e capitalismo avançado	43
5. Os média e a amplificação do senso comum: a estruturação do campo hegemónico	45
6. A construção mediática dos desvios e o interacionismo simbólico	52
7. Média, dominação e pânico morais	56
Capítulo III. Estratégia metodológica: modelo de análise, técnicas e corpus de análise	61
1. Posicionamentos	61
2. As possibilidades da análise de conteúdo	62
3. A heurística da análise do discurso	64
4. Uma opção intensiva e qualitativa	66
5. Em busca de sentidos: o desenho de um modelo de análise	71
Capítulo IV. O <i>blitzkrieg</i> das palavras	77
4.1. 2007: O prelúdio da etiquetagem	79
4.2. 2008: <i>A criação do pânico e a intensificação da etiquetagem</i>	85
4.3. 2009: RSI, <i>Tolerância zero</i>	89
4.4. 2010: recrudescimento e crítica individualista	95
4.5. 2011: Subalternização e consolidação da ortodoxia neoliberal	102
Conclusão: <i>Punir os Pobres</i>	107
Referências Bibliográficas	112

Anexos	122
Anexo 1. Interlocutores e incidências por jornal	123
Anexo 2. Constituição do <i>corpus</i> de análise	129

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 3.1: <i>Corpus</i> de análise	68
Tabela 3.2: Distribuição das notícias por ano de publicação	69
Tabela 3.3: Procedimento e definição amostral	69
Tabela 3.4: Definição amostral por cotas	69
Figura 4.1. Número de incidências da palavra RSI	78
Figura 4.2: Número de incidências da palavra «pobreza»	78
Quadro 4.1: Interlocutores do RSI nos média	79

Introdução

«O Medo foi afinal o mestre que mais me fez desaprender. Quando deixei a minha casa-natal, uma invisível mão roubava-me a coragem de viver e a audácia de ser eu mesmo. No horizonte vislumbravam-se mais muros do que estradas. Nessa altura algo me sugeria o seguinte: que há neste mundo mais medo de coisas más do que coisas más propriamente ditas.»
Mia Couto, *Morar o Medo*, 2011.

Desde há uns anos para cá, temos testemunhado o ascender de um pânico moral em torno do RSI. Assim, o RSI enche hábeis discursos políticos, faz correr tinta nos jornais e multiplica conversas de café. Esta retórica envolve o RSI e os seus beneficiários, caracterizando-os como «laxistas», «fraudulentos» e «malandros». O debate e a caracterização negativa dos beneficiários do RSI tomou proporções desmesuradas, ganhou força e obteve a capacidade de colonizar as mentes dos cidadãos com falsas representações, criando um clima de *tolerância zero*. A construção e proliferação destas representações reproduzidas por atores sociais e que foram amplificadas pela imprensa, edificaram um imaginário sobre os beneficiários do RSI que se transformou numa matéria empírica e socialmente indefensável.

A estruturação destas representações tornou-se senso comum, sendo partilhado e vocalizado pelos cidadãos, nas paragens de autocarro, nos cafés e nas mais diversas vivências e espaços sociais. Concomitantemente, o bombardeamento simbólico, ideológico e estigmatizante dos beneficiários do RSI tem legitimado alterações na estrutura estatal das políticas sociais, inscrevendo, de forma silenciosa uma alteração na conceção e no papel do Estado-Providência, que, no meio da tempestade da economia global, converteu o debate da crise financeira, num debate centrado numa crise de valores, erguendo uma nova *doxa* punitiva, tornando as vítimas nos culpados da crise.

É sobre as representações em torno do RSI e dos seus beneficiários na imprensa escrita portuguesa – Jornal de Notícias, Correio da Manhã e Público – entre 2007 e 2011 inclusive, que se constituiu, estruturou e desenvolveu esta dissertação. É com o intuito de traçar a variedade de representações e de registos em torno do RSI - e da sua capacidade de redefinir as coordenadas do Estado-Providência – que esta investigação procura a sua pertinência. O RSI está na ordem do dia, tem sido mediatizado e altamente politizado e atinge todos os quadrantes da sociedade. A construção mediática em torno do RSI tem sido inscrita no sofrimento dos beneficiários, imputando-lhes as causas estruturantes da sociedade, concretizando as representações sociais numa espécie de profecia que se autocumpre (Bourdieu, 1994, 1989). Um dos objetivos fundamentais deste trabalho sociológico passa por

isso por tornar o invisível, visível, fornecendo argumentos e armas para desconstruir esse edifício mediático.

Toda a construção discursiva mediática em torno do RSI radica na ideia da dependência dos assistidos, na sua estigmatização, mostrando que «não há vontade nem oportunidade para a participação na vida política, gerando-se um sentimento de marginalidade em relação à atividade democrática. Nem sempre se tem sequer conhecimento dos serviços públicos capazes de lhes resolver alguns dos problemas» (Fernandes, 1991:41). Para recorrer às palavras de Teixeira Fernandes, a construção mediática do RSI implica a consideração do beneficiário como «um ser-outro, marcado por um sentimento de exclusão do tipo de sociedade dominante, de fatalismo e de injustiça social, alguém que faz a experiência da indiferença ou do desprezo dos outros. Esta exclusão implica um dado objetivo – o estar posto de lado – e uma dimensão subjetiva – o sentir-se excluído pelos outros» (Fernandes, 1991:40).

Podemos dizer, ainda na esteira de Fernandes, que «a conversão da pobreza em questão política possibilita o desencadear dos mecanismos conducentes à sua eliminação. (...) A procura de igualdade não se poderia obter pelo nascimento e a origem social, mas através da cidadania» (Fernandes, 1991:31). Daí decorre a importância da criação de espaços de autonomia e participação, assim como formas de organização dos próprios pobres uma vez que «o assistencialismo poderá minorar as desigualdades, mas jamais destrói as bases da reprodução da pobreza» (Fernandes, 1991:64). Os mecanismos de saída da situação de pobreza residem na capacidade de auto-organização, associando a liberdade e a responsabilidade dos «negativamente privilegiados» em ordem ao rompimento do círculo vicioso e à construção da sua própria existência.

No Capítulo I, enveredamos por uma incursão na constituição histórica do Estado-Providência no plano Europeu, analisando a sua génese e o seu propósito inicial, identificando a sua metamorfose ao longo da história. Neste mesmo capítulo delineamos as fisionomias dos diferentes modelos de políticas sociais, enquadrando o Estado-Providência português no contexto europeu. No âmbito do desenvolvimento das políticas sociais em Portugal, mapeamos a génese constituinte do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e todas as modificações filosóficas e legislativas que advêm da conversão do RMG em Rendimento Social de Inserção (RSI), explanando a alteração de mecanismos de *welfare* para *workfare*.

No Capítulo II, abordamos o papel estruturante dos média na criação de pânico morais, que servem de correias de transmissão e de amplificação dos *empresários morais*, que arquitetam novas regras, normas e valores – sendo constituídas por coordenadas ideológicas – que dependendo da sua virulência nos média, se constituem como parte integrante da opinião

pública. A fabricação de representações dos beneficiários do RSI pelos média, através da criação de quadros e referências mentais – que se apresentam como resultantes de supostas evidências empíricas – converte-se num senso comum, que é estruturante para a hegemonia da ideologia dominante.

No Capítulo III, trilhamos os principais eixos da metodologia adotando por uma estratégia bifurcada de análise de discurso e de conteúdos, de forma a delinear uma matriz eficaz para mapear a genealogia das representações em torno do RSI. Conjugamos a estratégia metodológica com a constituição de um *corpus* de análise inicial de 918 notícias, que refinamos para 218 artigos através de uma amostragem por cotas, fornecendo assim um manancial empírico para desenvolver o trabalho.

Por último, no Capítulo IV, expomos o tratamento do *corpus* de análise e os subsequentes resultados da construção das representações em torno do RSI na imprensa escrita portuguesa. Este capítulo fundirá a teoria desenvolvida sobre a construção de representações sociais e os seus impactos com a análise de conteúdo e de discurso.

O RSI constitui-se como um domínio em que os beneficiários são escrutinados, supervisionados e, em última instância, transformados. Contudo, não é o corpo que é objeto de repressão penal, mas sim a mente, de forma a que seja o ator, e não o ato, o objeto do sancionamento e da atenção criminalizadora. Num horizonte onde se vislumbram mais muros que estradas em torno do RSI, o propósito deste trabalho é contribuir para derrubá-los.

Capítulo I

Estado, sociedade e políticas sociais

«O Estado-Providência é o resultado de um compromisso, ou um certo pacto teorizado por Keynes, entre o Estado, o capital e o trabalho, nos termos do qual os capitalistas renunciam a parte da sua autonomia e dos seus lucros e os trabalhadores a parte das suas reivindicações. Esta dupla renúncia é gerida pelo Estado. O Estado transforma o excedente libertado, ou seja, os recursos financeiros que lhe advêm da tributação do capital privados e dos rendimentos salariais, em capital social.»

Boaventura Sousa Santos, *O Estado e a Sociedade em Portugal*, 1990

1. As genealogias do Estado-Providência

Os marcos históricos das concepções integradas da intervenção do Estado na proteção são diversos e variam de continente para continente e de país para país. Os primeiros contornos dos Estado-Providência foram esboçados no século XIX, quando o Estado inicia uma assunção de responsabilidade na proteção social das suas populações, que assim constitui uma pedra basilar na própria formação do Estado moderno (Ferreira, 2000:17). Os primeiros passos são dados na Alemanha de Bismarck, em 1881, com a criação do seguro social obrigatório que depressa contagiou os restantes países europeus. A génese do seguro social obrigatório enquadra-se numa época de profunda convulsão social e política, com a força das ideias da Revolução Francesa (1789) e dos ideais republicanos.

A criação do seguro social obrigatório inscreve-se num contexto político da unificação da Alemanha (1871) e da luta dos conservadores contra os socialistas, em que Bismarck queria apaziguar a influência crescente dos socialistas junto das classes trabalhadoras, integrando alguma das suas reivindicações. Na criação do seguro social, Bismarck não invocava a influência dos socialistas, ou das reivindicações operárias, mas sim, as exigências da moral cristã para com os trabalhadores (Leal, 1998:86-87). O seguro social obrigatório surgiu como um mecanismo de dependência e de contrapartida, já que a sua aderência era obrigatória. Contudo, uma grande parte da classe operária não auferia de rendimentos suficientes para pagar o seguro social ficando à margem da proteção (Rodrigues, 2010:64).

Só no final da primeira metade do século XX é que o princípio de proteção social passou a ter um carácter universal. Em 1942, na Grã-Bretanha, é elaborado o «Relatório Beveridge» chamando a atenção para três grupos vulneráveis que não eram englobados pela proteção social: «os trabalhadores que auferiam baixos salários, os trabalhadores que viviam na instabilidade laboral e as famílias numerosas» (Rodrigues, 2010:65). Beveridge propunha a criação de um seguro de cariz nacional, que fosse assente nos princípios da universalidade e

da uniformidade, que criasse um serviço público organizado pelo Estado. Ao contrário do regime de proteção social bismarkiano, que dependia do fator do trabalho, o modelo de Beveridge não tratava apenas de proteger parte da população contra a ocorrência de certas eventualidades, mas de garantir a todos os cidadãos um rendimento para a subsistência da sua família (Cabral In Rodrigues, 2010). O objetivo era eliminar a pobreza e, simultaneamente, garantir prestações sociais de substituição de rendimentos profissionais, ao contrário do modelo alemão, o valor da prestação seria independente da condição profissional. Este sistema social propunha-se efetuar uma redistribuição horizontal e vertical, assumindo-se como «(...) um plano para redistribuir dinheiro entre tempos em que existem rendimentos e tempos em que não existem, entre ricos e pobres. Tirava dinheiro às pessoas quando tinham dinheiro, na forma de contribuições de seguro social e impostos de modo a devolvê-lo quando não pudessem ganhar dinheiro suficiente para comprar as coisas necessárias (...)» (Beveridge, 1948:319).

Depois desta «primeira pedra», assistimos, segundo Pierson (1991), a um período de consolidação e alargamento do Estado-Providência, que começa no rescaldo da Segunda Guerra – na designada «era dourada» dos anos 50 e 60 - coincidindo com um rápido crescimento e uma expansão sem precedentes de proteção social que visavam o pleno emprego e o crescimento económico (Midgley, 1997:137). É neste contexto que são desenvolvidos os conceitos de Estado-Providência e de segurança social, consolidando a ideia do Estado como ator que garante o acesso de todos os cidadãos à proteção social – como direito irrevogável – e da sua intervenção na economia com intuito regulador de maneira a garantir bem-estar social. Expandem-se as atividades do Estado nas áreas sócio-assistenciais dos sistemas de proteção social, que intervêm diretamente na construção, organização e prestação de equipamentos e serviços sociais públicos, ou indiretamente, através do financiamento das organizações de terceiro setor com atividades nestas áreas.

Este período é fortalecido pelo consenso social-democrata, articulando o pleno emprego e o crescimento económico autossustentado, em que o Estado-Nação tem um papel estruturante. Latente ao pacto social-democrata, subjaz um acordo político entre classes: um compromisso entre o capital e o trabalho, compatibilizando uma política keynesiana de pleno emprego e crescimento económico, num mercado internacional capitalista. Ao Estado competia o papel de coordenação entre os sindicatos e os patrões, de forma a assegurar e financiar um Estado-Providência que protegesse os cidadãos, nomeadamente a classe trabalhadora, das oscilações e disfunções da economia de mercado (Pierson, 1991: 29). Na Europa o papel do Estado-Providência é predominante e em 1961 é elaborada a Carta Social

Europeia e em 1964 o Código Europeu de Segurança Social, visando a convergência e harmonização dos sistemas europeus de proteção (Neves, 1996:181). Inaugura-se, assim, um ciclo de novas políticas de proteção social, escoradas pelas ideias económicas keynesianas, que asseguravam a existência de um Estado-Providência através do protecionismo económico: «Na próxima geração não existe esperança de uma uniformidade de sistema económicos no mundo (...) todos precisamos de ser tão livres quando possível das influências de mudanças económicas em outros lugares para que possamos fazer as nossas experiências favoritas em direção à república social ideal do futuro» (Keynes, 1982 *in* Goodin, 1998:10-11).

O terceiro período, iniciado nos meados da década de 1970, dura até ao início dos anos de 1980, e assiste à crise dos Estado-Providência: trata-se do o *choque neoliberal* (Mishra, 1995). Com o entrosamento das economias a nível internacional, a troca desigual de comércio, o aumento da competição e o aumento da inflação, dá-se um abrandamento das taxas de crescimento económico, que, por sua vez, representa num aumento gradual das taxas de desemprego e das despesas sociais. Em 1971 dá-se a suspensão da convertibilidade do dólar em ouro – o padrão ouro - pondo termo à era das taxas de câmbio fixas do sistema *Bretton Woods* e à arquitetura económica internacional. Em 1973 dá-se o primeiro choque petrolífero que despoleta o galopar dos preços energéticos atirando as economias para a recessão, inaugurando um período de estagnação do crescimento económico a par de um crescimento da inflação – estagflação. O colapso do sistema *Bretton Woods*, o crescimento do desemprego e da inflação refletiu-se nas políticas sociais. Instala-se uma espiral depressiva, verifica-se um aumento do desemprego e da pobreza colocando mais pressão nos governos para aumentarem os gastos com a proteção social e socorrer os cidadãos. Simultaneamente, os Estados restringem os mecanismos de auxílio social, aplicando uma «disciplina financeira» nas contas públicas cujo objetivo era fazer baixar o nível de despesa nomeadamente social.

Na mudança para o neoliberalismo económico dão-se com as mudanças que afetaram de forma desigual os grupos sociais: «os benefícios e as vantagens daqueles que estão melhor foram largamente mantidos e mesmo melhorados. A maior parte do apertar o cinto foi feita por aqueles que estão no fundo da hierarquia social» (Bryson, 1992:229). Esta reestruturação da economia internacional tem aspetos determinantes; o surgimento de novas tecnologias que alteram a produção para um paradigma baseado no conhecimento e no capital intensivo; a transição de um modelo de crescimento fordista baseado na produção em massa para uma produção flexível, especializado e diferenciado, reorienta, o papel do Estado ao subordinar as políticas de bem-estar social às exigências da flexibilidade do mercado (Jessop, 1993:14).

Após a crise surge a tentativa de desmantelamento do Estado-Providência induzido pela hegemonia do neoliberalismo. No período pós-crise, dá-se um choque ideológico em que se inaugura um período de questionamento profundo das premissas fundamentais do keynesianismo e da necessidade e eficácias da intervenção Estatal, seja na regulação do campo económico, seja na sua intervenção na sociedade. As críticas da direita neoliberal ao Estado-Providência na economia baseavam-se nas ideias seguintes: é antieconómico, porque mina a disciplina de mercado, os incentivos ao investimento e ao trabalho; é antiprodutivo porque retira recursos – capital e trabalho – do setor privado da economia para um setor marcado pela burocracia; é ineficiente ao patrocinar setores específicos, fomentando um sistema que favorece os produtores em detrimento dos consumidores (Pierson, 1991:48). Ou seja, nas origens do neoliberalismo está a convicção de que prosperidade de cada cidadão depende de si, aqueles que a não alcançam não merecem qualquer tipo de ajuda ou solidariedade, porque o demérito é pessoal (Rodrigues, 2010:76).

Com a vitória da Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e a entrada de Ronald Reagan na Casa Branca, o pensamento neoliberal torna-se hegemónico, e ocupa o poder de Estado, a conceção do Estado-Providência keynesiano é «relativizado como paradigma da sociedade capitalista avançada» (Mishra, 1995:91). De acordo com esta orientação política, o Estado-Providência visava permitir a acumulação lucrativa do capital e, simultaneamente, manter o apoio das classes, criando condições para a reprodução do trabalho. Esta função de legitimação era financiada por rendimentos que provinham do próprio processo de acumulação capitalista, mas estes crescentes custos de legitimação e de financiamento do Estado-Providência minavam o processo de acumulação lucrativa (Pierson, 1991:148).

Com a descredibilização das políticas keynesianas, avançam as políticas monetaristas de controlo da inflação, dando origem a uma retração da intervenção estatal, dá-se a liberalização financeira das economias, inicia-se um ataque aos sindicatos, desvaloriza-se o seu papel negocial e cortam-se as prestações sociais. O neoliberalismo torna-se no paradigma hegemónico e as suas orientações determinam a ação das agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) (Midgley, 1997:140) cuja ideologia económica, vai de mão dada com os valores conservadores da centralidade da família, da religião e da autoridade. Para o sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos, a desestruturação do consenso social-democrata abre o caminho para a edificação do consenso de Washington - um consenso de raiz neoliberal - que diz respeito à «organização da economia global, incluindo a produção, os mercados de produtos e serviços, os mercados financeiros» e cujo cardápio político «assenta na liberalização dos mercados,

desregulamentação, privatização, minimalismo estatal, controlo da inflação, primazia das exportações, cortes nas despesas sociais, redução do défice público, concentração do poder mercantil nas grandes empresas multinacionais e do poder financeiro nos grandes bancos transnacionais» (Santos, 2000: 2-3; Dezalay & Garth, 1998).

Nos anos de 1990 permanecem as premissas restritivas das políticas sociais e do controlo dos orçamentos incentivadas pela recessão económica, assistindo-se à implantação do Estado-Providência da *terceira via*. No contexto da Europa, a assinatura do Tratado da União Europeia estabelece os critérios para a convergência para a União Económica e Monetária em que, durante a primeira metade da década, a prática nos cortes na despesa da segurança social é generalizada. Na Europa, os governos confrontam-se com níveis de desemprego estrutural elevados, nunca conseguindo cumprir as promessas do pleno emprego. A proteção social que tinha o objetivo de proteger os cidadãos numa situação temporária de desemprego esmorece, já que o desemprego torna-se intemporal e o Estado não consegue sustentar a despesa.

Com a queda do Muro de Berlim em 1989 e o colapso da União Soviética, o comunismo deixa de ser perspectivado como uma ameaça ou uma alternativa e surge novamente uma via intermédia entre o Estado-Providência e o neoliberalismo (Giddens, 1999). Nos anos 90 dá-se uma viragem política à esquerda com a vitória do Wim Kok na Holanda, Lionel Jospin na França, Romano Prodi na Itália e de Tony Blair na Grã-Bretanha, assinalando um abrandamento da retração do Estado-Providência (Giddens, 1999: 135). Estes governos terão, contudo, orientações contraditórias, marcadas pelo que ficou conhecido como Terceira Via. David Osborne e Ted Gaebler definem as políticas deste período como tendo feito emergir um «Estado-empresário», cujas funções se cingem à eficiência, eficácia, competitividade e em oferecer serviços aos consumidores, comportando-se como uma organização do setor privado (Osborne e Gaebler, 1992: 253).

2. As transformações no Estado-Providência e os impactos nas políticas sociais

Jessop (1993) categoriza várias estratégias de «workfare state» schumpeteriano, as quais podem ser o neoliberalismo, o neocorporativismo e o neoestatismo. O *neoliberalismo* caracteriza-se por políticas de privatização de setores chave, liberalização, imposição de critérios economicistas no setor público, a desregulação do setor privado e a criação de um quadro legal assente nas soluções de mercado. O *neocorporativismo* procura equilibrar a

competição com a cooperação, valorizando a importância dos interesses económicos privados e os acordos coletivos para garantir uma estabilidade económica assente na regulação. Esta organização de carácter corporativo privilegia os setores de ponta, a flexibilização do trabalho e os trabalhadores qualificados. Por outro lado, o *neoestatismo* conjuga uma conformidade com o mercado, em que o Estado promove a reorganização económica, intervindo e direcionando o desenvolvimento das forças do mercado. Neste modelo, o Estado define os objetivos estratégicos da economia e relativamente às novas tecnologias, aos sistemas de inovação e às infraestruturas, favorecendo uma política de mercado que é assente na requalificação profissional e na flexibilidade de competências, rejeitando o paradigma da flexibilidade dos custos de mão de obra.

Estas diferentes repostas são variantes da forma como as políticas dos Estados-Providência são concebidas. Para Jessop (1993), esta reconceptualização ocorre a nível das políticas de proteção social dos grupos mais vulneráveis e dos desempregados. Ao nível dos esquemas do seguro social – em que inclui as pensões – as incursões privatizadoras deparam-se com resistências de um amplo leque de atores sociais e das próprias configurações institucionais, pondo de parte a profundidade pretendida na maioria dos países (Pierson, 1994). Uma alteração que surgiu como a nova ortodoxia do neoliberalismo é o «workfare», conceito segundo o qual é o dever do Estado colocar em empregos ou obrigar a trabalhar os beneficiários das prestações sociais. Esta lógica conduz a um aprofundamento de um «Estado penal», que pretende obrigar a aceitar empregos os que estão desempregados (Wacquant: 2003). A substituição do *welfare* pelo *workfare* exprime-se em reformas nos programas sociais que iniciaram com a ascensão do neoliberalismo, implementadas em praticamente todos os países europeus nos anos 90 e subsistem até à atualidade (Standing, 1999: 316). Assim, o acesso a uma prestação social – seja de assistência social ou de proteção no desemprego – passa a estar condicionado pela imposição de um trabalho (seja ele no mercado formal, na prestação de serviços comunitários, temporário ou subsidiado pelo Estado) ou uma formação profissional. O «workfare» visa reduzir as despesas sociais forçando as pessoas para o mercado de trabalho. Na Europa este tipo de medidas assumir o nome de «ativação», em que a integração social e a libertação das amarras da pobreza se faz através de uma rápida integração no mercado de trabalho (Gough, 2000).

Uma questão que é central na elaboração destes programas, partilhada tanto pela direita política como pela esquerda que esteve no poder, é a reciprocidade. O conceito de reciprocidade assenta na ideia de que não existem direitos sociais sem deveres, o que significa que o acesso a uma prestação social acarreta um conjunto de obrigações que o Estado exige

ao beneficiário. Esta perspetiva representa um marco: concebe-se os direitos e as obrigações em termos individuais, sustentando uma retração em termos de direitos porque a obrigação que é imposta não oferece possibilidade de recusa (Goodin, 1998). Para Standing (1999), o problema das obrigações é que não estão igualmente distribuídas, já que o direito à cidadania tem que ter um carácter universal e igualitário, em que a imposição de deveres associados a determinadas prestações sociais – sejam elas contributivas ou pecuniárias – àqueles cidadãos que não podem escolher não os aceitar, senão ficam sem esta, torna-as não direitos. Da mesma maneira a imposição de trabalho, quando não acompanhada por medidas de garantia de emprego, não permite uma igualdade de oportunidades, já que não existe emprego para toda a gente (Standing, 1999: 318).

Uma outra transformação do Estado pós-fordista neoliberal é a subcontratação do fornecimento de serviços sociais e a introdução de competição destes serviços. Numa lógica de aliviar as despesas em torno das prestações sociais, o Estado atribui maior responsabilidade ao terceiro setor (IPSS, Misericórdias entre outros) na gestão e acompanhamentos dos serviços sociais, em que se confina o papel do Estado à recolha e tratamento de informação e que este possui cada vez menos funções diretamente relacionadas com os cuidados sociais. Assim, o Estado passa a ter uma relação mercantil com os fornecedores em que a provisão estatal de serviços sociais é racionalizada e uma parte substancial dos serviços passa a ser incorporada pelos setores lucrativos e não-lucrativos. O efeito despoletado é a fragmentação e a subsequente transferência das funções de bem-estar social para a comunidade e organizações voluntárias (O'Brien e Penna, 1998:157). Para Smith e Lipsky (1993:12) a própria obrigação política entre o Estado e os cidadãos é afetada, na medida em que se verifica uma transferência de responsabilidades para um ator cujas decisões são objeto de sancionamento democrático para atores que não são sujeitos ao mesmo tipo de regras e de monitorização. As políticas públicas passam a estar dependentes da qualidade e da execução de organizações privadas. Em suma, o pluralismo de bem-estar não é aquele que foi inicialmente arquitetado. Não se verificou uma privatização total dos serviços do Estado, uma vez que se manteve o financiamento e a regulação, mas no atual paradigma económico – e com a abalo da crise financeira – o Estado não consegue, por si só, cobrir todos os riscos sociais, encontrando mecanismos que complementem a sua intervenção, com o desenvolvimento de parcerias com instituições privadas, dando origem ao designado *welfare mix*, que resulta do enfraquecimento do Estado e a incapacidade do mercado (Gómez, 1998; Rodrigues, 2010).

3. Modelos de Estado-Providência

Neste ponto, iremos fazer um percurso pelos diferentes modelos de Estado-Providência, dando particular ênfase ao modelo português.

O Estado-Providência de modelo liberal inclui países como o Reino Unido, a Irlanda, o Canadá, a Nova Zelândia e os Estados Unidos englobando assim os países anglo-saxónicos. Esping-Andersen (1990) caracteriza o modelo liberal como possuindo um baixo grau de desmercadorização, em que os direitos são atribuídos na condição da necessidade dos cidadãos. O Estado somente garante um mínimo de proteção, encorajando o mercado, de forma ativa ou passiva, a assumir as outras funções. Usualmente, nos modelos liberais as regras de acesso aos direitos e à proteção social são restritas, os benefícios são modestos e estão associados ao estigma, já que vão contra a norma de uma ética do trabalho tradicional e liberal. Assim, as políticas sociais nunca deverão desincentivar a opção dos cidadãos pelo trabalho, desencorajando e restringindo estas mesmas. Isto fomenta um dualismo político de classe entre os que podem ter acesso a razoáveis níveis de proteção social – por via do mercado – e aqueles que somente têm acesso a uma proteção social débil e pública – que geralmente é a classe trabalhadora. Este tipo de regime remete a responsabilidade da proteção social e do bem-estar para os mecanismos dos mercados e para a iniciativa privada, privando os cidadãos que não têm acesso ao mercado de níveis de proteção adequados. Os serviços direcionados exclusivamente para os mais pobres, serão assim, como se percebe, pobres serviços público. O financiamento do modelo anglo-saxónico é feito através dos impostos, as prestações são de um montante fixo e modesto e as instituições são centralizadas e geridas pelo Estado (Ferrera, 1996).

Para Esping-Andersen (1990), o Estado-Providência social-democrata coabita nos países escandinavos e é aquele que é mais desmercadorizador. As ideias basilares deste modelo são que o acesso a direitos universais da cidadania não depende da necessidade ou do grau de desempenho que um cidadão tem no mercado de trabalho, mas sim, da condição do cidadão. Nos países nórdicos, o acesso aos benefícios é quase universal e está desenhado de forma a incluir grande parte das necessidades das classes médias, tornando o modelo inclusivo tanto para as classes mais desfavorecidas como para a classe média. Contrastando com o modelo liberal, os benefícios no modelo social-democrata são generosos, de montante fixo e são financiados através dos impostos e de uma dedução fiscal progressiva, ainda que existam esquemas complementares de seguro social (Esping-Andersen, 1990:27-28).

Neste modelo é inerente o princípio da estratificação baseado em benefícios universais e um elevado grau de igualdade de benefícios, em que a redistribuição é um dos principais objetivos das políticas sociais. O regime nórdico tem como finalidade socializar os custos da família e da maternidade, maximizando a autonomia e a independência individual, permitindo à mulher de escolher a inserção no mercado de trabalho ou incorrer na vida doméstica. O direito ao trabalho coloca-se no mesmo patamar que o direito à prestação social, mesmo que a assistência social possua um papel menos importante, tendo como função principal a integração social. A importância equivalente dada ao direito ao trabalho e o direito à prestação social é devido ao compromisso que o modelo social-democrata tem com o pleno emprego, como forma de financiar os elevados custos da proteção social (Esping-Andersen, 1990: 27-28).

Integrando os países da Europa continental como a Alemanha, França, Itália, Suíça e a Áustria surge o Estado-Providência corporativo-conservador. Este modelo, ao contrário do modelo social-democrata, caracteriza-se por um grau moderado de desmercadorização, em que os direitos estão ligados ao desempenho no mercado de trabalho. O sistema de segurança social, de influência bismarckiana, é inspirado no seguro social predominantemente financiado pelas contribuições dos trabalhadores e dos empregadores. Os programas ocupacionais apresentam um grande grau de segmentação. O enfraquecimento dos laços do mercado é contraposto com a existência de fortes mecanismos de controlo social, sendo este ligado ao emprego ao às obrigações familiares (Esping-Andersen, 1990: 53).

Sob a génese do modelo corporativo pesam influências históricas conservadoras ou/e católicas (1990:53). O peso histórico da Igreja Católica configura a génese de um forte compromisso com a preservação e a importância da família como elemento nuclear em que domina a subsidiariedade, segundo qual o Estado só deve intervir quando todas as capacidades da família estiverem esgotadas (1990:27). Os traços político-institucionais do modelo da Europa central continental – que inclui a Alemanha, França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Suíça e a Áustria – são sistemas de base laborista em que o acesso às prestações sociais depende da condição do trabalhador ou da família deste e as prestações são proporcionais ao rendimento, cujo financiamento vem, maioritariamente, pela contribuição do trabalho. Neste processo, existe uma forte presença e participação dos sindicatos e das associações do patronato na gestão das instituições da Segurança Social, alguma autonomia face ao Estado, e a assistência social é atribuída consoante a necessidade (Ferrera, 1996).

Stephan Leibfried é o primeiro autor a falar num quarto regime no sentido de política social que inclui a Grécia, a Espanha, a França, o sul de Itália e Portugal. Centrando a sua

análise nas políticas de combate à pobreza, Stephan Leibfried identificou que tanto a Espanha, a Grécia e Portugal partilham traços semelhantes ao modelo anglo-saxónico devido à importância dada à entrada no mercado e a existência de uma proteção social residual. Todos eles possuem tradições de provisão de bem-estar assentes nas organizações religiosas e nas famílias, em que o setor voluntário desempenha um papel determinante na assistência social. Uma das características marcantes e estruturantes deste quarto regime é a predominância das estruturas familiares tradicionais e o papel desempenhado pelas solidariedades primárias e obrigações mútuas (Martin, 1997; Pereirinha, 1997).

Para Silva, «a Europa do Sul é uma realidade baseada em fatores sociopolíticos e não geográficos» (Silva, 2002: 32). Na Europa do Sul os Estados-Providência, agregados por este modelo - Itália, Espanha, Grécia e Portugal - os sistemas de segurança social partem de uma base ocupacional, partilhando várias características com os países do modelo corporativo (Ferrera, 1996). Contudo, para Ferrera (1996) o modelo da Europa do Sul não se trata apenas de uma fase prematura ou subdesenvolvida do modelo corporativo, tanto mais que estes países não possuem o mesmo grau de «subdesenvolvimento» em todas as áreas da segurança social. O quarto modelo tanto apresenta características próprias dos modelos corporativos, como também partilha características dos regimes sociais-democratas, como as políticas universalistas e algumas especificidades.

Segundo a classificação de Ferrera, os traços deste modelo são cinco. O primeiro traço caracteriza-se pela existência de um sistema de manutenção de rendimentos que é altamente fragmentado em termos ocupacionais e que resulta numa integração incompleta de vários esquemas profissionais. No que diz respeito à fragmentação, Portugal está próximo do modelo continental, apresentando um menor nível de fragmentação. Segundo, existe uma intensa polarização nos sistemas de proteção em que encontramos extremos de generosidade acompanhados por grandes lacunas. Enquanto existe um núcleo de beneficiários que está bastante protegido – com prestações de doença, maternidade e desemprego temporário – por outro lado existe uma maioria que é fracamente subsidiada e que se encontra no mercado paralelo ou arredado do mercado de trabalho. Em terceiro lugar, os agregados familiares assumem um papel de mediação entre os sistemas de mercado de trabalho e os sistemas de manutenção do rendimento, já que os sistemas de proteção social exigem que pelo menos um dos elementos do agregado familiar se mantenha integrado no centro do mercado de trabalho.

Em penúltimo lugar, verificamos que no modelo da Europa do Sul houve uma tentativa de implementação de serviços universais na área da saúde e da educação, através da criação da escola pública e do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Contudo, a implementação

de sistemas universais não foi totalmente desenvolvida, dando azo a distorções na distribuição de oportunidades e no acesso a estes mesmos serviços. O sistema de clientelismo instaurado, entre o setor público e privado, gerou mais iniquidades e a criação de serviços universais não só não promoveu o reforço da esfera pública, enfraquecendo o setor privado, mas pelo contrário gerou uma coligação confusa entre o público e o privado. Ligado a esta questão surge o quinto elemento, em que os sistemas são caracterizados pelo clientelismo, resultando numa baixa penetração do Estado nas instituições de bem-estar social devido à promiscuidade entre o público e o privado, aliada à troca de favores ao nível individual e local com fins eleitoralistas ou para a facilitação de atribuição de cargos, favores e benefícios.

Numa perspetiva mais global, estes regimes são caracterizados por ter uma rede de proteção social primária, subdesenvolvida e porosa de proteção social. Neste modelo os fundos ocupacionais têm um papel importante, existem baixos índices de emprego e uma elevada taxa de desemprego – especialmente entre os jovens –, uma forte economia paralela e graves problemas demográficos relacionados com o envelhecimento generalizado da população e uma baixa taxa de natalidade (Ferrera *et al.*, 2000: 48). O ajustamento destes países tem-se caracterizado pela degradação e destruição dos benefícios de alguns grupos ocupacionais – como os funcionários públicos – apresentando essa destruição como a contrapartida do melhoramento de benefícios mínimos, como os rendimentos mínimos garantidos, no sentido de dar algum equilíbrio aos desequilíbrios existentes nos serviços familiares. Sob a pressão da internacionalização económica e com uma tentativa crescente de convergência dos modelos sociais europeus, foi possível criar novos pactos sociais – de onde nascem os esquemas sociais dos rendimentos mínimos garantidos – e procederam-se a reformas no mercado de trabalho com a promoção da competitividade, a par de promessas de melhorias dos níveis sociais. Como forma de combater a pobreza e a exclusão social, as redes de proteção básica têm sido um pré-requisito na facilitação de transição pós-fordista, com as implicações que esta tem em termos de flexibilidade social e económica (Ferrera *et al.*, 2000: 49-57). Como apontam Estivil (2000) e Santos (2000), a centralidade na cobertura das necessidades é feita pela família, pelo círculo de amigos e nas trocas recíprocas inerentes à sociedade-providência. Outro aspeto realçado é a forte presença da Igreja Católica, que ocupa uma posição dominante, preenchendo uma parte significativa da prestação de serviços sociais, complementando as funções do Estado. Na área dos serviços sociais, as organizações não-lucrativas têm um grande peso, em que é muito difícil para o governo obter alguma capacidade de regulação, sendo obrigado a aceitar as condições contratuais que as organizações impõem. Contudo, a atuação das organizações não-lucrativas está limitada aos

fundos do governo e, dada essa ausência de regulação, as ligações entre o poder político e as organizações proliferam (Ranci, 1995:258).

A particularidade portuguesa vai além. A criação do Estado-Providência em Portugal, começa com o 25 de Abril de 1974, num período em que a nível europeu, o Estado-Providência está em retração. Consequentemente, o modelo de Estado-Providência português, que nunca atingiu o seu pleno desenvolvimento, caracteriza-se pela sua insipiência, fraca rede social e políticas sociais residuais (Santos, 1995). A providência estatal foi sempre deficitária, obrigada a uma articulação com outras formas de providência societal que tivessem mecanismos para compensar algumas das suas deficiências e falhas, dando origem ao que Boaventura Sousa Santos designou de sociedade-providência. A sociedade-providência assenta nas «redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade» (Santos, 1993: 46). Contudo, o panorama tem sofrido alterações profundas: a providência privada e mercantil ganha força com a subsequente retração do Estado, dando azo à regulação privada e as recentes medidas de austeridade vieram desagregar núcleos fundamentais de algumas das políticas públicas no âmbito da proteção social.

4. A singularidade do RMG: surgimento e aplicação

O RMG surge no contexto europeu, sendo, mais tarde, aplicado em Portugal. A proliferação de políticas do RMG nos países que constituem a União Europeia (UE), deriva de níveis intoleráveis de pobreza e de exclusão social que provocam profundas fraturas sociais e uma institucionalização que corresponde à mutação das características da proteção social (Rodrigues, 2010; Guerra, 1997; Lourenço, 2005:137). Na sua génese filosófica, o objetivo é duplo: procura satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos através de uma prestação pecuniária e simultaneamente, organizar, facilitar e oferecer instrumentos aos beneficiários para facilitar a sua inserção laboral e social, tanto a nível individual como a nível familiar (Lourenço, 2005:137). O seu surgimento, constitui um marco na mudança das políticas sociais, não somente nos objetivos que propõem alcançar, mas também na forma em que ambas estas dimensões são indissociáveis (Lourenço, 2005:137). Em Portugal, o RMG como prestação não se situa somente no plano de socorro último, nem visa criar uma base de proteção mínima que permita liberalizar outras prestações sociais, ou até mesmo substituí-las,

como aconteceu noutros países onde foi criado sobre a primazia da dominação neoliberal (Capucha & Guerreiro: 1997).

Assim, quando a dia 24 de junho de 1992, é aprovada a Recomendação n.º 441, que designa os *critérios comuns respeitantes a recursos e prestações suficientes nos sistemas de proteção social*, a pobreza e exclusão social tomam o palco do debate público. Inaugura-se uma «nova geração» das políticas sociais, criando um novo conceito de ação social que é baseado na ideia da promoção, apoiando o desenvolvimento de cada cidadã e cada cidadão. Indo para além dos níveis de posse económica, as políticas sociais teriam que atender à posição das pessoas na estrutura social, às redes de relações sociais em que se inserem, à sua posição na estruturação das classes e, sobretudo, às modalidades de participação e de exercício de poder (Fernandes, 1991:10). A pobreza é concebida como uma privação de direitos de cidadania que tanto pode ser herdada, como adquirida, tornando-se num problema efetivo que revela a dificuldade das democracias encontrarem mecanismos de garantia das condições para o exercício da cidadania (Suleiman, 2005; Fernandes, 1991:45).

O RMG baseava-se em três princípios fundamentais: 1) promover um conceito de cidadania que conjugasse o direito ao trabalho e o direito ao rendimento, que construísse uma base para que os cidadãos mais pobres pudessem exercer os seus direitos civis, culturais e educacionais, garantido um participação na vida social; 2) reconhecer que a igualdade de oportunidades é um elemento estruturante para combater as desigualdades e a fragmentação da coesão social; 3) adotar uma abordagem que seja mobilizadora de várias disciplinas e instituições para erradicar a pobreza e a exclusão social, refletindo-se no envolvimento de variados atores sociais, tais como, autoridades locais, serviços estatais, organizações sem fins lucrativos ou simples grupos de cidadãos, numa conjugação de esforços e de numa partilha alargada da responsabilidade (Batista & Cabrita, 2009: 5).

Em 1996, foi criado em Portugal o RMG com a Lei n.º 19-A/96, recomendado pelo Conselho das Comunidades Europeias (02/441/CEE), que «visou promover a inserção de indivíduos beneficiários, quer através do beneficiário financeiro, quer, sobretudo, através da adesão a um programa de inserção em diversas áreas de vulnerabilidade da vida dos sujeitos e de grupos sociais» (Rodrigues, 2010:92). A sua introdução institui um novo tipo de direito, garantindo a cada cidadão um nível mínimo de recursos económicos para a sua subsistência, dando consistência à coesão social e promovendo o desenvolvimento de programas que visavam a inserção social (Batista & Cabrita, 2009: 5). O reforço da coesão social passaria, pelo que Rodrigues (2004) designa «duplo objetivo estratégico», de combater o desemprego e, simultaneamente, elevar os níveis de empregabilidade ao apostar no aumento das

qualificações da população beneficiária que seria colmatado pelos programas de inserção (Rodrigues, 2010: 93).

O RMG foi o melhor exemplo de uma combinação de políticas e a primeira abordagem global para dar uma nova dinâmica à política social, ultrapassando a tradição assistencialista social vigente em Portugal (Batista & Cabrita, 2009: 5). É a primeira política social que colmata a falta de rendimento mínimo de subsistência para quem não possui qualquer recurso, independentemente das suas contribuições para o sistema de segurança social – daí o seu cariz pecuniário - e, ao mesmo tempo, dá uma resposta a uma série de necessidades no domínio social que não se prendem somente com a inserção no mercado laboral (Batista & Cabrita, 2009: 6). Ao contrário das políticas de «rendimento universal», o RMG «não corresponde a uma remuneração pela existência de sujeitos, mas pela existência de contingências negativas que fragilizam a existência dos mesmos» (Rodrigues, 2010: 95). Não é um rendimento por existir, mas um rendimento para existir (Rodrigues, 2010: 95).

Assim, procurou-se reformular o funcionamento das políticas sociais e do Estado-Providência, ao apresentar o RMG como uma mudança paradigmática das políticas sociais, tanto nos objetivos como a forma do os alcançar (Pedroso In Capucha, 1998: VII). O RMG, utilizando as palavras de Paulo Pedroso, representa: «[um] contrato entre o Estado, a sociedade civil e o beneficiário. Neste contrato, o Estado assuma a obrigação de garantir condições mínimas de existência a cada cidadão e de dar apoio à criação de oportunidades de inserção. Por sua vez, o cidadão compromete-se a estar disposto a empenhar-se na sua inserção social, incluindo estar disposto a trabalhar, a participar na criação de tais oportunidades e, até mesmo, a tirar proveito das potencialidades que delas surjam» (Pedroso In Capucha, 1998: VIII). Assim, o RMG pode ser considerada como a primeira tentativa concreta de estabelecer uma relação transparente entre a inserção social e a integração ocupacional e emerge como um modelo que proporciona novas formas de lidar simultaneamente com o económico, o social, o cultural e o territorial (Guerra, 1997:158).

Com este enquadramento legal, o RMG é uma medida em que a responsabilidade é partilhada entre beneficiários, o Estado e instâncias da sociedade civil, resultando num trabalho de mútua ajuda e de parceria (Guerra, 1997). A constituição do seu quadro legal demonstra a preocupação dos legisladores na criação de uma fórmula equilibrada, «o medo de não dar uma ajuda suficiente deixando os assistidos sem recurso, ou dar um apoio mais substantivo fazendo crescer o número de assistidos e com isso a “ociosidade” e a “dependência”» (Guerra, 1997:157). Ao criar um dever – a inscrição num programa de

inserção social – este é um direito de novo tipo que responsabiliza tanto os beneficiários, passando pela sociedade civil até ao Estado (Lourenço, 2005:137-139).

5. Do Rendimento Mínimo Garantido ao Rendimento Social de Inserção: percursos e mudanças

Cinco anos após a sua implementação, considerou-se necessário rever o RMG. A experiência política em Portugal é relativamente recente no que diz respeito à conceção e aplicação de políticas sociais que combatam a pobreza e a exclusão social. Contrariamente aos outros países europeus, Portugal não tem um Estado-Providência consolidado e profundamente enraizado, fatores que contribuem para que sempre que ocorrem grandes mudanças políticas, surgem períodos conturbados na continuidade de políticas sociais (Batista & Cabrita, 2009:7).

Com a eleição da uma coligação de centro-direita nos inícios de 2002, o executivo da coligação PSD-CDS/PP preparou o caminho para um período de retrocesso ideológico e efetivo em relação à filosofia originária do RMG e aos seus objetivos fundamentais na medida que teriam consequências concretas a nível da aplicação da política (Batista & Cabrita, 2009, 7). Utilizando as críticas em torno da implementação da medida, o novo governo, pela mão do Ministro Bagão Félix, propôs substituir o RMG pelo Rendimento Social de Inserção (RSI). A nova filosofia estabelecida para o RSI insere-se no contexto das políticas de «ativação», orientando claramente para a «moralização» da medida, introduzindo novos mecanismos de controlo que aumentem a sua «eficácia» para alcançar, nas palavras do Ministro do Trabalho e da Segurança Social, um «objetivo nobre» (Batista & Cabrita, 2009:7).

As alterações efetuadas, instauraram mais mecanismos de controlo, com o objetivo de não deixar que a medida se tornasse «um expediente formal para manter o direito à prestação e nunca deixar a situação» (Batista & Cabrita, 2009, 7). Adicionalmente, o Governo tencionava dar maior relevo ao caráter transitório e auxiliar da prestação, moralizando o antigo modelo do RMG e criar mecanismos de inspeção e controlo eficaz, com a pretensão de atribuir a medida para quem precisasse de apoio. As falhas nos processos de implementação e aplicação do RMG, proporcionaram visibilidade mediática, nomeadamente pela incapacidade do sistema de inspeção em identificar e atuar perante uma utilização inadequada da medida, abrindo o espaço público para debate sobre a «justiça» desta medida.

A introdução das medidas avançadas pelos Governo PSD-CDS/PP não foram totalmente concluídas porque algumas delas violavam os princípios da Constituição, sendo rejeitadas no Tribunal Constitucional (Batista & Cabrita, 2009, 7). Com a vitória do Partido

Socialista em 2005, o recém eleito governo socialista aprovou uma lei que revogava os artigos que foram introduzidas pela direita em 2003, procurando assim «retomar o combate à pobreza através de mecanismos que assegurem às pessoas e aos seus agregados familiares os recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, respeitando os princípios da igualdade, solidariedade, equidade e justiça social.» (Decreto Lei n.º 42/2006 de fevereiro de 2006:1490). O nome da medida ficaria até hoje como a nomenclatura que a direita lhe deu inalterada.

Como herdeiro do RMG, o RSI também consiste numa prestação de natureza pecuniária, complementada por um programa de inserção, que visa não só abranger o titular, como todos os elementos do agregado, e é financiado através de transferências diretas do Orçamento de Estado (Rodrigues, 2010:102; Batista & Cabrita, 2009:8). O RSI, tal como o RMG, destina-se às pessoas e às famílias que se encontram numa situação de grave carência económica, em que o rendimento individual é inferior a 100% da Pensão Social - 187,18 euros por mês - ou quando o rendimento *per capita* do agregado é inferior a este limiar, que tem ponderações diferenciadas para adultos e para crianças (Batista & Cabrita, 2009: 3 - 8). Com a entrada em vigor do Decreto-lei 70/2010 que veio a restringir as prestações sociais, o impacto no RSI teve várias vertentes. Com a entrada do decreto-lei, o valor a atribuir ao segundo maior indivíduo foi reduzido, passando a ser atribuído 70% da pensão social, em vez da sua totalidade. Adicionalmente, passa a ser atribuído a todos os menores uma percentagem, de 50% da pensão social – incluindo o terceiro filho – e eliminaram-se os apoios complementares, que auxiliavam nas despesas de habitação, nos apoios especiais para as pessoas portadoras de deficiências físicas ou psíquicas, doenças crónicas, bem como todos os apoios complementares no âmbito dos acordos de inserção.

6. Crise, austeridade, neoliberalismo e RSI

No rescaldo do abalo financeiro, em maio de 2011, o executivo do Partido Socialista anuncia, pela mão do seu primeiro-ministro, José Sócrates, um acordo de resgate com o FMI, o BCE e a CE. Com o resgate, surge o memorando de entendimento com a troika, no qual estão inscritas uma série de políticas fiscais e sociais de austeridade – assentes no corte da despesa e na redução do défice - que terão de ser aplicadas para Portugal continuar a receber os apoios financeiros. Após a intervenção externa, é eleito um governo de direita composto pelo PSD e pelo CDS-PP, que preconizou uma maior liberalização da economia e das prestações sociais, intensificando a ofensiva neoliberal. Esta crise é mais que financeira, é uma crise da própria

legitimidade do contrato social entre a sociedade e o Estado e tem sido o pretexto para dispensar das políticas sociais os valores do universalismo e da solidariedade.

Assim, temos vindo a assistir a um conjunto medidas em várias áreas que estão sobre a tutela do Estado e dizem respeito à vida social. Entre elas, cortes na área da saúde e da educação, com a transferência para o mercado de alguns serviços, que assim são remercadorizados. Com a globalização do capitalismo financeiro, promoveu-se a prevalência do mercado e, simultaneamente, destitui-se o Estado-Providência dos seus mecanismos de regulação financeira e de regulação social (Rodrigues, 2010: 26). Aliás, este processo é demonstrativo de que os poderes económicos – e a sua organização – estão cada vez mais libertos dos poderes políticos e sociais (Habermas, 1976). Estas tendências assentam em princípios de não-generalidade e não-obrigatoriedade do pagamento de contribuições, abrindo assim o caminho para a iniciativa voluntária. Este novo modelo que assenta na seletividade, substitui o modelo solidário, transferindo as responsabilidades do Estado para o indivíduo (Rodrigues, 2010: 86).

É relevante assinalar que a orientação da atual austeridade, introduz nuances às teses defendidas por Wacquant (2000) e Bauman (1998), assentes na mudança paradigmática do Estado social para um Estado penal (Ferreira, 2011:36). Para estes autores, o modelo norte-americano da «lei e ordem» seria induzido pela crise da legitimidade do Estado social, que, não podendo financiar os padrões de proteção social, promoveriam uma retórica que fosse assente no recalcar de expectativas em matéria social, germinando um modelo de segurança penal que ganharia legitimidade (Ferreira, 2011:36). Contudo, a retórica da austeridade e dos sacrifícios, terá um impacto nas desigualdades. Em Portugal os efeitos das medidas de austeridade contribuem para minimizar e descredibilizar as frágeis prestações sociais, agudizando assim as desigualdades sociais. Segundo o relat«Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising», Portugal surge como dos países mais assimétricos na Europa, onde se destaca 12% da população que trabalha mas que está em risco de pobreza (OCDE, 2011).

Num relatório idêntico, realizado pela Comissão Europeia, «The Distributional Effects of Austerity Measures: a comparison of the six EU countries», Portugal apresenta-se como o país onde as medidas de austeridade têm exigido maior esforço financeiro aos mais pobres do que aos mais ricos. Consoante os dados deste relatório, 20% dos mais pobres perderam entre 4,5% e 6% dos seus rendimentos, atingindo nos 9% aos agregados que têm filhos (Comissão Europeia, 2011). O efeito da austeridade tem consequências nas políticas sociais, nomeadamente no RSI, já que a agudização das desigualdades, fragiliza os mais pobres, exercendo pressão no RSI que terá que englobar mais beneficiários na prestação. Face à

fragilidade das políticas sociais, o RSI apresenta-se como uma medida de «fim de linha» que terá que abranger aqueles que caem nas malhas da pobreza.

Numa sociedade submergida na austeridade, o medo, na senda de Norbert Elias, é perspectivado como mecanismo de articulação entre estruturas sociais e indivíduos, como processo de estruturação das interações sociais e fonte de identidades coletivas e individuais (Elias, 1990: 195). A questão do medo e a sua gestão, torna-se de grande importância porque é uma questão de poder de legitimação com crescente expressão no espaço público, tendo a capacidade de lançar pânicos morais sobre indivíduos, grupos ou até políticas sociais. O medo, enquanto mecanismo emocional em que há alguma coisa ameaçadora contra a qual as pessoas não têm poder, torna-se «instrumental para a prossecução dos interesses dos que procuram uma intensificação do controlo social e de uma legitimação da desigual distribuição do poder e do bem-estar» (Innerarity, 2009:176; Ferreira, 2011:56).

Ao gerar um clima social e cultural que exprime uma tendência e organiza atitudes e expectativas, o medo que está na base de uma legitimação induzida através de previsões de cenários catastróficos – nomeadamente associados ao descalabro financeiro – são contrapostas medidas de austeridade e de estado de exceção, geradas pela atual crise (Ferreira, 2011:56). O medo tem sido o principal mecanismo de legitimação das alterações elaboradas no âmbito do RSI. Enquanto fonte de legitimidade, o medo está na base da construção de um regime paradoxal de causalidade, em que, no âmbito da sociedade de austeridade, se afirma como um mecanismo de transferência de um problema estrutura, para um problema individual (Ferreira, 2011:56; Fernandes, 1992). Em suma, e segundo Margaret Somers (2008), o medo torna-se um mecanismo de conversão da narrativa da austeridade, num modelo político-social dominante, que assegura a prioridade absoluta dos valores neoliberais e do neoliberalismo económico (Somers, 2008:3).

Portanto, o clima da austeridade tem também sido um catalisador de profundas transformações nas políticas sociais, nomeadamente no RSI. Relativamente à lei do RMG, o RSI introduziu algumas alterações que se situam na natureza e nas condições de atribuição. Enquanto o RMG era uma prestação do regime não-contributivo da Segurança Social, o RSI é uma prestação que está incluída no subsistema de solidariedade (Rodrigues, 2010: 102-103). Adicionalmente, enquanto com o RMG o prazo máximo estabelecido para a elaboração do programa era de três meses, com o RSI, este mesmo prazo diminui para apenas 60 dias. (Rodrigues, 2010: 103). Uma última diferença entre o RMG e o RSI diz respeito à não celebração do programa de inserção e a consequente penalização. No caso do RMG, a situação de não cumprimento implicava a cessação imediata da prestação, impedido o

beneficiário de a requerer novamente durante um período mínimo de 6 meses. No RSI, a interdição é mais severa, o beneficiário fica arredado da prestação durante 12 meses, demonstrando um cunho de maior controlo, fiscalização e penalização (Artº 29, Lei n.º 13/2003). Mais tarde, com o Decreto-Lei n.º 133/2012, «a recusa de celebração do contrato de inserção por parte do requerente implica o indeferimento do requerimento da prestação e o não reconhecimento do direito ao rendimento social de inserção durante o período de 24 meses após a recusa». (Decreto-Lei, nº 133/2012 In *Diário da República*).

Com a passagem do RMG para o RSI, verificamos que há uma mudança de paradigma *welfare* e de políticas sociais de inserção, para um paradigma de *workfare* e de políticas sociais de ativação. Testemunhamos uma crescente disponibilização de mecanismos de controlo fiscal e social, em que a prestação social em questão passa de um mecanismo de inserção para um mecanismo de regulação, de controlo, de moralização e disciplinização dos beneficiários. Isto é visível quando verificamos a passagem da penalização de 12 para 24 meses, se o beneficiário recusar de forma injustificada oferta de emprego conveniente, trabalho socialmente necessário ou formação profissional. Não obstante, as políticas de disciplina laboral são acionadas, sobre o pretexto de «voltar a habituar às exigências do mundo laboral», em que os beneficiários do RSI têm que trabalhar – pelo menos 15 horas semanais.

Mesmo possuindo um grande potencial para combater a pobreza, o RMG e o RSI estão armadilhados de limitações e paradoxos. Como afirma Isabel Guerra (1997), a maior contradição no seio do RMG – que se aplica ao RSI - é o fato deste mecanismo conjuntural ser uma panaceia para problemas estruturais, tentando resolver com medidas localizadas problemas ao nível macroeconómico (Guerra, 1997). Embora um dos principais objetivos do RMG e do RSI seja a inserção profissional e social dos beneficiários, «através da promoção de condições que permitam a sua autonomização» (Rodrigues, 2010: 95), os vários programas de inserção, tanto em Portugal como na Europa, têm ficado àquém das expectativas, o desemprego não pára de aumentar e os contratos de inserção não geram emprego (Guerra, 1997).

Numa época atravessada por uma das maiores crises capitalistas (Harvey, 2010) o mercado laboral está blindado. Assim, o RMG e o RSI têm servido como política de substituição ao combate ao desemprego estrutural. Acreditava-se, e ainda se acredita, que a inserção social se faz por via da inserção no mercado laboral, ou seja, através do económico. Esta argumentação assenta no postulado que a experiência – provisória – traduzia uma dupla vantagem: a aproximação à «disciplina laboral» e sensibilização das próprias empresas para

as capacidades da população fragilizada. Esta posição parte do pressuposto de que a economia está em condições de inserir os excluídos e que existirá um retorno destes ao pleno emprego. Simultaneamente, estas tentativas de «inserção pelo trabalho» desenvolvem o mercado de trabalho «não oficial» e, frequentemente, «não mercantil» com impacto na destruição de postos de trabalho, já que as empresas encontram uma alternativa a baixo custo com estes programas de inserção.

Por último, no modelo de ativação adotado com a passagem do RMG para o RSI, acredita-se que os beneficiários do RSI têm condições para sair da pobreza se acionarem energias positivas, com muita vontade própria, que lhes permitam passar da lógica de vítima à lógica de ator social autónomo, adaptando-se e à sua própria iniciativa a níveis de inserção (Guerra, 1997:162). Como verificamos anteriormente, tanto o RMG como o RSI tinham como objetivo uma responsabilização coletiva da sociedade. A sociedade dá, mas pede contrapartidas. Aos beneficiários do RSI pede-se inserção social via mercado, à sociedade pede-se recursos para construir e acionar os mecanismos para esse fim. Frequentemente se analisa, ou pelo menos se tenta, avaliar a taxa de esforço dos beneficiários através do seu montante de expectativas e recursos sociais, «mas serão os pobres culpados da desinserção?» (Guerra, 1997:162). Assim, os planos de inserção poderão ter um desvio perverso, na medida em que os diferentes níveis de inserção não contam numa matriz da análise dos trabalhadores sociais, com a capacidade de colocar o rótulo estigmatizante de «desinseridos». Adicionalmente, esta perspetiva rejeita a existência de estruturas sociais e de um sistema económico assente na distribuição desigual da riqueza. Esta perspetiva complementa-se com aquela de Georg Simmel (1998) em que o pobre não é o fim da prestação da assistência, já que o fim é, geralmente, a manutenção da ordem social que nunca é questionada, pois os *handicaps* são assumidos como inerentes à pessoa, cujas ações individuais traduzem.

Capítulo II

Média, poder, senso comum e representações sociais

«A televisão mostra o que acontece? Em nossos países, a televisão mostra o que ela quer que aconteça; e nada acontece se a televisão não mostrar.

A televisão, essa última luz que te salva da solidão e da noite, é a realidade. Porque a vida é um espetáculo: para os que se comportam bem, o sistema promete uma boa poltrona».

Eduardo Galeano, *Livros dos Abraços*, 1991.

1. Abertura

Os média são uma fonte de poder incontornável. Já no século XVII, o filósofo francês, Charles Montesquieu, classificava a imprensa como o *quarto poder*, seguido do poder legislativo, do poder executivo e do poder judiciário. Interpelando esta mesma noção de Montesquieu, o sociólogo galego Ignacio Ramonet (1999) considera que, nas sociedades modernas, a arquitetura do poder foi sujeita a alterações configurando-se em três grandes pólos; o poder económico, o poder político e o poder mediático. Estes três sustentáculos caracterizam-se pela sua relação simbiótica e de interdependência em que o robustecimento de um poder, passa necessariamente, pelo reforço dos outros. Desde os anos 1960, com a proliferação, a generalização e a democratização do acesso à imprensa escrita e às televisões, os *mass media* têm sido um elo fundamental na difusão de informação, na oferta de entretenimento e na consciencialização do público. Para além desta função, os média têm desempenhado um papel de mediação, seleção e de informação entre o poder político – tanto na sua forma ideológica como na sua instância institucional – e o público (Garfinkel, 1967).

A política nos *mass media* não se transpõe a todas as formas de atuação política, mas todas as formas de política têm que passar pelos *mass media* para influenciar e legitimar a tomada de decisões. É devido à centralidade que os média ocupam na arquitetura do poder – o fato de todas as formas de poder serem obrigadas a interagir com os *mass media* para realmente terem poder – que se configuram num objeto de estudo de grande importância. Parafraseando Castells, podemos referir que «ao fazê-lo, a política está essencialmente enquadrada, na sua essência, organização, processo e liderança, pela lógica inerente ao sistema dos meios de comunicação, em particular pelos média eletrónicos» (Castells, 2002: 385).

Na sociedade em rede, os *mass media* são o veículo privilegiado para a disseminação de informação, servindo de revelador e de amplificador dos problemas sociais, causam

pânicos morais e são o mecanismo privilegiado para a formação de um senso comum ideológico (Castells, 2002; Cohen, 2002). Devido ao papel estruturante e estratificante que os *mass media* detêm nas sociedades e seu concomitante poder, é preciso questionar os seus símbolos, as suas mensagens e os seus significados. Assim, propomo-nos mover dentro de um campo disciplinar que tenta desmontar, peça a peça, os «problemas sociais» e o processo de estigmatização adjacente ao RSI e os seus beneficiários ao evidenciar os mecanismos de dominação social que se produzem e reproduzem de aos serem veiculados nos média.

2. Armadilhas do senso comum e obstáculos epistemológicos

O senso comum é um produto da história (Gramsci, 1995:14). Assim, todos os momentos históricos detêm um senso comum gerando um entendimento alargado e explicativo da vida social que os rodeia. As correntes filosóficas que marcaram a história social deixam sedimentos do seu senso comum, documentando assim a sua eficácia histórica e o seu enraizamento. O senso comum não é uma manifestação ideológica que seja rígida, imóvel ou imutável, persiste num processo de auto transformação e reinvenção, enriquecendo e aglomerando com as ideias científicas, as opiniões e os postulados filosóficos que gravitaram na vida quotidiana (Gramsci, 1995:326). Como o *folclore da filosofia*, o senso comum constitui um meio caminho entre o folclore propriamente dito e a filosofia, a ciência, a sociologia, a ciência política e a economia dos especialistas, forjando no presente um folclore do futuro, como fase relativamente rígida do conhecimento popular num determinado sítio e numa determinada época (Gramsci, 1995:326).

No pensamento gramsciano, o senso comum é caracterizado como um espaço significativo que atribui significados, sentimentos e valores à vida social, constituído por uma constelação variável e heterogênea de superstição, de folclore e de crenças religiosas. Sendo também um pensamento conformista, ingênuo e acrítico do mundo social, repleto de ideia feitas, de preconceitos e de generalizações. Estas generalizações também habitam as ciências sociais. É este tipo de senso comum que favorece e reforça a legitimidade e a lógica das instituições (Becker, 2008:190). O que é específico e parcial torna-se universal, o que é cultural é naturalizado ao ponto de ser tacitamente aceite e normalizado nas estruturas mentais de cada ator social, verbalmente expresso como “as coisas são como são”. Na teorização sobre a legitimidade da análise dos fatos sociais, Émile Durkheim, determina que cabe à investigação científica criar uma rutura com as convenções do senso comum e com todas as pré-noções típicas que daí sucedem (Silva, 1986). Torna-se imperativo para as ciências sociais

– e para a sociologia em particular – estudar, decifrar e ter em conta as representações sociais e coletivas, que são imagens, noções e símbolos forjados no quotidiano que edificam o património partilhado pelos membros de um grupo em particular, ou da sociedade em geral. Cabe ao sociólogo definir os seus conceitos e submeter as suas hipóteses ao sufrágio empírico, de forma a confrontar as interpretações mentais que prescrevem o senso comum. O senso comum é mais permeável nas ciências sociais porque a realidade social emerge nos agentes, isto é, estes têm uma necessidade inelutável de uma teorização e formulação de ideias consistentes e determinantes sobre as instituições e práticas sociais, que sirvam de bússola orientadora para racionalizar e orientar a sua prática.

Estudar e mergulhar no processo de decodificação do senso comum é iniciar uma incursão num terreno movediço pois, a cada passo, elevam-se diversos obstáculos epistemológicos, o que leva Augusto Santos Silva (1986:30) a referir que: «as disciplinas sociais são especialmente permeáveis às interpretações do senso comum». O terreno do senso comum é volúvel porque tem a capacidade de colonizar o universo das ideias, contaminando as ciências sociais uma vez que os fatos humanos são sempre fatos interpretados em que a consciência dos atores - que incorpora o sistema de ideias e do senso comum - é um elemento constitutivo do mundo social, ao contrário do que acontece nas ciências físicas. Nós, tal como as ciências sociais, estamos imersos em relações e estruturas sociais em que «os factos humanos são sempre factos interpretados» e em que as imagens e as noções construídas – tal como as representações em torno do RSI e dos seus beneficiários – que constituem o património coletivo da sociedade, ou seja o senso comum, são objetos centrais nas ciências sociais. Confrontar a ciência com o senso comum é também a operacionalização de uma oposição interna, em que o conhecimento prático, como manifestação simbólico-ideológica cumpre papéis sociais em que os cientistas «compartilham com demais atores sociais pressupostos e operadores ideológicos que podem tornar-se eventualmente obstáculos epistemológicos» (Silva, 1986: 31). Como explora Augusto Santos Silva, os obstáculos epistemológicos têm que ser considerados a três níveis: 1) nas representações “espontâneas” e “imediatas” sobre a realidade gerada pelo *senso comum*; 2) as conceções enquadradas em *formações ideológico-doutrinárias* e; 3) na *ramificação* do *senso comum* e das *formações ideológico-doutrinárias* na ciência (Silva, 1986: 31). Na atualidade, os vetores axiais do *senso comum* são três: 1) as interpretações naturalistas; 2) o etnocentrismo e; 3) o individualismo.

Desta feita, a forma mais corrente de explicar fatos sociais advém da ordem naturalista, em que a interpretação e análise do social é feita através da invocação da ordem natural (atributos físicos, psicológicos ou biológicos) e/ou da ordem moral (classificação dos

tipos de comportamentos, avaliação dos valores dos atores face ao valores dominantes). Seda Nunes sustentava que estas interpretações asseveram o carácter natural dos fenómenos e simultaneamente edificam-nos em fatos indiscutíveis, incontornáveis com um carácter pseudo empírico (Nunes, 1981:9). A incorporação e reconhecimento das condicionantes biológicas nas ciências sociais vão de par com a ratificação tanto no conteúdo como na forma da conduta da componente cultural (Silva, 1986:33). Ou seja, seguindo de perto a perspetiva darwinista, qualquer ação de um indivíduo - seja na sua sexualidade ou na sua condição de pobreza – vive em constante tensão entre o condicionamento cultural e os limites da biologia inatos ao ser humano. A crítica aos mecanismos de naturalização dos fatos sociais mostra o modo como se formam e reproduzem os seus conteúdos as concepções do senso comum, que só podem ser analisadas por referencia às práticas, interesses e representação ideológica da classe dominante (Silva, 1986:39).

A distinção entre a concepção naturalista e a concepção individual é útil, na medida em que o individualismo ao contrário do naturalismo expõe a sua face ideológica. A concepção do individualismo é uma representação ideológica precisa porque ocupa um lugar cimeiro nos regimes liberais que constituem a matriz ideológica do mundo contemporâneo (Silva, 1986). Nascido no século XIX como bandeira e arma doutrinária da burguesia liberal para implementar um sistema político económico liberal, o postulado do individualismo concebe a sociedade como um agregado de indivíduos singulares cujo prosseguimento dos seus interesses de forma individual é a única garantia para garantir uma harmonia coletiva. O desenvolvimento e sedimentação do individualismo no senso comum são reforçados com quatro argumentos centrais. Primeiro, as regularidades observáveis à escala supraindividual são homologadas à escala individual. O comportamento e desempenho de um indivíduo é extrapolado para os restantes indivíduos que compõem ou se identificam num mesmo grupo social em que esses atributos se tornam a base de fundamentação da regra. Consequentemente, o segundo argumento central baseia-se na regularidade que caracteriza a coletividade: «representam o produto combinado das ações individuais e das interações (interindividuais)» (Silva, 1986: 41). Terceiro, importa destacar os líderes como empresários morais (Becker, 2008) e os seus sistemas de ideias que elaborados por pensadores, ideólogos ou, como caracteriza Gramsci, filósofos, desempenham uma função motora ao nível das aspirações e expectativas criadas em torno dos indivíduos. Por último, todas estas explicações têm um alcance limitado porque deveriam obedecer e conformar às leis da psicologia porque – independentemente do contexto social - um punhado de características relevantes da

condição humana lhe escapariam. Os indivíduos e sociedade não são realidades separáveis, estão interligadas e vivem numa relação simbiótica.

Utilizando as palavras de Pierre Bourdieu «A sociedade existe sob duas formas inseparáveis: de um lado, as instituições que podem revestir a forma de coisas físicas, monumentos, livros, instrumentos, etc; do outro, as disposições adquiridas, as maneiras duradouras de ser ou de fazer que encarnam os corpos [...]. O corpo socializado (o que se chama indivíduo ou pessoa) não se opõe à sociedade: é uma das suas formas de existência» (Bourdieu, 1979:29). Para Bourdieu, este sistema de disposições constitui o *habitus*, elemento conceptual que articula as estruturas e práticas, as condições e condutas. A reprodução das práticas é o que garante a edificação das estruturas, ou seja, é constituída nas condições em que as estruturas sociais e mentais «surgem como consequência e condução de produção e interação» (Giddens, 1977:157).

O terceiro e último vetor axial que estrutura o senso comum é a sua componente etnocentrista, conceito que serve para designar duas atitudes que estão relacionadas: «a sobrevalorização do grupo e da cultura, local, regional, nacional ou transnacional, a que pertencem os sujeitos» (Silva, 1986:45) e a consequente depreciação de culturas, organizações, valores ou comportamentos sociais diferentes seguido da hegemonização dos valores de uma classe e cultura dominante que estruturam os valores da sociedade. Em suma o terceiro postulado estruturante do senso comum reside na distinção do «nós e os outros» (Silva, 1986: 45). A justaposição do *nós* e dos *outros* centra-se numa conceção etnocêntrica, como atividade de afirmação legitimadora no domínio do conhecimento e da representação simbólica. É a definição e entendimento do «eu» e o «nós» como grupo identitário pertencente a uma classe, étnia, género, nação ou condição social, em função dos outros como vetores de legitimação e dominação, instrumentos e mecanismos alicerçais na luta representativa e ideológico simbólica entre grupos. A definição dos *outros* é feita em torno de grelhas estéticas, simbólicas e comportamentais que são delineadas e afinadas pelo senso-comum – que incute valores aos dominados – que servem como categorias que tanto atribuem significado ao objeto, como ao sujeito.

Quando Boaventura Sousa Santos propôs um paradigma emergente das ciências, apelidando-o de «paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente» (Santos, 2002:18), abriu caminho para uma plasticidade científica aberta às lógicas da vida social. Isto não equivale a recusar o senso comum, mas a afirmar quatro princípios sobre o conhecimento: 1º) todo o conhecimento científico-natural é científico-social; 2º) todo o conhecimento é local e total; 3º) todo o conhecimento é autoconhecimento; 4º) todo o conhecimento científico visa

constituir-se em senso comum. A ciência moderna encarava o senso comum como “superficial, ilusório e falso” (Santos, 2002:56), ao passo que a ciência pós-moderna recupera o valor do senso comum. Assim, e seguindo o nosso intuito nesta Dissertação, a consideração do senso comum possibilitará que diversas formas de conhecimento entrem em cena, permitindo simultaneamente considerar a sua importância, mas também a sua desmontagem, possibilitando que «a ciência pós-moderna, ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida» (Santos, 2002:57). Assim, tomaremos em linha de conta os obstáculos epistemológicos, não descurando a inesgotável fonte de conhecimento e abordagem que deriva do senso comum (Kuhn, 2000).

3. Senso comum, ideologia e média

As ideias não vivem sem organização. Na sociologia, a ausência de uma teoria do senso comum é intrínseca à incapacidade de constituir o *objeto* das ideologias em problema sociológico. Madureira Pinto alertou há cerca de três décadas que «uma teoria das ideologias é um instrumento imprescindível em qualquer processo de intervenção epistemológica que efetivamente atue nas conjunturas teóricas das ciências sociais como “retificador do erro”» (Pinto, 1976:129). Só a formulação de uma problemática *não idealista* sobre a sociedade é que permite converter o objeto das ideologias do senso comum em problema sociológico, onde encontramos no marxismo um espaço disponível para a construção de uma teoria explicativa do senso-comum enquanto ideologia.

No campo teórico do marxismo, não só existe uma conceção científica da história – o materialismo histórico – como subsiste a filosofia do materialismo dialético. Enquanto a delimitação do materialismo histórico é muito precisa: analisar a estrutura, a constituição e o funcionamento dos diferentes modos de produção e as formações sociais que daí advêm (Pinto, 1976:138), o *materialismo dialético* enuncia, para utilizar a expressão de Lenine, as leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do próprio pensamento (Lenine In Pinto, 1976:141). Utilizando a definição de Nicos Poulantzas, cuja definição consagra a perspectiva da escola althusseriana, o materialismo dialético tem como objeto próprio a «produção de conhecimentos, ou seja, a estrutura e o funcionamento do processo de pensamento» (Poulantzas In Pinto, 1976:142). Esta definição não trata de eliminar a filosofia mas sim, de transformar a própria prática da filosofia «contrariamente à ciência, a filosofia

não tem objeto próprio: tem por função traçar uma linha de demarcação entre a ciência, *fazendo uma crítica, em última análise, política dessas noções*» (Pinto, 1976: 139). No marxismo gramsciano, a filosofia é uma concepção do mundo e a atividade filosófica não poderá ser meramente concebida como uma elaboração «individual» de conceitos sistematicamente coerentes, mas é também uma batalha cultural para transformar a mentalidade popular e difundir as inovações filosóficas como historicamente corretas (Gramsci, 1995:348), sempre dentro de uma lógica de luta de classes.

A vocação predominante do *materialismo histórico* é elaborar um conhecimento global sobre as sociedades. Uma sociologia marxista terá que se situar e definir em função deste conhecimento e do materialismo dialético, cujo objetivo é explicar, criticar e questionar as ideologias: «Não se trata (...) de interrogar a realidade social como se ela constituísse uma totalidade homogênea, expressiva de uma essência absoluta, como se ela fosse composta por um conjunto de domínios (a economia, o estado, a religião, o direito, etc.) engendrados por um sujeito criador, metafisicamente identificado com a “vontade da história”; na perspectiva marxista, o princípio explicativo das sociedades não reside portanto em entidades não problematizadas, tais como o “espírito absoluto” de Hegel ou os “indivíduos concretos” de Feuerbach, mas no conjunto hierarquizado de determinações sociais que definem os “homens” como “suportes” de instâncias objetivas, como membros de classes sociais» (Pinto, 1976: 140). Não obstante, no marxismo, as relações que definem o campo das práticas são contraditórias porque inseridas numa luta de classes, são assimétricas, geram conflitos e contradições. Só através da exposição da chave das explicações características do *materialismo histórico* – a hierarquização e modo de articulação dos níveis políticos, económicos e ideológicos das formações sociais – só assim ficará explicitado tanto o *lugar* como a *função* que o bloco variável das ideologias assume na teoria marxista (Pinto, 1976:141).

Uma das vantagens do materialismo histórico é a total rutura com um dos primados do senso comum: o individualismo. A sua dimensão anti-individualista, permite ao materialismo histórico uma totalidade não circular e não homogênea estruturada em diversos níveis de análise – o económico, o político e o ideológico – hierarquizados segundo um princípio materialista: «a chave das explicações características do materialismo histórico residirá assim na hierarquização e articulação de um conjunto complexo de estruturas e práticas — económicas, políticas, ideológicas — que, afinal, recobrem o conjunto de determinações sociais a que nos referíamos» (Pinto, 1976: 140).

A eficácia da superestrutura ideológica é circunscrita à perspectiva da *reprodução das relações de produção*. Os trabalhos do filósofo francês, Louis Althusser vão de encontro a esta perspectiva, resumindo-se em duas grandes linhas de pensamento: «é a partir da reprodução que é possível e necessário pensar o que caracteriza o essencial da existência e a natureza da superestrutura» em que o aparelho de Estado é agente privilegiado de reprodução das relações de produção instigadas pela classe dominante (Pinto, 1984). Tendo como questão central assegurar os seus interesses, a ideologia da classe dominante torna-se uma ação prática, puramente instrumental, um meio com que as classes dominantes se dotam e com o qual contam impor os seus interesses: «porque, para o marxismo, são contraditórias as relações que definem o campo das práticas sociais, pode dizer-se que, no seu âmbito, os fenómenos históricos são sempre encarados como formas da luta de classes; nunca, como aconteceria em qualquer das variantes duma problemática do sujeito, como relações tendencialmente simétricas entre atores sociais, sejam eles “indivíduos” ou “grupos de indivíduos” empiricamente delimitados» (Pinto, 1976: 140).

Tornar as ideologias – como sistemas de formação de pensamento – sinónimos de um conjunto heterogéneo de manifestações, é um erro, porque «uma ideologia é um *sistema* (possuindo a sua lógica e rigor próprios) de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos consoante os casos)» (Althusser, 1971:238). O campo das manifestações ideológicas é um aglomerado de articulação de comportamentos, condutas, gestos, pressupostos e atitudes, que estruturantes do universo dos discursos socialmente produzidos e consumidos. Esta definição das manifestações ideológicas confronta a noção que reduz as ideologias a complexos e sistemas de ideias autónomos e por acima das relações sociais. O sociólogo argentino, Eliseo Véron, define as manifestações ideológicas como «todo o conjunto de signos pertencentes a um determinado universo de discurso delimitado por um código, seja este qual for (a língua, os códigos plásticos, as imagens transmitidas pela TV), e que é transmitido numa situação determinada sobre a base de um suporte físico distinguível da conduta dos recetores», no qual se integram os usos, os costumes, os sistemas de comportamentos, entre outros (Pinto, 1985).

Com Madureira Pinto, podemos perguntar: «O que são, afinal, ideologias práticas? Conjuntos de “ideias”, por um lado, e de “realizações” dessas “ideias”, por outro, como parece deixar entender a primeira definição? Conjuntos de “ideias realizadas” em comportamentos, atitudes, etc., como indica a segunda definição?» (Pinto, 1976: 148). Acima de tudo, importa entender as ideologias como construções sociais que enformam e mobilizam

processos e no nosso caso particular, estando presentes em todo o lado, são o âmago dos posicionamentos dos atores, designadamente os média.

4. Senso comum, ideologias, hegemonia e capitalismo avançado

O momento atual tende a produzir interpretações naturalistas, altamente individualizadas que se sustentam numa visão etnocêntrica dos processos sociais e humanos, atribuindo a características ligadas à natureza de certos grupos sociais como disposições psíquicas e comportamentais, pautadas de acordo com os valores dominantes na sociedade (Pinto, 1985). No período sob análise, o individualismo constitui um elemento estruturador da matriz ideológica do neoliberalismo. No século XIX, a classe dominante usou o utilitarismo e o individualismo como bandeiras doutrinárias para a implementação do sistema político e do capitalismo. Hoje, como na revolução liberal, impera a ideia de que a sociedade é constituída por um aglomerado de pessoas, na sua individualidade, e que a prossecução dos seus interesses numa lógica individualizante é a única garantia para um coletivo harmonioso. Esta ideia funcionou – e funciona – como postulado central, não só do senso comum, mas da filosofia política e da teoria científica. Assim, podemos asseverar que o senso comum – ao nível de representações espontâneas sobre a realidade – está «enquadrado em formações ideológico-doutrinárias precisas» (Santos Silva, 1986: 31).

Com a vitória ideológica do neoliberalismo nos anos 80 do século passado (com a imposição do Reaganismo e do Thatcherismo), as sociedades estão submersas num novo senso comum penal que visa criminalizar e punir a miséria. Na sua esteira ideológica e social do individualismo e da mercantilização esse mesmo senso comum, traduz em matéria de justiça (Wacquant, 2003:2-3), dando justeza às palavras de Gramsci quando refere que: «é preferível “pensar” sem ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma conceção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente» (Gramsci, 1995:12).

Loïc Wacquant relaciona a ascensão do Estado penal nos Estados Unidos – que foi acompanhada pela Europa e pela América Latina – não com o aumento da criminalidade, mas com a pusilanimidade do Estado social, que se preocupa com as oportunidades de vida, ocupando-se do direito ao trabalho, à educação, à saúde, à assistência social e à moradia pública: «desde há alguns anos ascende na Europa um desses pânico morais capazes, pela sua dimensão e pela sua virulência, de infletir as políticas estatais e de redefinir

duradouramente a fisionomia das sociedades que afeta. O seu *objeto aparente*: a “delinquência dos jovens”, as “violências urbanas”, as desordens múltiplas cujo crisol seriam os “bairros sensíveis”, e as “incivilidades” cujas vítimas principais e os primeiros culpados se supõe que são os moradores desses mesmos bairros. Convém manter entre aspas todos estes termos, porque a sua significação é tão fluida como os fenómenos que supostamente designam, e a propósito dos quais nada prova que sejam próprios dos “jovens” de certos “bairros” ou, ainda menos, “urbanos”. Todavia é assim que os vemos caracterizados um pouco por toda a parte e, mais ainda, ao mesmo tempo dir-se-ia que são óbvios. Enchem o discurso dos políticos, incham os diários e a televisão, e não faltam politólogos e sociólogos hábeis na colagem à atualidade a fim de proporem a quente esses livros de confeção rápida que, a pretexto de contrariarem as “ideias feitas”, lhes outorgam a dignidade de “factos da sociedade”, senão de categorias de análise» (Wacquant, 2000:1).

Trata-se do privilégio da *mão direita* do Estado que administra a polícia, a justiça e a prisão e cada vez mais ocupa as áreas excluídas do espaço social e urbano. Assim, as prisões assumem o papel de depósito dos excluídos, sendo ocupadas, quase exclusivamente, pelas «categorias problemáticas» que se encontram nas regiões inferiores do espaço social e urbano: «a penalização serve aqui como uma técnica para a invisibilização dos “problemas” sociais que o Estado, enquanto alavanca burocrática da vontade coletiva, não pode ou não se preocupa mais em tratar de forma profunda, e a prisão serve de lata de lixo judiciária em que são lançados os dejetos humanos da sociedade de mercado» (Wacquant, 2003:11). O que se torna insustentável é o controle realizado pela força punitiva do Estado sobre os pobres, seja por meio da Polícia, seja por meio do Poder Judiciário, tolhendo-se de forma dramática as liberdades desses indivíduos.

Os trabalhos de Wacquant denunciam com veemência esta nova ordem do capitalismo global que tende a substituir os mecanismos de regulação do Estado-Providência pelos de um «Estado-Penitência», os do Estado Social pelos do Estado Penal. Designa-se correntemente pela expressão de *Consenso de Washington* a panóplia de medidas de «ajustamento estrutural» impostas pelos gestores de fundos internacionais como condição de auxílio aos países endividados (com os resultados desastrosos que recentemente se puderam comprovar na Rússia e na Ásia). Designam-se assim, por extensão, as políticas económicas neo-liberais que triunfaram em todos os países capitalistas avançados ao longo das últimas décadas: austeridade orçamental e regressão fiscal, compressão das despesas públicas, privatização e reforço dos direitos do capital, abertura descontrolada dos mercados financeiros e das trocas, flexibilização do trabalho e redução da cobertura social. Doravante alargar a noção a fim de

nela englobar o tratamento punitivo da insegurança e da marginalidade sociais que são as consequências lógicas das políticas em causa (Wacquant, 2000:66-67).

Encontra também aqui aquilo a que Habermas chama o «potencial ambivalente» (1999) dos média, quando defende que as respetivas esferas públicas hierarquizam e, simultaneamente, abrem o horizonte possível de comunicação. É importante destacar que o tipo de oportunidades que os média podem oferecer aos seus públicos, dependem de onde e de como se posicionam os indivíduos a si próprios no *continuum* da ambivalência: «de Nova Iorque, a doutrina de “tolerância zero”, instrumento de legitimação de gestão policial e judicial da pobreza incómoda - ou seja, a que se vê, a que causa acidentes e perturbações no espaço público e, portanto, alimenta um sentimento difuso de insegurança, ou simplesmente de mal-estar tenaz e de incongruência -, difundiu-se por toda a parte com uma rapidez fulgurante. E com ela a retórica militar da guerra ao crime e da “reconquista” do espaço público, que assimila os delinquentes (reais ou imaginários), sem-abrigo, mendigos e outros marginais, a *invasores estrangeiros*- o que facilita a amálgama, sempre eleitoralmente compensadora, com a imigração» (Wacquant, 2000:18).

5. Os média e a amplificação do senso comum: a estruturação do campo hegemónico

Os problemas sociais não têm todos o mesmo impacto ou importância, não são todos igualmente mediáticos. Assim sendo, o campo jornalístico opera um verdadeiro trabalho de construção que depende largamente dos interesses de cada setor de atividade. Nesta perspetiva, uma parte dos males evidentes na representação pública é fabricada explicitamente por interessar aos jornalistas (Champagne, 1991). A maneira como os média escolhem e tratam estes males diz-nos, talvez, tanto sobre o próprio meio jornalístico como sobre os grupos de que falam. A informação a que temos acesso é a que os média querem que tenhamos acesso (Champagne, 1998)¹. Os média atuam no momento e fabricam coletivamente uma representação social. A primeira interpretação de um facto ou acontecimento apenas reforça as interpretações espontâneas mobilizando preconceitos.

Caso importante e paradigmático, nas suas múltiplas associações ao RSI, é o das periferias. As periferias também se tornaram um objeto público de discussão que se tornou uma preocupação política. São muitas vezes as populações marginais ou desfavorecidas que

¹ Aquilo que em psicologia social se designa por “marcar a agenda”, ou seja, mesmo num mundo global, a influência das minorias sobre as maiorias é grande, nomeadamente através dos média. Alguns autores referem que os média não nos dizem o que pensar mas sobre o que devemos pensar e desta forma definem a nossa agenda, que determina a construção de uma visão sobre um qualquer tema.

captam as atenções jornalísticas, no entanto, os efeitos da mediatização estão longe de ser aqueles que estes grupos sociais podem pretender, pois os jornalistas dispõem de um poder de fabricação particularmente importante (Champagne, 1993). A abordagem dos eventos distorce o que realmente se passa, domina o princípio da espetacularidade, torna necessário que vejamos agitação, é necessário vermos a raiva dos jovens para captarmos essa raiva (Champagne, 1991). Assim, podemos considerar com Champagne que os dominados são os menos aptos a poder controlar a representação deles próprios, o espetáculo da sua vida quotidiana não pode ser, para os jornalistas, algo sem interesse. Os dominados são assim incapazes de se exprimir dentro das formas requisitadas pelos média: o público que na sua maioria não pode conhecer a situação das suas periferias, retira dos artigos dos jornais e das reportagens televisivas uma representação vaga, alicerçada num enfoque desmesurado pelos média num acontecimento excecional (Champagne, 1991). Uma das maiores dificuldades na abordagem dos «problemas sociais» poderá residir no facto de que estes têm uma existência visível somente a partir do momento em que os média falam deles, quer dizer, quando são reconhecidos como tal pela imprensa. A questão é que esses problemas não se reduzem às *doenças mediaticamente constituídas*, nem sobretudo à imagem dos média a partir do momento em que deles se apercebem (Champagne, 1993).

Uma parte considerável do discurso sobre o RSI é amplificado pelos meios de comunicação social, envolvida numa relação em que os participantes estão ausentes no tempo e no espaço, ou seja, o discurso sobre esta prestação social e os seus beneficiários gira em torno dos *mass media* tais como as televisões e a *imprensa escrita* (Fairclough, 1992:49). O discurso produzido e reproduzido nos *mass media* - incluindo a imprensa escrita portuguesa que está sob análise – é peculiar porque a natureza das relações de poder em jogo não é clara, mas invisível. Ao contrário do discurso político sedado na Assembleia da República ou dos debates televisivos, que geram contraditório onde o debate tem uma relação circular entre o interpelado e o interpelador, o discurso jornalístico analisado caracteriza-se pela sua unilateralidade. Nos debates políticos televisivos ou nas conversas de café – por muito enviesados que possam ser – os participantes alternam entre produtores e os intérpretes. No discurso jornalístico a alternância entre produtor e intérprete é abolida e substituída por uma nova divisão de papéis: os produtores e os interpretes. O discurso jornalístico tem como objetivo produzir notícias e informar *em massa* para um público extenso e diverso, cujos produtores noticiosos constroem um sujeito ideal e agregador do senso comum para o leitor, transformando os jornais num veículo reforçador do senso comum. O discurso mediático tem na sua constituição uma posição subjetiva para um sujeito ideal em que os leitores têm que o

negociar (Foucault, 1973). Podemos considerar que os produtores das notícias que exercem poder sobre os consumidores, através da produção de notícias, formam e consolidam a opinião. Mas que opinião?

Para o sociólogo português António Teixeira Fernandes (1991), a opinião pública não existe. Ao haver opinião pública ela existiria como opinião *do* público, incidiria sobre questões públicas e seria o resultado consumado de uma construção produzida por atores diversificados (Fernandes, 1991:8). Contudo, na produção da opinião pública, o contributo dos atores diversificados é desproporcional, ou seja, existem atores que devido à sua classe social, ao capital simbólico, ao cargo profissional que ocupam, possuem mais poder na formulação da opinião pública. Os jornalistas contribuem de forma decisiva para a formulação dessa opinião pública pelo simples fato de darem a conhecer e acentuarem os acontecimentos sociais. Não obstante, os jornalistas também possuem uma vertente política, já que a construção das notícias tem impacto sobre a mentalidade geral formada. Em suma, a atuação dos jornalistas atuam como um agente fabricante de opiniões, e desempenham o papel de veículo de transmissão e reprodução de opiniões.

Para Gabriel Tarde, as opiniões individuais transformam-se numa opinião social que não deixa de ser «um agrupamento momentâneo e mais ou menos lógico de julgamentos (...) esses julgamentos encontram-se reproduzidos em numerosos exemplares junto de pessoas do mesmo país, da mesma época e da mesma sociedade» (Tarde In Fernandes, 1991:60-63). Torna-se opinião pública a opinião que se difunde da maneira mais rápida e eficaz. Habermas (1999) considera que existem dois domínios de comunicação que se confrontam no espaço público: «de um lado, o complexo das opiniões informais, pessoais e não-públicas, de outro, o das opiniões formais, reconhecidas pelas instituições» (Habermas, 1999: 255). Na sua definição, as opiniões formadas reconhecidas pelas instituições servem os grupos políticos, dispondo de um mecanismo de equilíbrio das forças sociais, para «se assegurarem da adesão plebiscitária de um público vassalizado» (Habermas, 1999:255) enquanto que as opiniões informais acompanham a fragmentação social que se manifesta a vários níveis. Por outro lado, ao propor uma teoria sociológica para a produção de opiniões, Pierre Bourdieu considera que a opinião pessoalizada é fabricada em função dos grupos sociais, assim reduzindo o próprio conceito de opinião pública a um artefacto (Bourdieu, 1979:625-640). Para Bourdieu, a capacidade de uma pessoa possuir uma opinião depende do capital cultural obtido e visto que esse capital – tal como todos os outros – não é distribuído de uma forma homogênea pela sociedade, criam-se as condições objetivas e subjetivas para que o espaço seja dominado por um conjunto de agentes que utilizam as novas tecnologias para criarem

uma opinião pública, ou várias, que se confrontam entre si. Seguindo a esteira do pensamento de Bourdieu, Patrick Champagne também distingue a opinião reconhecida pelas instituições políticas da opinião das massas. Assim, a opinião pública «ocupa uma posição central e estratégica (enquanto princípio de legitimidade) no funcionamento dos campos políticos e de tipo democrático» (Champagne, 1990:42) que hoje se afigura como uma arma ideológica. Em suma, tal como António Teixeira Fernandes, Patrick Champagne ilustra que a opinião pública não existe, o que existe realmente são correntes de opinião e a tentativa de a mensurar.

A opinião pública é uma construção em que vários agentes interagem, disputam e concorrem para a sua produção e pelo seu monopólio. No passado, era o poder político e o poder económico que asseguravam a sua produção, contudo na atualidade, estes atores tradicionais competem com os meios de comunicação. No passado, a imprensa também era dominada pelo poder político que detinha o direito e o dever de informar e de formar a opinião pública. Esta opinião pública era na realidade, a reprodução amplificada da opinião política, já que possuía a capital políticos dos legítimos representantes do povo. Contudo, na atualidade, «a imprensa contribui assim para abrir um novo campo de luta no interior do jogo político» já que os meios de comunicação estão colocados em condições favoráveis para atuarem como agentes que fazem o escrutínio e questionam o poder político (Champagne, 1990:135). Se no passado a opinião pública era uma expressão direta do poder económico e/ou do poder políticos, ela hoje é formada pelos *mass media* em que os jornalistas utilizam os seus recursos como arma simbólica do poder. Assim, a luta no interior do campo político é cada vez mais simbólica, já que é uma luta pelo controlo dos sistemas simbólicos e pelos sistemas de classificação que dão sentido ao mundo. O controlo dos sistemas simbólicos e de classificação é uma forma de dominação política. Assim, estabelece-se uma nova relação de proximidade entre o campo político e o campo jornalístico, relações mais complexas e mais apetecíveis que outrora, já que os jornalistas detêm poder devido à sua capacidade de agendar e impor na política os grandes temas da discussão pública. Como resultado deste empoderamento, os políticos perderam o poder de iniciativa que desagregou o monopólio do capital que detinham.

Com a constituição e autonomização do campo jornalístico, este passa a estar sujeito à prova do mercado económico e da interpretação política, já que as empresas de comunicação escrita – como o Jornal de Notícias, o Correio da Manhã e o Público – são empresas como outras que se concentram na fabricação de produtos para um mercado de consumidores. António Teixeira Fernandes (1991) adianta que no processo de fabricação destes produtos os profissionais da comunicação reelaboram acontecimentos dentro dos limites de manipulação

devido à subordinação à lógica e às leis do mercado. Assim, por mais que os produtores de notícias queiram aderir aos princípios de objetividade e imparcialidade, não estão isentos de pressões do mercado, uma vez que a sua capacidade na formação de opinião pública depende do público que conseguem atrair. Ou seja, o campo jornalístico está sujeito à prova do mercado económico e da interpretação política, porque o mesmo campo jornalístico é concorrencial no mercado político. Dentro deste quadro definido não podemos analisar o processo de comunicação e de produção de notícias sem abordar o quadro de organização económica – o capitalismo. Os média, tal como a imprensa escrita, estão sujeitos às relações de mercado (lei da procura e da oferta) ao produzirem símbolos, objetos e imagens que constroem o imaginário subjetivo dos consumidores, formando o senso-comum em torno de palavras, temas, grupos sociais, entre outros.

As notícias produzidas não são apenas informações. São construídas tendo em conta um contexto cultural e temporal específico que assume uma orientação definida de forma consciente ou inconsciente. As estratégias postas em ação tanto se apoiam mutuamente como entram em conflito. Desta maneira os jornalistas entram na luta política (Teixeira Fernandes, 1998). O impacto do jornalismo na luta política é ampliado ao afirmar a sua imparcialidade, o seu carácter apolítico e neutro. Ao cobrir o seu campo de ação sob a forma de neutralidade, aliado ao discurso pretensamente científico dos seus comentários, dados e objetos de estudo tornam-se fiáveis, o que narram torna-se uma realidade indiscutível. Seguindo o pensamento do sociólogo francês, Patrick Champagne, «os agentes sociais não dominam nunca tanto como quando encaram a lógica do seu campo; eles dominam tanto mais um campo quanto mais a lógica do campo os domina e [eles] realizam o que o campo pede e sanciona positivamente» (Champagne, 1990: 135).

A participação no jogo político por parte do campo jornalístico é viabilizada devido à intervenção de profissionais especializados – neste caso, os jornalistas – na interpretação, filtragem e manipulação de elementos fornecidos pelos meios de comunicação social, elevando os jornalistas a um plano de «neutralidade» que aparentemente está acima do debate político português nos grandes choques ideológicos apresentados pelos movimentos sociais ou pelos partidos políticos. Assim, os produtores de conhecimento e de informação do mundo social português, criam e moldam as representações de públicos, com efeitos mensuráveis nas condutas e na vida das pessoas. Nas determinantes das sociedades atuais, às quais a sociedade portuguesa não escapa, a batalha política é travada na conquista da opinião pública como uma forma moderna de elaborar estratégias. A batalha das ideias e da hegemonia política faz-se na sociedade civil, numa guerra de posições em que os campos políticos em disputa avançam ou

recuam nas suas trincheiras consoante a sua eficácia em imprimir as suas ideias e ganhar o senso comum para o respetivo campo ideológico (Gramsci, 1995). Na atual sociedade de massas, o tipo de comunicação dominante insere-se numa lógica em que os públicos se tornam mercados portadores de símbolos e significados, remetendo o público a meros recetores/consumidores de informação.

Os debates públicos e a formulação de opinião têm sido deslocados dos grandes centros de decisão política, como as assembleias legislativas, para espaços mais alargados e visíveis, convertendo o jogo político num jogo mediático. Com os meios de comunicação, forjou-se um novo espaço político em que um político tem que possuir meios e *know-how* para ocupar um lugar de relevo e destaque no campo jornalístico, numa era em que a notoriedade é criada pelas câmaras e pela comunicação (Fernandes, 1998). Um dos fundadores da sociologia, Max Weber, observava já que os partidos políticos como estruturas «devem contar com uma “opinião pública” muito desenvolvida, inteligente e que atue com liberdade». Contudo, é no trabalho de Patrick Champagne que verificamos que a «força social das opiniões dos diferentes grupos sociais é muito variável e depende nomeadamente da força social de que dispõem esses grupos», assim intensificando os esforços na disputa da hegemonia da opinião pública (1993:69). A opinião pública é assim formulada e condensada, pelas opiniões expressas pelos profissionais que disputam e lutam pela imposição da sua visão do mundo. Assim nasce a economia política da opinião.

O poder da opinião reside na sua capacidade de formar e moldar quadros mentais que – em grande parte – são determinados pelos meios de comunicação social (seja pela imprensa escrita ou pela imprensa audiovisual) em que estes não fornecem somente informação, mas orientam as próprias experiências, práticas e discurso em torno de um tema ou de uma temática presente na discussão política. Essa discussão é substituída pela passividade e a domesticação do conformismo e do senso-comum em que, para Wright Mills, os indivíduos escolhem os meios de comunicação formal que confirmam as suas crenças e sentimentos (Mills, 1981). Como evidenciado pelo pensamento de Giovanni Sartori, os mass media fabricam uma «opinião solidamente heterodirigida que aparentemente reforça, contudo na sua substância esvazia, a democracia como governo de opinião» (Sartori, 2006:63). Assim a democracia, o debate e o conflito gerado pelo contraditório de opiniões torna-se num sistema monolítico e homogêneo onde a democracia sofre um direcionamento da opinião e onde a dominação política reside no controlo dos mecanismos da ordem simbólica. É neste domínio que reside a construção e reconstrução das sociedades e é neste campo onde se estruturam e desagregam sistemas políticos. Com a transformação da discussão multidirecional pela

sociedade heterodirigida, Patrick Champagne ressalva que as democracias são ameaçadas «pela demagogia e pelo cinismo» (Champagne, 1998:274). É neste sentido que a análise sociológica é pertinente e é «tanto mais indispensável em política quando mais os sistemas de dominação tendem a ser cada vez mais complexo» (Champagne, 1998:276).

A dominação através do discurso mediático e a capacidade de dominação sobre os dominados, processa-se através do exercício do poder dos média cujas representações dependem da capacidade de produção sistemática de tendências noticiosas. Uma notícia que só retrata os beneficiários do RSI como possuidores de características desviantes e marginalizantes é sintoma disso mesmo. A eficácia do processo de etiquetagem, ancorada num domínio simbólico, é detido através da acumulação de notícias com cariz negativo, trabalhando a repetição na forma como se coloca a causalidade e como se posiciona o leitor e as imagens associadas à notícia. Os média exercem um influência multiplicadora ampla na reprodução social devido à sua escala e alcance e ao seu elevado nível de exposição a diferentes populações com um *output* relativamente homogéneo. Contudo, há que salvaguardar que os próprios leitores negociam a sua relação com os sujeitos ideais, podendo assim optar por receber ou rejeitar a informação com um olhar crítico ou simplesmente aceitar como parte constituinte da realidade social. Quando mais mecânico for o funcionamento de um pressuposto ideológico na construção de interpretações coerentes e criação de consciências homogéneas, mais seguro estará o status que se traduz numa maior eficácia na reprodução do discurso. Os média têm a capacidade de inscrever diferentes desenhos sobre a tela subjetiva que é a realidade.

6. A construção mediática dos desvios e o interacionismo simbólico

Devido à natureza do objeto de estudo proposto, temos que dar ênfase particular às teorias do interacionismo simbólico, enquanto teoria explicativa dos vários mecanismos de dominação social. Nesta dissertação iremos dar especial relevo à construção mediática das representações do Rendimento Social de Inserção e dos seus beneficiários, salientando que «ao dar uma visão necessariamente seletiva e ao privilegiar certas interpretações do[s] acontecimento[s], a imprensa contribui para fabricar o sentido político-social desses movimentos de significações, ao mesmo tempo, superabundantes e ambíguas» (Champagne, 1998: 73). Prosseguiremos com a concretização e operacionalização dos conceitos que estruturam o paradigma teórico do interacionismo simbólico, abordando os comportamentos desviantes já que os beneficiários do RSI são percecionados como tal.

No campo das teorias sociológicas que abordam os comportamentos desviantes, destaca-se o paradigma teórico-conceitual do interacionismo, o qual Martine Xiberras considera um «quadro teórico inovador» (Xiberras, 1996:115). No debate interacionista, posiciona-se um postulado central: não existem desviantes em si (Guerra, 2002). O que existe é uma relação entre atores sociais – sejam eles grupos ou indivíduos – que acusam outros de estarem a quebrar os valores e a moral de um contexto sociocultural. Os contextos de interação, na perspetiva interacionista, funcionam como «quadros de interação» ao referirem-se aos suportes cognitivos de sedimentação das atividades quotidianas dos atores.

Contudo, estes «quadros de interação» não se esgotam no trabalho cognitivo e enraízam-se de «diversas maneiras no mundo exterior, nomeadamente em “premissas organizacionais” que tendem a reativar certas formas mentais de orientação na situação e os tipos de comportamento que se lhe associam» (Corcuff, 1997:116). Esta tendência, na sociologia, considera que um conjunto de práticas sociais é alvo de condenação social e, por outro lado, que existem formas de punição estruturadas com a construção de novas categorizações de desvio. O interacionismo simbólico apresenta-se como um quadro teórico de mais valia, já que ao lidarmos com o senso comum e todos os seus pressupostos – naturalização, etnocentrismo e individualismo – a criatividade metodológica do interacionismo simbólico reside no facto de gerar um afastamento total das investigações que violentavam os padrões de comportamento, tal como as regras da moralidade dominante. Ou seja, tentaram contrariar os postulados moralistas e correcionais do naturalismo sociológico.

A condenação social a punição estruturada deriva das normas e das regras sociais construídas. Todos os grupos sociais fabricam regras e, sob um conjunto determinado de

circunstâncias, aplicam-nas. As regras sociais definem situações e os tipos de comportamento que são apropriados, traçando uma linha de ação entre o que é «certo» e o que é «errado» (Becker, 2008:1). As sociedades modernas não se caracterizam pela simplicidade organizacional, em que todos concordam na constituição de regras e na sua aplicação nas situações específicas (Becker, 2008:14). Antes pelo contrário, as regras são diferenciadas em termos sociais, classistas, étnicos, culturais e ocupacionais, em que estes grupos não partilham das mesmas regras. Quem é que, de facto, força os outros a aceitar as suas regras? Esta questão remete para o poder político e económico dos atores (Becker, 2008:17). As regras sociais quando são criadas têm um conjunto de valores filosóficos e éticos como base de formulação. Na sociologia, vários académicos propuseram uma panóplia variada de definições de valores. Contudo, essa discussão, não acrescentará ao desenvolvimento desta tese.

As regras moldam valores, regras específicas em situações problemáticas, e são produto da iniciativa de um ator que tem diligência moral, ou como Becker rotula, de empresários morais (Becker, 2008:147). Para Becker (2008), os empresários morais são um grupo que procura influenciar outro grupo a adotar ou manter uma norma. São quem toma a iniciativa de rotular um comportamento particular, difundir ou popularizar esse rótulo para toda a sociedade. Isto pode incluir a atribuição de rótulos negativos a comportamentos, bem como a sua remoção, positivamente etiquetar, ou remover esses rótulos positivos. O empresário moral pode pressionar para a criação ou execução de uma norma por qualquer razão, altruísta ou egoísta. Tais indivíduos ou grupos também têm o poder de gerar pânico moral, do mesmo modo múltiplos empresários morais podem ter objetivos conflitantes e trabalhar para se neutralizarem uns aos outros. Os empresários desempenham dois papéis fundamentais: de *criadores de regras* e de *impositores das regras*.

Para Becker, os criadores das regras fazem parte de uma cruzada reformista, interessados em moldar o conteúdo das regras que operam com uma ética absoluta, que numa conceção individualista, naturalista e etnocentrista, distinguem o bom do mal. O criador de regras é etnocentrista porque acredita que se os atores sociais aderirem à sua moral – a sua própria distinção do bem e do mal – estarão somente a fazer o que é melhor para eles (Becker, 2008:149). As cruzadas morais têm como intuito moralizar e domesticar as classes inferiores, com o objetivo de as auxiliar a atingir um status melhor para a sua própria salvação. Os indivíduos que compõem esta cruzada moral são, tipicamente, dominados pelas estruturas mais elevadas da classe dominante, assim somando mais poder à ordem social vigente, reforçando a sua própria legitimidade e posição moral. Por outro lado, a imposição da regra é

a institucionalização da criação das regras, ou seja, criam-se instituições e meios de controlo para tornar lei/norma social o que começou por ser uma regra moral. Os próprios dominados neste processo – os que são rotulados de desviantes – possuem o papel de autodomínio e de autocontrolo, socializando as normas, os valores e os comportamentos da moral dominante.

Como salienta Madureira Pinto, «só quando a infração à norma é reconhecida e designada como tal, dando lugar a um processo em que o transgressor assume a etiqueta como um estigma e a confirma, reincidindo, em bom rigor, se pode falar em comportamentos desviantes» (Madureira Pinto, 1994:144). Ao sustentar o processo de interação simbólica, o interacionismo imprime uma dinâmica constante que visa destacar o significado enquanto um produto da interação tal como o papel funcional dos símbolos durante esses mesmos processos. A interação simbólica é mediatizada por símbolos interpretativos atribuídos à própria conduta e à conduta dos outros, uma vez que a sociedade consiste em pessoas que respondem e negociam em torno de símbolos (Moore, 1988:44). Conjugando este ponto de vista, podemos afirmar a existência de formas de comportamento rotuladas de desviantes, não podemos é assumir que o desvio como uma característica «natural» ou intrínseca de um ator social (Guerra, 2002).

O conceito de *desvio* situa-se num quadro relacional. Dentro de uma estrutura de oposições binárias de «normal» e «desviante» o conceito de desvio assenta num processo de categorização social em que a atribuição de um rótulo desviante tem como consequência formas de amputação social. O tipo de amputação social varia pelo rótulo atribuído, ou seja, o ator rotulado é tratado pelos outros consoante a construção do rótulo. O paradigma da rotulação rege-se por três eixos. O primeiro destes postulados é a *variabilidade*, em que a rotulagem oscila de acordo com diversos fatores como o local de residência o género, a condição social, a idade entre outros.² O segundo eixo é o da *negociabilidade*, em que a rotulagem não é estática, estanque ou irreversível e os indivíduos têm a capacidade, mesmo que esta seja dependente de condições e recursos, de rejeitar rótulos ou proceder a um processo de reetiquetagem. Por último, o terceiro eixo, o *master status*, é a condição em que todas as ações e comportamentos são interpretados à luz do rótulo do indivíduo.

A construção identitária é o resultado do modo como vários atores sociais, e a sociedade em si, agem em relação a nós, da mesma maneira que nós criamos e construímos a nossa identidade de acordo como os outros agem e se relacionam connosco. Parafraseando Kalcelnik «um é definido pelo outro, um não pode existir sem o outro, um é função do outro»

² O sociólogo americano John Kitsuse desenvolve um trabalho sobre o processo de etiquetagem e a sua variabilidade nos homossexuais (1962).

(Kacelnik, 1985: 113). A definição de *desvio* não se centra propriamente no comportamento de um ator social, mas no comportamento que é socialmente percecionado, avaliado e aceite (ou não). Um corolário do processo de etiquetagem é a «interação espúria», ou por outras palavras, a interação falsa. Para Goffman (1982), as pessoas que estão em contacto com atores sociais etiquetados, como os beneficiários do RSI, agem, interagem e dialogam com os preconceitos, os comportamentos e os desvios resultantes da etiquetagem, eclipsando a pessoa que se encontra à sua frente. A interação passa a ser feita com a criação coletiva – sejam ela acertada ou errada, mas na maioria das vezes errónea – que deriva da etiquetagem e não com a pessoa enquanto indivíduo. O processo de estigmatização social está intimamente ligado ao processo de etiquetagem, revelando o carácter do desvio em relação às normas sociais vigentes. Porém, as identidades sociais são diferenciadas em dois campos; a *identidade social virtual* que é construída de forma aritmética pela soma de informações recolhidas do «eu» em torno da interação e a *identidade social* real composta pelos atributos próprios dos indivíduos.

Alguns dos atributos atribuídos pela etiquetagem implicam o «descrédito» imediato dos indivíduos que os possuem. Estes atributos conferem o «descrédito» e são ocultadas pelo indivíduo, fazendo ajustar a sua identidade virtual à sua identidade social. O estigma é edificado pela valorização de atributos considerados negativos, gerando marginalização, desqualificação social, exclusão e de desafiliação que constituem estereótipos identificativos (Paugam, 1991). A estigmatização é uma forma de classificação que lança o descrédito de categorias sociais, descapitalizando o seu *status* e a sua autoestima, que são considerados como «desviantes» face aos padrões dominantes. Como resultado, verificamos a inferiorização de uma categoria de pessoas rejeitada pela sociedade, destacando as suas diferenças e suprimindo as suas semelhanças. O processo de etiquetagem operado pela ideologia dominante tem em consideração as características sociais (rendimentos, orientação sexual, local de residência). Através da estigmatização, os beneficiários do RSI são apresentados perante a sociedade como desviantes, delinquentes, toxicodependentes, laxistas e preguiçosos, operando uma fabricação de identidades determinante para a orientação, moralização e disciplinização dos beneficiários.

7. Média, dominação e pânico morais

Os média são geradores e amplificadores de pânico morais. Os média surgem em todos os três papéis nos dramas do pânico moral: 1) *definindo a agenda* - ao selecionar os eventos desviantes ou socialmente problemáticos como material noticioso, depois empregando filtros para selecionar quais desses eventos são potenciais candidatos ao pânico moral; 2) *transmitindo imagens* – dando a conhecer as reivindicações de quem incentiva ou atenuar a retórica dos pânico morais; ou 3) *quebrando o silencio*, ao divulgar as reivindicação e expor os casos (Cohen, 2002: xxviii-xxix).

Os sucessivos cortes no Estado Social implementados pelo memorando da troika têm vindo a ser acompanhados com uma construção deliberada de um clima de desconfiança social. As crenças folclóricas do senso comum – a ideia de que um vastíssimo número de pessoas pede o RSI de forma fraudulenta – ganha credibilidade oficial. O Governo confirmou essa representação através da insistência numa alegada necessidade de práticas institucionais (através da lei e do reforço de controlo administrativo) cujo objetivo seria separar o trigo do joio. As mudanças legais assumem, a par com a cultura publica, a noção de que todos os beneficiários do RSI são potenciais fraudulentos.

Um pânico moral não implica que algo tenha acontecido, e a reação baseada na histeria, na desilusão ou ilusão, é criada pela exagero do problema tanto no seu cerne (será que o problema é mesmo um problema) como em comparação com problemas bem mais sérios (Cohen, 2002:vii). Stanley Cohen defende que cada estrutura social interioriza um conjunto de ideias, normas e pré-disposições sobre as causas do desvio. Estas conceções determinam a reação face aos comportamentos esperados, em que este mesmo processo de interiorização é determinado pelos média que, na sociedade contemporânea, são os centros de difusão de informação a partir do qual os atores sociais constroem a realidade social. A informação recebida que será utilizada para construir a realidade, é, invariavelmente, em segunda mão e apropriada pelos recetores já selecionada, triada e digerida. A informação processada é socialmente estruturada em função dos constrangimentos a que estão sujeitos os média. Assim, os média tornam-se agentes de indignação moral ao divulgar, e ao mesmo tempo produzir problemas sociais. Podemos fazer um paralelismo ao conceito de esfera pública habermasiana, como espaço de debate público onde o surgimento de opiniões e questões fica ameaçado pela restrição do debate democrático, operado pelo desenvolvimento dos meios de comunicação em massa, que se transformam em veículos fundamentais de (re)produção de informação e do próprio conhecimento (Habermas, 1984).

Importa destacar um ponto que diz respeito à identificação da variável chave, que circunscreve a reação social amplificada à quantidade de desvio que é assumido pela informação. Nesse sentido, a informação é constituída de tal forma que os atores nela descritos são representados de forma estereotipada, na medida em que a percepção cognitiva da ameaça é realçada em detrimento da sua realidade, permitindo dizer que «a reação a um ato determina se este é classificado como desviante, e a maneira como o ato é descrito e rotulado também determina a forma do desvio subsequente» (Cohen, 2002: 24). Como colocado por Stanley Cohen, «Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas surge para se tornar definido como ameaça para os valores e aos interesses sociais; a sua natureza é apresentada de uma forma esterilizada e estereotipada pelos *mass media*, as barreiras morais são geridas pelos editores, moralistas, políticos e outras pessoas “corretas”» (Cohen, 1980: 9).

Na sua abordagem dos incidentes por parte dos média, Stanley Cohen sistematiza um inventário baseado na premissa «as reações desenrolam-se na base dessas imagens processadas: as pessoas ficam indignadas ou importunadas, formulam teorias e planos, fazem discursos, escrevem cartas aos jornais. A apresentação dos média ou o inventário dos eventos dos Mods e Rockers é crucial para determinar os últimos níveis da reação» (Cohen, 2002: 30). O inventário dos média pauta-se por quatro características fundamentais: *o exagero, a distorção, o prognóstico e a simbolização* (Cohen, 2002: X). A *distorção* está ligada ao estilo de apresentação das notícias acerca dos incidentes e do objeto de construção do desvio como os títulos sensacionalistas, na maioria das vezes, enganosos. No campo da distorção sensacionalista verificamos o uso plural genérico onde uma linguagem e um vocabulário dramático são empregues. Neste campo, verificamos um uso sistemático de palavras como «malandros», «preguiçosos», e «inúteis». Stanley Cohen (2002) ainda destaca um outro veículo de distorção que se baseia nos rumores. A dinâmica de publicação da imprensa noticiosa é operada pela repetição exaustiva de histórias falsas, com o intuito de divulgar histórias não confirmadas. Estas histórias desempenham um papel fundamental ao penetrarem na consciência coletiva que determina as reações sociais em que a «repetição das histórias que são obviamente falsas, apesar de não ter provas disso é um achado habitual em estudos do papel dos *mass media* em espelhar o histerismo em massa» (Cohen, 2002: 33).

O *exagero* exhibe-se pela amplificação dos elementos noticiosos, em que o maior tipo de distorção reside no exagero excessivo dos eventos, dos números associados e da violência em torno das notícias. Ao analisarmos o conteúdo constatamos que a proporção da imagem não tinha qualquer fundamentação. O exagero das reportagens noticiosas – seja em papel ou na televisão – emerge como «uma característica não apenas das notícias acerca do crime

como um todo, mas dos inventários dos *mass media* em eventos como protestos políticos, distúrbios radicais, etc.» (Cohen, 2002:31).

Como elemento do inventário, o *prognóstico*, constitui um papel determinante no desdobrar das representações sociais, na medida em que, implicitamente, o sucedido nas notícias irá acontecer novamente. Para Cohen, «os prognósticos efetuados na fase do inventário tornam a forma das afirmações de figuras locais, tais como os homens de negócio, as autoridades autárquicas e o porta-voz da polícia acerca do que deve ser feito da “próxima vez” ou as precauções imediatas que devem ser tomadas». Os prognósticos em torno do pedido e uso fraudulento do RSI são denunciados, grande parte das vezes, por porta-vozes partidários no decorrer das campanhas eleitorais. Verificamos que é o líder do CDS-PP, Paulo Portas, o agente que desdobra estas visões prognósticas. No âmbito do prognóstico, há que destacar os elementos discursivos que confirmam as expectativas existentes, sem nunca articular posições contrárias que sejam coesas.

O último elemento do inventário assenta no *poder simbólico*, cuja articulação entre as palavras e as imagens difundidas é fundamental na criação de estereótipos durante a fase do inventário em que «a comunicação e especialmente a comunicação dos *mass media* acerca de estereótipos, depende do poder simbólico das palavras e das imagens» (Cohen, 2002:40). As imagens tornam-se palavras e as palavras tornam-se imagens e cada um repercute sentidos e sensações. O RSI tornou-se símbolo de um indivíduo delinquente ou desviante, palavra carregada de vergonha. As palavras ficam despejadas do seu contexto neutral de significado, ligando-o a uma aceção amplamente negativa «por intermédio de *simbolização*, mais do que acontece com os outros tipos de exagero e distorção, as imagens podem tornar-se mais enganosas do que a própria realidade» (Cohen, 2002:43).

Em suma, o inventário acima sistematizado não faz uma verificação simples dos acontecimentos, mas forma um conjunto de ferramentas coerente que auxiliam a manipulação e fabricação de «elementos de fantasia, seleção e criação deliberada de notícias» (Cohen, 2002: 44). Neste processo, existe uma necessidade institucionalizada de fabricar notícia e a estrutura seletiva deste processo (Guerra, 2002). O fator mais interessante de analisar é como as imagens são cristalizadas em opiniões e atitudes que correspondem a um sistema de crenças que se estruturam dentro de um quadro de opinião pública e são, consequentemente, interiorizadas cognitivamente de forma a organizarem um quadro discursivo dos atores sociais. As principais temáticas do sistema de valores e de crenças, podem ser sistematizadas em três categorias: *a orientação*; *as imagens*; *as causas*. A temática da *orientação*, remete para o ponto emocional e intelectual em que o desvio é percecionado, encarando e avaliando

os comportamentos grupais com uma profecia de autodestruição. Esta abordagem ao problema – e não só do comportamento em si – atribui importância à origem social, que será propensa a manifestações associadas destrutivas como a toxicodependência e à violência. Por outro lado, a temática das *imagens* acerca dos beneficiários do RSI e dos seus comportamentos, cinge-se à fonte imagética que é canalizada para atribuições ilegítimas, cujo objetivo é sustentar uma visão ideológica, dando uma renovada legitimidade para aplicar políticas assistencialistas. Com esta constituição entram no imaginário coletivo os compósitos do estigma composto por um conjunto de atributos como a irresponsabilidade, imaturidade e a falta de respeito pelas autoridades institucionais. A terceira e última categoria temática centra-se na atribuição de *causas* para o comportamento desviante. Esta lógica prende-se com a percepção de que o desvio é uma patologia, que se tenta explicar através da noção da doença socialmente contagiosa para qual se necessita cura. Atribuem-se causas para justificar o comportamento desviante, no qual surgem discursos que consideram que existem muitas oportunidades de emprego que não são aproveitadas pelos beneficiários do RSI.

A maioria dos conteúdos expressos na imprensa escrita faz caminho no imaginário do público, desencadeando processos de controlo social. Os modelos sociais dominantes que explicam o desvio, formam a base política do controlo social, que, como sistema, terá que dar as respostas para o «pânico moral» instalado e acomodado. A reação sendo o «socorro e as faces do remédio» (Cohen, 2002) as respostas sociais são sistematizadas em três processos: *sensibilização*, *cultura* do controlo social e *exploração*. O processo de *sensibilização* é a transformação de um problema ambíguo num foco de ameaça generalizado, tornando-o mais perceptível, fazendo com que «qualquer item de notícia que entra na consciência do indivíduo tem o efeito de aumentar a sua atenção face a cláusulas que sejam da mesma natureza que o indivíduo possa ter ignorado ou passado» (Cohen, 2002:77). No que respeita ao RSI, as representações em seu torno ligam os beneficiários a espaços marginalizados da sociedade – os bairros sociais – e a focos intensos de pobreza. Os média desenvolvem dispositivos de vigilância acerca das ameaças à comunidade e às respetivas ações a serem tomadas (Guerra, 2002).

Decorrendo da *sensibilização*, instaura-se uma *cultura de controlo social* que se caracteriza por elementos comuns como a *difusão*, a *escalada* e a *inovação*. Como elemento mais visível da cultura de controlo social, a difusão radica na sua ampla difusão para além dos espaços em que o comportamento desviante ocorreu, contaminado outros campos sociais. A escalada baseia-se no mecanismo cognitivo que aumenta de intensidade as representações do desvio, para proporções megalómanas. Por último, a inovação centra-se em acionar uma

pluralidade de respostas face ao desvio do sujeito que implica uma mobilização de técnicas e metodologias para o seu combate. Os agentes do controlo social – instituições governamentais, jornais, porta-vozes políticos – desempenham um papel fulcral na etiquetagem, tanto na reação mais imediata face ao desvio, como numa relação posterior, cristalizando um sistema de crenças e de generalizações alicerçado em mitos, estigmas, estereótipos que produzem novos mecanismos de policiamento social. Por último verificamos que a exploração, que se baseia na reação ao comportamento desviante, envolve uma cultura explorativa do desvio assente na *ideologia* –a utilização incessante do desvio para defender, anunciar ou reforçar um ideologia - e no *comércio* que favorece os jornais.

Em forma de síntese, os média são elementos estruturantes na construção de representações sociais, capazes de fabricar um falso objeto. A construção mediática do desvio é importante para a sociologia e para os grupos dominados, visto que estes não detêm os recursos ou os mecanismos que lhes permitam agir ou reagir aos estereótipos veiculados. Os indivíduos ou grupos sociais que façam parte da lanterna vermelha na estrutura social, como os beneficiários do RSI, serão mais vulneráveis à fabricação e aplicação de representações sobre a sua própria vida, pois estas mesmas pessoas situam-se numa posição de dominação social, simbólica e política. Esta expressão da violência simbólica «é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que sofrem e também, muitas vezes, dos que a exercem na medida em que uns e outros estão inconscientes do facto de a exercerem ou de a sofrerem» (Champagne, 1980: 222). Os dominados não falam, mas são falados (Bourdieu, 1998).

Capítulo III

Estratégia metodológica: modelo de análise, técnicas e *corpus* de análise

«O homem não pode viver no meio das coisas sem fazer delas ideias segundo as quais regula o comportamento».
Émile Durkheim, *Regras do Método Sociológico*, 1998.

1. Posicionamentos

Um dos fundadores da sociologia, Émile Durkheim, teoriza que a legitimidade de análise dos fatos sociais e todo o seu desenvolvimento, se polariza na investigação científica, que tem como objetivo ocasionar uma rotura com as pré-noções e pré-conceitos típicos do conhecimento comum. Compete à sociologia como ciência definir rigorosamente os seus conceitos, submeter as suas hipóteses à comprovação empírica de forma a contrariar interpretações vulgares e o senso comum a que as disciplinas sociais são especialmente permeáveis (Silva, 1996:30). A regra metodológica de Durkheim, ou seja, explicar o social pelo social e só pelo social, compõe um princípio chave para superarmos o fato de não haver elementos metassociais que possam dar cientificamente conta dos fatos sociais (Silva, 1996: 30). Os fatos humanos são sempre fatos interpretados em que a consciência dos atores sociais é um elemento estruturante do mundo social, distinguindo-se radicalmente dos eventos físicos. Com estes elementos, é importante ter em consideração que as representações coletivas da sociedade, seja de grupos, minorias ou, neste caso, dos beneficiários do RSI, são imagens, conceitos e símbolos construídos no quotidiano que edificam o património partilhado pelos grupos, ou pelo grupo mais alargado que rotulamos de sociedade.

Como já abordámos no capítulo anterior, as conceções teóricas dos *media* e a própria produção de informação e de símbolos, dão-nos uma base de reflexão importante para atender às particularidades específicas da informação e simbologia veiculada pelas peças noticiosas dos jornais sob escrutínio. O método empregue para examinar as notícias dos jornais será a análise crítica do discurso (ACD) de forma a descortinar que as próprias peças jornalísticas são portadoras de ideologia – mesmo quando se apresentam como não ideológicas – e possuem a capacidade de produzir a reproduzir representações sociais aos seus públicos/consumidores. A dificuldade metodológica coloca-se na fundamentação da escolhas

adotadas, das técnicas a serem utilizadas e a sua justificação. De forma a justificar a escolha de um entrosamento entra a *análise de conteúdo* e a *análise de discurso*, neste capítulo, procuraremos debruçar-nos sobre as vantagens e desvantagens para em nome do rigor científico apontar as potencialidades e os estrangulamentos da metodologia adotada. Assim, embarcaremos numa incursão que começará no surgimento da análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais, traçar a sua evolução no campo e analisar as suas respetivas vantagens e limitações. Após esta incursão, iremos delimitar e justificar o modelo de análise a ser empregue, seguido da constituição do *corpus* – o material empírico recolhido. Este capítulo é estruturante porque é nele que se sustenta o *modelo*, a *técnica* e *corpus* que será a plataforma de análise e a coluna vertebral de toda a dissertação.

2. As possibilidades da análise de conteúdo

A análise de conteúdo é uma das técnicas de investigação mais preponderantes nas ciências sociais, pois não restringe a compreensão de dados a um processo cumulativo de indicadores e de ocorrências materiais mas tem em conta fenómenos simbólicos e de sentido (Krippendorff, 2003:7). Foi na sequência da obra de Lasswell (1927) – *Propaganda Technique in the World War* e dos trabalhos de Malcolm Willey (1926) e de Berelson e Lazarsfeld (1948) que a análise de conteúdo foi sustentada como uma técnica útil no estudo da comunicação social, da opinião pública e da propaganda política associada a objetivos pragmáticos de intervenção e investigação empírica. Com os primeiros passos dados e com a constituição de uma nova ferramenta, a análise de conteúdos estendeu-se a várias disciplinas das ciências sociais e é hoje das técnicas mais comuns na investigação empírica nas diversas ciências humanas e sociais (Krippendorff, 2003:18; Vala, 1986:101).

Sendo um dos pioneiros na análise de conteúdo, Berelson (1952) define esta técnica de investigação na medida em que permite «a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto na comunicação» (In Vala, 1986: 103). Tendo esta definição como base, Cartwright (1953) alarga o conceito propondo a extensão da análise de conteúdo a «todo o comportamento simbólico» (In Vala, 1986: 103). Esta proposta de Berelson (1952), que visa restringir a análise de conteúdo ao conteúdo manifesto, vai de encontro à ideia de que a análise de conteúdo deve servir objetivos descritivos e classificatórios, revelando a preocupação do mesmo em resguardar a análise de conteúdo as inferências ingénuas ou intencionais e a ideia da transparência dos atores sociais. Passados 30 anos, dá-se outra alteração quando Krippendorff (2003) define a análise de conteúdo como «uma técnica de

investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para os seus contextos» (In Vala, 1986: 103).

Ao ter-se iniciado com uma definição limitada que ao longo do tempo tem vindo a ser alargada, a análise de conteúdo pode ser caracterizada como um método de inquérito ao significado simbólico da mensagem. As mensagens não têm um único significado que necessita de descodificação já que podemos categorizar frases, descrever as estruturas lógicas da expressão, revelar associações e conotações que poderão sofrer interpretações políticas e sociológicas. As mensagens veiculam informação, dando conhecimento ao recetor sobre eventos que ocorrem numa realidade que não é a dele, sobre sujeitos que não conhece e com quem nunca entrou em contacto ou sobre ideias na mente das pessoas. Geralmente, as mensagens e comunicações simbólicas incidem sobre outros fenómenos para além do que é diretamente observado (Krippendorff, 2003: 23). Em qualquer análise de conteúdo, o contexto em que os dados analisados estão inseridos, tem que ser explícito, visto que apesar dos dados estarem disponíveis, o seu contexto é construído pela análise de conteúdo tendo em conta o meio ambiente em que estão inseridos, incluindo as condições, os antecedentes e as consequências. A necessidade de delinear o âmbito da análise de conteúdo é importante, visto que existem infinitas possibilidades contextuais em que esta poderá decorrer, assim o seu limite lógico, de tal como o contexto, terá que ser definido para ser tido em consideração (Krippendorff, 2003: 26).

O intuito da análise de conteúdo é o de realizar inferências, numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas (Vala, 1986: 103). Assim, as condições de produção de uma análise de conteúdo podem ser sumarizadas no seguinte: os dados dissociados da fonte e as condições gerais em que foram produzidos; o analista insere os dados num novo contexto que constrói com base nos objetivos e no objeto de pesquisa, sendo neste caso específico, as representações associadas ao RSI e aos seus beneficiários. Ou seja, o material na análise de conteúdo é concebido como resultado de uma rede complexa de condições de produção, cabendo ao analista construir um modelo que seja capaz de criar incursões sobre essas mesmas condições de produção (Vala, 1986: 104). Este processo tem como objetivo a desmontagem sistemática de um discurso e a produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, sendo resultado de uma dinâmica entre as condições de produção do discurso e as condições de produção de análise.

A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de informação e não um método, com a capacidade de se integrar em qualquer tipo de procedimentos lógicos de investigação,

servindo diferentes níveis de investigação empírica (Vala, 1986:104). Acresce ainda uma outra vantagem, já que a análise de conteúdo tem a adaptabilidade de incidir e analisar dados não-estruturados, permitir trabalhar sobre fontes tão diversificadas como a correspondência, entrevistas abertas, mensagens dos *media* ou somente recortes de imprensa que constituem uma fonte de informação valiosa visto que são material que não foi produzido com o objetivo de servir de investigação empírica.

A prática consistente de análise de conteúdo assenta em três eixos: *com que frequência ocorrem determinado objetos; quais as características/atributos associados ao diferentes objetos; qual a associação ou dissociação entre os objetos*. A primeira questão é a análise do que é que acontece e é importante, pressupondo a quantificação simples de ocorrências de palavras-chave e conceitos. A análise de frequência permite ao analista inventariar as palavras ou símbolos chave, os conceitos, os temas em questão, os temas ignorados entre outros. A segunda questão, liga-se ao estudo avaliativo dos objetos referidos pela fonte, ou seja, o que é avaliado e como, em que as atitudes favoráveis e desfavoráveis da fonte e o seu sistema de valores. A terceira e última questão aventa uma transformação ao nível da relação das práticas dominantes na análise de conteúdo. Ou seja, o material sob análise não é considerado como um conjunto informe mas como uma estrutura. Aqui o analista tem como objetivo fazer a ligação entre o inventário dos referentes da fonte e a análise do sistema de pensamento da fonte e dos seus pressupostos ideológicos, pensando a estrutura de relações entre os objetos.

3. A heurística da análise do discurso

Nos últimos anos, a par com a análise de conteúdo a análise do discurso tornou-se numa designação central a um vasto conjunto de abordagens nas ciências sociais (Esteves, 1998). A análise discursiva não é um fenómeno isolado, é envolvente e dinâmico e deve ser vista como parte de um movimento interdisciplinar registado na investigação da sociologia, antropologia e de outras ciências sociais que procuram interpretar os fenómenos comunicacionais e linguísticos. Assim, como descrito por José Azevedo, a análise de discurso será melhor compreendida como «guarda-chuva» que «cobre uma larga amplitude de abordagens com diferentes origens teóricas e consequentemente diferentes enfoques metodológicos» (In Esteves e Azevedo, 1998) em que duas tradições se destacam. A primeira corrente assenta na tradição filosófica mais «continental», cujas preocupações se centram nas qualidades performativas do discurso, ilustrando a relação entre retórica e discurso, teorizando que as

práticas discursivas são práticas sociais, produto de desiguais relações de poder (Martins In Esteves e Azevedo, 1998). A segunda corrente, partindo de uma tradição anglo-saxónica e do campo da psicologia social, procura «evidenciar a forma como a análise de discurso estrutura um novo paradigma, com importantes diferenças ao nível epistemológico e metodológico da clássica análise de conteúdo» (Azevedo In Esteves e Azevedo, 1998:107). O que há de comum às diferentes abordagens da análise de discurso é a ideia que a linguagem e/ou discurso não são um meio transparente e neutral, a linguagem é intencional e interpretativa. A ideia chave é que toda a linguagem «constrói, regula e controla o conhecimento, as relações sociais e as instituições» (Azevedo In Esteves e Azevedo, 1998:108). Ao serem considerados aspetos chave que temos que ter em conta durante a realização da prática de análise do discurso, existem três eixos de consenso na investigação discursiva: *variabilidade, construção e função*.

Tradicionalmente, as metodologias das ciências sociais procuram na regularidade uma forma consistente de observações e afirmações, para confirmar ou abjurar uma teoria, enquanto na análise de discurso a procura da regularidade é baseada na inconsistência e na variação de registos, ou seja, na *variabilidade*. Os analistas não tratam a linguagem como um indicador de outras situações, nem tentam recuperar os acontecimentos, o contexto e os processos cognitivos nos discursos, mas concentram-se nos seus usos e nos efeitos da sua utilização.

O objetivo deste processo é de «nos conduzir a “construções discursivas” composta por diversos fragmentos de significados que são produzidos conjuntamente num texto particular» (Azevedo In Esteves e Azevedo, 1998: 108). Assim, a análise da variabilidade tem como intuito decantar a diversidade de significados existentes e evidenciar como a linguagem é utilizada numa multiplicidade de funções, cujo uso tem uma variedade de consequências. A segunda característica da investigação discursiva é a dimensão *construtiva* da linguagem, na forma como a atividade simbólica utiliza recursos culturais para tornar compreensível a terceiros (Parker, 1995). As abordagens discursivas representam modos interpretativos e qualitativos de análise, que se focam na forma como a linguagem é utilizada enquanto mecanismo vinculante na construção de sentido, delimitado pela nossa interação e construção de textos sociais. Assim, a linguagem não se resume a um estado mental individualizado e individualizante, ou um processo cognitivos, mas é um local ativo para a negociação contínua de vários significados, trasladando o foco das estruturas psíquicas para as estruturas sociais. A linguagem não existe na cabeça, mas existe no mundo (Rueda & Antaki, 1998, 133).

A terceira e última característica consensual é a *função*. Em vez de tentar chegar ao significado por detrás das palavras, a análise discursiva foca-se na sua utilização e nos efeitos da linguagem. Mesmo quando se classifica, de forma descritiva, o beneficiário do RSI como um «preguiçoso», os comentários sociais têm sempre outros efeitos, sejam eles para o reforço, ironia ou de apoio a esse mesmo estigma. Assim, é colocada, contra a prática argumentativa, uma prática sociológica onde a *magia* (força) da palavra é, realmente, social em que a autoridade é exterior à própria linguagem (Bourdieu, 2003). As referências teóricas são os «atos da fala» (Austin, 1962; Searle, 1969) e a pragmática, cuja disciplina «analisa os usos dos enunciados, tendo em conta o contexto» (Esteves, 1998: 110).

Há neste contexto um debate entre *interno*-externo, ou seja, entre por um lado, aqueles que têm uma perspetiva mais individualista (seja pela focalização dos discursos dos indivíduos ou por considerarem as estruturas linguísticas como determinantes para a atribuição do sentido) e, por outro, aqueles que defendem que tudo está na linguagem e que as nossas competências cognitivas podem ser desfeitas por um discurso que nos é exterior. Para Moisés Martins (1998), trata-se da oposição entre uma «argumentação “na língua”» que pressupõe que o carácter argumentativo de um enunciado depende da sua forma linguística e, por outro lado, uma argumentação cuja legitimidade é atribuída pelos critérios extralinguísticos, em que a competência linguística não entra na estruturação de significado.

Dentro da análise de discurso afigura uma corrente associada cuja principal noção é o «repertório interpretativo», identificado pela utilização de metáforas recorrentes entre outras figuras de discurso. Os investigadores que adotam este estilo de análise, centram-se num plano «interno» já que se concentram sobre os indivíduos, marginalizando as dimensões políticas nos discursos. Posicionado noutro pólo, encontramos Parker (1992) entre outros. Na esteira do pensamento de Parker (1992), os discursos são transindividuais, não existindo dentro de indivíduos particulares, mas a sua existência é atribuída à comunidade em si, aproximando-se da visão de Foucault, em que os discursos são práticas que sistematicamente formam os objeto sobre quais incidem.

4. Uma opção intensiva e qualitativa

No que diz respeito à definição do que é uma abordagem qualitativa, as diferenças das variadas abordagens discursivas são grandes. A diferença fundamental estrutura-se entre os que procuram analisar os textos recorrendo a formas padronizadas – como a análise de

conteúdo – e aqueles que adotam um estilo de explicação mais hermenêutico (Azevedo, 1998:113).

Iñiguez e Anataki (1993) introduzem técnicas que podem ser utilizadas para efetuarmos uma análise de discurso em consonância com os princípios epistemológicos que vêm de um paradigma qualitativo de investigação. A análise de discurso não é «uma técnica fixa e perspectiva que se pode seguir como se segue uma reta» (Iñiguez & Antaki, 1993: 133). Contudo, a análise de conteúdo é explicitamente e deliberadamente cega a muitas variáveis a que somos interpelados na linguagem do quotidiano, tal como o contexto, a ironia, o duplo sentido, a agenda visível e oculta. Isto tem importância porque permite localizar o epicentro do debate entre a análise de discurso e outros métodos que trabalham com dados linguísticos. É neste ponto que se escava o fosso entre a análise de discurso e a análise de conteúdos, visto que a análise de discurso se destaca por assumir uma teoria da linguagem mais sofisticada. A lição mais importante a retirar da análise de conteúdos é que os processos sociais não podem ser analisados à margem dos agentes sociais, nem à margem das suas próprias compreensões.

O *corpus* e a estruturação de categorias

Como qualquer outra prática de pesquisa empírica, a análise de conteúdo e a análise discursiva pressupõe objetivos e referentes teóricos. Ao propormos a análise da imprensa escrita, o *corpus* de análise é constituído por estes mesmos materiais, compostos pelos três diários nacionais – Jornal de Notícias, Correio da Manhã e o Público – entre os anos 2007 e 2011. Nesta mesma constituição do *corpus*, há que ponderar as questões metodológicas adjacentes à diversidade e heterogeneidade das fontes documentais e a pertinência teórica entre o tipo de informação contidas nos documentos e os objetos de análise ou entre documentos e os diferentes elementos que constituem o modelo do investigador (Guerra, 2002).

Os três jornais selecionados – Jornal de Notícias, Correio da Manhã e o Público - tiveram como critério a sua capacidade de tiragem a nível nacional, ou seja, terem uma cobertura nacional variada. A preponderância dada à escolha de jornais diários nacionais, em vez de jornais semanais ou jornais com características locais é devida ao facto de que o discurso em torno da medida não se restringe a uma área geográfica, mas cinge-se a uma medida nacional, conferindo-lhe uma aproximação à representatividade do discurso dominante. Estes são jornais com uma tiragem total de 278 000 exemplares por dia, em que cada um deles abrange áreas geográficas diferenciadas, tem estratégias jornalísticas diferentes em termos de captação de diferentes segmentos do mercado abrangendo públicos-alvo

diferentes. Para analisarmos as representações em torno do RSI e dos seus beneficiários, efetuámos uma exaustiva recolha de notícias e de artigos de opinião de dois jornais classificados como “jornais de referencia” – Público e o Jornal de Notícias – e um jornal popular que é o Correio da Manhã (Mesquita e Rebelo, 1994:15)

Uma questão essencial ao constituir o *corpus* é o espaço-temporal que sobre análise, ou seja, o anos 2007 até ao final de 2011. O objetivo inicial era analisar o discurso e as representações em torno do Rendimento Mínimo Garantido – desde a sua constituição em 1996 - passando pela alteração legislativa executada pelo Governo do PSD e CDP-PP para Rendimento Social de Inserção até a atualidade, de forma a elaborar uma geologia dos discursos, práticas e representações em torno desta medida. Contudo, devido à natureza deste volume de trabalho e à limitação do tempo disponível e da extensão desta dissertação, tivemos que optar pela restrição temporal de forma a tornar viável o tratamento de dados e elaborar um análise coerente e consistente. Esta recolha de informação procurou ter uma cobertura nacional, isto é, do ponto de vista simbólico teve o intuito de congrega vários territórios que fazem a construção do imaginário coletivo.

O material empírico que foi a base estruturante deste trabalho consistiu em todos os artigos que se referissem ao Rendimento Social de Inserção/RSI, seja na sua vertente política, social, legislativa ou dos próprios beneficiários. Esta abordagem deu-nos o manancial para construir o universo do Rendimento Social de Inserção/RSI, em múltiplas vertentes. Questão esta intrinsecamente ligada à cristalização da imagem do RSI fundada em perceções negativas que levam à implementação, consolidação e edificação do estigma que gera e potencia a identificação negativa dos beneficiários. Por sua vez, esta perceção negativa leva à perda de autoestima coletiva dos beneficiários e ao reforço da moralização dos mesmos.

Através desta recolha sistemática de informação obtivemos um *corpus* de análise constituído por 918 notícias, distribuídos de forma díspar pelo Jornal de Notícias (398 artigos), pelo jornal Público (353 artigos) e pelo jornal Correio da Manhã (167 artigos), como indicado na Tabela 1.

Jornal	Nº de Notícias	% do total
Público	353	39%
Correio da Manhã	167	18%
Jornal de Notícias	398	43%
	918.00	100%

Tabela 3.3: *Corpus* de análise

No tratamento do *corpus*, não só testemunhamos uma disparidade entre as notícias dos jornais, mas também nos anos analisados. Assim, em 2007 foram publicados um total de 63 artigos noticiosos referente ao RSI, 130 artigos em 2008, 222 artigos em 2009, 285 artigos em 2010 e, por último, 218 em 2011 inclusive (Tabela 2).

Ano de publicação	Nº total de artigos
2007	63
2008	130
2009	222
2010	285
2011	218
	918

Tabela 3.4: Distribuição das notícias por ano de publicação

Com base no que está estipulado por Sierra Bravo (1995) e partindo de um universo de 918 notícias (em anexo 2) consideramos uma amostra de 280 notícias considerando uma margem de confiança de 95,5% e uma margem de erro, aproximadamente, 5% (Arkin e Colton, In Bravo, 1995).

Anos	Peso Amostral (%)	Peso Amostral em Notícias	Nº Amostral
2007	7%	63	20
2008	14%	130	39
2009	24%	222	67
2010	31%	285	87
2011	24%	218	67
	100%	918	280

Tabela 3.3: Procedimento e definição amostral

Entretanto e tendo em vista um afinamento analítico do *corpus* de análise, procedemos a uma amostragem estratificada por cotas, tendo em linha de conta o ano de publicação da notícia e o órgão de comunicação de onde ela emerge. Ao cruzarmos o peso noticioso em torno do RSI dos anos 2007 e 2011 com o número de notícias por jornal, chegamos a um peso amostral em percentagem (ver tabela 3), que nos permite ter em conta uma amostra global tanto dos artigo por ano, como os artigos por jornal, como demonstrado pela tabela 4.

Jornal/Ano	2007	2008	2009	2010	2011	Total p/ jornal
Público	8	15	26	34	26	109
Correio da Manhã	4	7	12	16	12	51
Jornal de Notícias	8	17	29	37	29	120
Total por ano	20	39	67	87	67	280/280

Tabela 3.4: Definição amostral por cotas

Estruturação de categorias

A definição e estruturação de categorias é uma tarefa que realizamos quotidianamente com o intuito de reduzir a complexidade do meio ambiente e de estabiliza-lo numa sequência ordenada de forma a atribuir-lhe sentido. Nas ciências sociais, temos que realizar esta operação com sistematicidade e sob o comando da teoria. Relativamente à análise categorial das notícias constituintes do nosso *corpus*, procedemos à identificação de 4 temáticas estruturantes e fundamentais para a interpretação e análise das notícias que se cingem às seguintes categorias: «quem diz», «o que diz», «como diz», e «o que é proposto». Na primeira categoria, o «quem diz» procura identificar quem são os interlocutores das notícias que moldam e estruturam a criação das representações que colidem no imaginário, isto é, que papel e posição ocupam esses agentes na nossa sociedade, a que tipo de capital social, político e económico estão associados, enfim, o lugar ocupado no campo desta pesquisa. Isto tem a vantagem de nos indicar quem são os interlocutores, dando-nos uma visão clara de qual é o seu posicionamento social (o seu status social, que tipo de capital possui, a sua posição na geografia dos dominantes ou dos dominados) com o objetivo demonstrar que através da superestrutura do texto, as relações sociais e a sua posição de domínio face aos recetores que os produtores de notícias detêm na construção do imaginário coletivo e a sua subsequente regulação. A categorização dos interlocutores irá monopolizar atores sociais tão diversos como jornalistas, *opinion-makers*, comentadores, figuras públicas, especialistas, assistentes sociais até aos líderes partidários.

No que toca à segunda categoria, identificada como «o que diz», serão inseridas todas as palavras e conceitos-chaves que descrevem e caracterizam, de forma direta ou indireta, tanto o RSI, como medida em si, como os seus beneficiários. Nesta categoria, pretendemos fazer uma incursão das características e atributos que são etiquetados ao RSI e aos seus beneficiários, de forma a desocultar como são percecionados, como é que são avaliados, tal como atributos negativos ou favoráveis. O objetivo desta categorização é tanto incluir os conceitos-chave que vão de mão dada com o RSI nos artigos noticiosos, como incluir ainda os cenários adjacentes, tal como os bairros sociais, a condição de pobreza, entre outros, presentes nos artigos noticiosos. Esta nomenclatura é importante porque a *magia* (força) da palavra é social, ou seja a autoridade é exterior à própria linguagem (Bourdieu, 2003) já que toda a linguagem constrói, regula e controla o conhecimento, as relações sociais e institucionais (Bourdieu, 2003). Esta categoria traz-nos uma dimensão relevante ao conseguirmos mapear a constelação de palavras que repercutem e estruturam o imaginário coletivo em torno dos beneficiários e da própria política social.

Na terceira categoria, «como diz» pretendemos incorporar o que é dito sobre o RSI como medida, e os beneficiários em particular. O que este ponto pretende é um levantamento de como é descrito o RSI e os seus beneficiários nos artigos noticiosos. Aachamos que de forma a enriquecer o campo qualitativo, é preciso ter em conta que a linguagem, os conceitos e as palavras empregues para o RSI enquanto medida de política social contaminam os beneficiários, da mesma maneira que a caracterização feita dos beneficiários automaticamente se transpôs para a medida. Existe uma interligação de representações que danificam tanto os beneficiários, como a medida em si e vice-versa. Nesta categorização, também teremos em conta a associação e dissociação de objetos, que revelam os seus pressupostos ideológicos.

Por último, a quinta categoria, «o que é proposto» será complementar à caracterização dos beneficiários, revelando útil para analisar as alterações propostas tanto à medida como aos beneficiários. As propostas feitas em torno do RSI e dos seus beneficiários, servirão de reflexo das alterações das políticas sociais em Portugal, de um regime de *welfare* para *workfare* em que desabrocham as políticas de ativação, inaugurando uma nova fase do Estado-Providência. A aceitação social de uma proposta é uma maneira de medirmos a relação de forças na sociedade. Quanto mais aceitação tiverem as propostas, mais força tem uma proposta ideológica. Em suma, as propostas políticas e legislativas em torno do RSI e os beneficiários servirão de barómetro para medir a transferência do Estado-Providência português de um Estado Social para um Estado Penal.

5. Em busca de sentidos: o desenho de um modelo de análise

O modelo estrutural de ACD que é proposto por Van Dijk (2005) servirá como guião na análise dos dados recolhidos. Segundo Van Dijk (2005), a ACD é definida da seguinte forma:

«(...) um tipo de investigação de análise do discurso que estuda, em primeiro lugar, o modo como o abuso de poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidas e como se lhes resiste, pelo texto e pela fala no contexto social e político» (2005: 19).

O analista crítico do discurso coloca-se numa posição que visa reconhecer e desconstruir o discurso e as relações de poder a ele associadas, como forma a disponibilizar ferramentas aos dominados para terem perceção da sua própria dominação. Adicionalmente, o analista crítico do discurso defende que a relação entre o conhecimento e a sociedade deve ser estudada e explicada em si mesma. Ao

desenvolver a sua análise, Van Dijk (2005) realça que as notícias têm a seguinte posição estrutural: 1) tópicos; 2) argumentos; 3) significados globais e locais; 4) descrições das pessoas; 5) citações e unidades lexicais. Com esta posição estrutural, que servirá de matriz aplicativa o eixo da análise centra-se na relação e interação do etnocentrismo revelado nas notícias, ou seja, como é que o “eu” é salientado ao estar associado a símbolos, atributos, palavras, e pressupostos de cariz positivo “enquanto as coisas más são mitigadas, marginalizadas, ou ignoradas” (2005:16).

Em contraste, todos os símbolos, palavras, imagens e rótulos que estejam associada ou carregadas de negatividade – ou mesmo estigma – são realçadas e atribuídas ao “outro”, sendo alvo de uma violência estrutural simbólica ao mitigarem, marginalizarem ou simplesmente ignorarem atributos positivos. Trilhando o *Orientalismo* de Edward Said (2003), como foi abordado anteriormente, a definição dos *outros* é uma forma de nos definir sem o fazer, assente no binarismo contrastante de *nós* e *eles*. Para Van Dijk (2005) este é o motor analítico para analisar criticamente um discurso que pode ser aplicado em vários contextos, meios ou em qualquer discurso noticioso, como arte de desconstrução a partir da autoapresentação positiva e apresentação negativa do outro confrontando os endogrupos («nós») e os exogrupos («eles»).

Dentro dos trâmites do modelo proposto, o ACD pode ser executada em quatro níveis distintos. Num primeiro plano, deve-se iniciar pela distinção entre um nível micro – a linguagem, discurso, interação e interação verbal - e macro da ordem social como o poder de dominância e desigualdade, na medida em que os acontecimentos ao nível micro podem desencadear acontecimentos ao nível macro e vice-versa. Esta perspetiva introduzida pelo ACD auxilia-nos a superar um obstáculo no materialismo histórico mecanicista da relação entre a infraestrutura e a superestrutura. Contrastando com o determinismo economicista, o marxista sardo, Antonio Gramsci (1988), rejeita a ideia que a supraestrutura é governada por ilusões, aparências arbitrárias e é uma mera expressão da estrutura, defendendo que a própria supraestrutura é um campo de ação e de disputa fundamental, apresentando uma realidade objetiva e operante com a capacidade de alterar a infraestrutura. Na esteira do pensamento de Antonio Gramsci, Bakhtin (2006) desenvolve que a relação entre a infraestrutura e um fenómeno isolado deve ter em conta as diferenças das esferas de influência recíproca, ou seja da superestrutura, seguindo a transformação. As palavras e os signos associados tornam-se indicadores sensíveis a todas as mudanças sociais em que a transformação ideológica

não se apenas reflete apenas no signo, mas em toda a comunidade semiótica. Uma comunidade está que é compreendida como grupo de indivíduos que emprega a mesma grelha ideológica de comunicação, transformando o signo no campo de batalha onde se trava e altera a relação de forças na luta de classes (Bakhtin, 1991: 45).

Na segunda instância, a ACD analisará o poder como um instrumento de controlo da informação veiculada na notícia. Através da análise do discurso veiculado nos jornais diários sob estudo, possuímos a capacidade de entender como os grupos dominantes acedem ao discurso através de normas, regras, leis, hábitos ou mesmo de um consenso ou consentimento bastante geral que é uma forma invisível de exercício de poder. Esta instância da análise de poder é de grande importância porque detém a capacidade científica de estruturar a comunicação como recurso simbólico.

No terceiro segmento, importa-nos fazer uma incursão na compreensão de como se dá a formação e consolidação de quadros mentais que servem de referencia. Para Van Dijk (2005), este passo auxilia-nos na perceção de como os recetores da notícia tendem a aceitar e incorporar tacitamente o conhecimento, as crenças e as opiniões desde que estas não colidam com as suas crenças pessoais.

Por último, Van Dijk (2005) indica-nos que uma ACD de cariz consistente tem de ter a capacidade de integrar uma multitude de fontes, representantes oficiais, grupos marginalizados, académicos, dados empíricos e opiniões de forma a construir um modelo que tenha em conta a diversidade multidisciplinar e heterógenea. Tendo este plano em consideração, no trabalho desenvolvido não exclui nenhuma notícia entre 2007 e 2012 nos jornais designados - o Jornal de Notícias, o Público e o Correio da Manhã - que façam referencia ao RSI. Contudo, devido ao enorme manancial de dados, após uma primeira triagem vimo-nos obrigados a fazer uma seleção de notícias. Não obstante, é importante também salientar que a crítica que será empregue é fundamentada nas teorias desenvolvidas ao longo da Dissertação.

Uma notícia veicula sempre um discurso. Apesar desse discurso estar restrito pelo número de caracteres, ao espaçamento entre linhas, ao *lettering*, as imagens auxiliares e à secção em que se insere, ele ocorre numa situação social que contém uma localização espacial, temporal, com múltiplos atores e intervenientes que vão para além da página a que está circunscrita. Mesmo estando confinado às margens da escrita, os atores sociais são indivíduos, grupos, coletivos, organizações ou instituições que permitem à ACD emparelhar e fazer sentido num interface que se articula entre o local e o global, bem como uma correspondência entre o discurso e as estruturas sociais. Van

Dijk aponta que a iniciação da análise tem de ser feita através da sua coerência, verificando se existe na notícia o pressuposto dos leitores estarem familiarizados com a informação ou se este advém do campo das crenças. Se o discurso provém do campo das crenças, devemos prestar especial atenção às suas implicações. Concomitantemente, na análise dos textos há que analisar aquilo o «não-dito», visto que o «não-dito» é tão revelador daquilo que é dito. Utilizando a definição de Eco,

«“não-dito” significa não manifesto em superfície, a nível da expressão: mas precisamente são estes elementos não-ditos que devem ser atualizados ao nível da atualização do conteúdo, e a este propósito (...) requer movimentos cooperativos ativos e conscientes por parte do leitor» (1993: 54).

O pensamento de Cohen segue esta lógica e a sua principal atenção dirige-se para a análise de um conjunto particular de reações sociais, nomeadamente as relativas aos discursos dos média encarados como um dos maiores *produtores de pânico morais* (Cohen, 2002). No entender de S. Cohen, cada estrutura social interioriza um conjunto de ideias acerca das causas do desvio e essas conceções determinam e enformam as reações face a tais comportamentos (Cohen, 2002:16). Esse processo de interiorização e incorporação é determinado pelos média que são, nas sociedades atuais, os grandes produtores e difusores de informação e de conhecimento. Assim, ao interagir com o texto mediático, o leitor assume uma identidade transitória moderadora entre o mundo referido pela notícia e a sua própria experiência e vivência social. No que diz respeito à semântica do texto, Van Dijk (2005) propõe que os analistas tenham especial atenção à “superestrutura do texto” ou seja, aos títulos, subtítulos ou tópicos que são contemplados como a informação mais importante, seguido do texto que é referencia como a notícias de “cima para baixo”, de um nível macro a um nível micro (2005: 67).

De forma a tentar perceber os modelos mentais que levam o utente da linguagem a compreender a que o texto se refere, Van Dijk (2005) aponta-nos o caminho tendo em conta o «modelo contextual», que contém informação sobre os objetivos, os seus atos comunicativos e as características a que se destina. Com a utilização do método enunciado por Van Dijk (2005) que tem em conta as dinâmicas que veiculam o discurso apresentado pelas notícias de jornais, é nosso objetivo analisar os textos recolhidos na imprensa portuguesa dentro do período proposto para a investigação (entre 2007 e 2011). Dentro deste âmbito, pretendemos fazer uma exposição prática que evidencie o debate em torno do RSI e dos seu beneficiários bem como evidenciar os trajetos

intermitentes e ocultos na linguagem e na exposição noticiosa, que permitem ao público uma formação e reprodução de representações que visam a sua estigmatização e moralização.

Capítulo IV

O *blitzkrieg* das palavras

«Operação bélica caracterizada por um ataque repentino, curto e muito violento, cujo objetivo é surpreender e neutralizar o adversário».

Guerra Relâmpago, Blitzkrieg em Alemão, Dicionário da Língua Portuguesa, 1998

As palavras sobre o RSI *encham* discursos políticos e *incham* jornais em torno das representações muitas vezes deturpados acerca do RSI associando os seus beneficiários a categorias como «fraude», «toxicodependente», «preguiçoso», «malandro». Como vimos, a linguagem não é uma construção autónoma e não se resume a um simples sistema de sintaxe. A linguagem como discurso é ação; está submergida numa dinâmica de formação de relações, de práticas inscritas e interiorizadas na vida social que são constituídas por relações de poder e pela ideologia que visa *dominar os dominados*. A importância da linguagem é estruturante para a compreensão das ligações entre a ordem do discurso, na terminologia de Foucault, como para a compreensão da determinação das várias ordens instauradas na sociedade. A linguagem é fonte de poder que é distribuída de forma desigual. Por um lado, tem a capacidade de reproduzir, sedimentar e alterar as relações de poder. Por outro, contribui para a consciência dessas relações, primeiro passo para a emancipação. A força das palavras é intensa na construção de imaginários coletivos.

Durante os anos em análise e, tendo em conta a amostra, a palavra «RSI» tem uma presença assinalável (ver Figura 4.1) evidenciando a justeza da abordagem de Cohen: «de tempos a tempos a sociedade parece estar sujeita a períodos de pânico moral. Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas surge para se tornar ameaça para valores e interesses sociais; a sua natureza é apresentada de forma estilizada e estereotipada pelos mass media, as barreiras morais são geridas pelos editores, prelados, políticos e outras pessoas corretas [ou seja, pessoas “de bem”]» (Cohen, 2002:9).

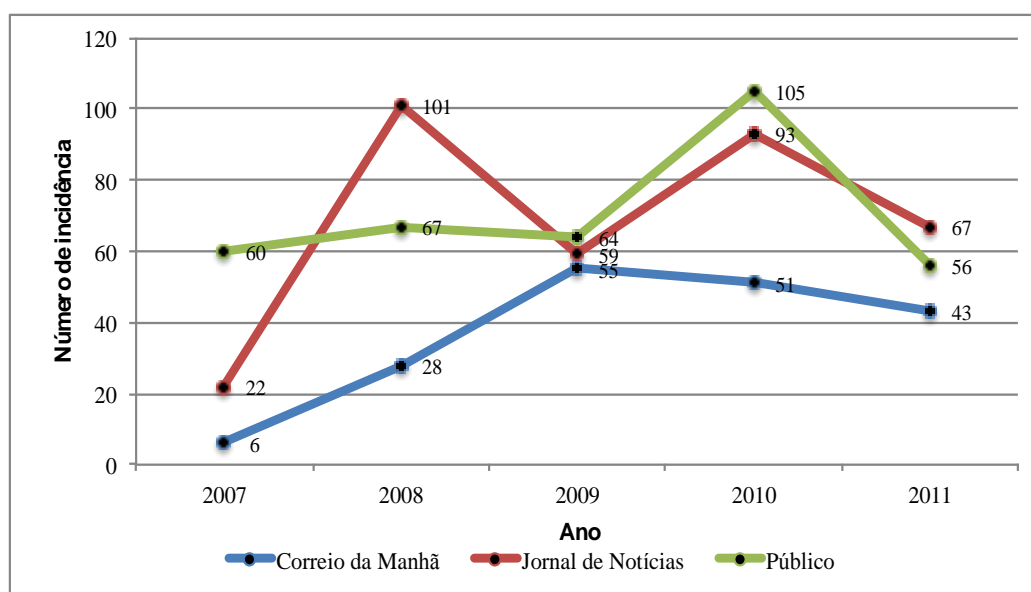


Figura 4.1. Número de incidências da palavra RSI

Neste capítulo, iremos aplicar a metodologia defendida anteriormente aos 280 artigos do *corpus* sob análise. Assim, iremos dissecar a construção do imaginário e das representações em torno do RSI e dos seus beneficiários de uma forma faseada, por cada ano e por cada jornal, de forma a conseguirmos verificar as diferentes representações avançadas por cada jornal, e como estes na sua diversidade e semelhanças, constroem a narrativa em torno do RSI. A decomposição da narrativa discursiva feita por ano e por jornal irá conceder-nos um manancial analítico para conseguirmos traçar o surgimento das representações, a sua evolução, as suas diferenças, a sua complexificação e a variação de registos em torno do RSI. Exemplificativa é a associação do RSI à pobreza e a sua variabilidade por ano e por jornal.

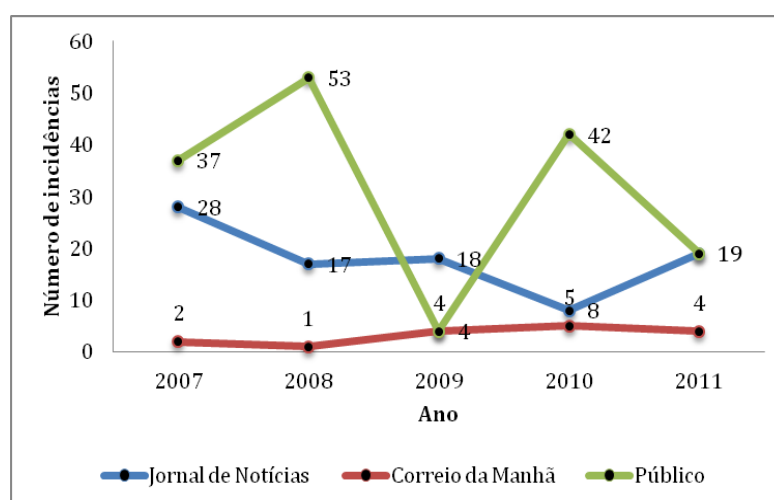


Figura 4.2: Número de incidências da palavra «pobreza»

Interlocutores	Cargo	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Paulo Portas	Líder do CDS-PP / Ministro dos Negócios Estrangeiros	0	5	7	7	3	22
Edmundo Martinho	Presidente do Instituto de Solidariedade Social	2	7	3	4		16
Pedro Mota Soares	Líder Parlamentar do CDS-PP / Ministro da Segurança Social	0	2	2	6	4	14
Eugénio da Cruz Fonseca	Confederação Nacional de Solidariedade	1	2	2	0	2	7
Vieira da Silva	Ministro do MTSS	3	2	0	0	0	5
Lino Maia	Presidente da Confederação Nacional de Solidariedade Social	0	1	2	0	1	4
Eduardo Vítor Rodrigues	Sociólogo	0	0	0	2	1	3
Helena André	Ministra do Trabalho	0	0	0	2	1	3
José Maia	Presidente da Fundação Filós	1	1	0	1	0	3

Quadro 4.1: Interlocutores do RSI nos média

Após esta anatomização, conseguiremos delinear a construção discursiva, descortinando a multiplicidade dos seus significados, quantificando a dimensão da *espetacularidade* na construção das representações, obtendo uma identificação clara de quem são os principais interlocutores (ver Quadro 4.2), e quais destes se destacam na imprensa como *empresários morais* a partir dos quais a imprensa amplifica valores e pressupostos, criando novas normas de atuação e comportamento. Assim, iremos traçar uma genealogia das notícias e seu impacto e variação de jornal para jornal e de ano para ano, mapeando a constelação de palavras, agentes e órgãos de comunicação presentes.

4.1. 2007: O prelúdio da etiquetagem

Através da amostra recolhida em 2007, ficamos com um conjunto de 20 artigos que estão repartidos de forma desigual entre os três jornais (tal como apresentamos na tabela da amostra constante do Capítulo 2). Neste ano, concluímos que o debate sobre o RSI é residual, registando 88 incidências da palavra «RSI» no meio noticioso (ver Anexo 1). Em 2007, inserido na categorização do «quem diz», assinalamos 29 interlocutores que discursam sobre o RSI, em que se destacam Edmundo Martinho – Presidente da Comissão Nacional do RSI – e o sociólogo Sérgio Aires ambos com 2 incidências (ver Anexo 1). A variabilidade dos interlocutores também é díspar ao registarmos que no Correio da Manhã somente existe um interlocutor, o Padre Vítor Melícias, «líder da Ordem dos Franciscanos».³ Analisando o Jornal de Notícias verificamos 7 interlocutores, como por exemplo, o deputado à AR do PCP, Jorge Machado, o jornalista Sérgio de Andrade, a Presidente do Banco Alimentar, Isabel Jonet,

³ Correio da Manhã, «Portugal tem dois milhões de pobres», 16/10/2007

contudo, os interlocutores advêm de organismos ou instituições representativas do Estado ou de IPSS. O Público destaca-se pela sua diversidade nos interlocutores, ao registarmos 21 agentes que falam sobre o RSI, com os mais variados tipos de capital social, desde beneficiários do RSI, representantes da CGTP-IN, passando pelo Ministro do Trabalho e da Segurança Social, terminando no Provedor da Justiça (ver Anexo 1).

Pelo prisma «o que é dito», designadamente as características e valor atribuído, podemos constatar que o Correio da Manhã tem uma abordagem assente no *princípio da espetacularidade*, ao identificamos as suas manchetes sensacionalistas, destacando características negativas exaltadas por este jornal. Numa das questões colocadas sobre se o «rendimento de inserção está bem distribuído?», o Padre Vítor Melícias responde que o número de beneficiários não deve andar longe das necessidades reais; contudo, é «preciso não haver oportunismo»⁴ e apoiar as pessoas que «realmente necessitam»⁵. Ao analisarmos a entrevista, verificamos que o Correio da Manhã faz uma seleção deliberada das declarações do Padre Vítor Melícias, destacando a afirmação de que não deve haver «oportunismo» e de que o RSI deve apoiar as pessoas que «realmente necessitam». O destaque feito é de *distorção*, ao destacar a palavra «oportunismo», que está descontextualizada e desenquadrada da estrutura discursiva do interlocutor. A manipulação – através da descontextualização - provoca a interpretação de que a atribuição do RSI, em grande parte dos casos, é feita a pessoas que não necessitam, construindo a imagem de que os beneficiários são «oportunistas».

Por outro lado, o tratamento das representações veiculado pelo Jornal de Notícias é alinhado com o do Correio da Manhã. Inseridos na categoria de «risco», no Jornal de Notícias, os beneficiários do RSI são várias vezes enquadrados numa geografia de palavras como «alcoholismo», «doença mental», «física» e «psíquica»⁶; complementando esta etiquetagem negativa, o RSI surge ligado a «indigentes» e «sem-abrigo»⁷. Com este catálogo de desvios, as *imagens* remetem para um sistema de valores e crenças, criando o que Cohen (2002) define como *simbolização*, ao articular o «alcoholismo» e «sem-abrigo» fundamentais para a comunicação de estereótipos durante esta fase do inventário. Adicionalmente, na mesma notícia, surge o conceito de «pais menores», que, por muito que não seja esse o objetivo jornalístico da peça, reporta uma *orientação* de sistemas de valores, em que os comportamentos são uma profecia de auto e heterodestruição, associado os beneficiários do

⁴ Correio da Manhã, «Portugal tem dois milhões de pobres», 16/10/2007

⁵ Correio da Manhã, «Portugal tem dois milhões de pobres», 16/10/2007

⁶ Jornal de Notícias, «Crianças em risco com pais menores», 23/5/2007.

⁷ Jornal de Notícias, «Sem-abrigo dorme há anos na escada da Universidade», 16/3/2007.

RSI à irresponsabilidade por existirem «crianças em risco com pais menores» que «vivem de subsídios do Estado»⁸, edificando a caracterização marginalizante dos beneficiários.

Delineando uma clara demarcação à abordagem feita pelo JN e pelo CM, a abordagem do Público ao RSI é feita de forma quantitativa e qualitativa, explanando os números dos beneficiários e explorando a estruturação da pobreza e dos problemas que daí advêm. Não obstante este ressalvo diferenciador, os beneficiários do RSI são caracterizados como seres com «problemas de saúde mental, de alcoolismo e toxicodependência», entre os quais «muitos adultos analfabetos»⁹. Demarcando-se da *distorção* do Correio da Manhã, as notícias no Público distinguem-se por dar voz aos beneficiários, assentando a sua reportagem em histórias de vida de pessoas que tiveram «uma infância terrível», cujos pais eram «extremamente violentos»¹⁰.

Na abordagem da categorização de «como é dito», destacaremos a associação e a dissociação. Apesar da fraca incidência no Correio da Manhã, as associações feitas ao RSI são múltiplas. O grosso destas é feito em torno das alterações legislativas às reformas e pensões e ao «Plano Nacional de Combate à Fraude nas Contribuições e Prestações» lançado pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social de então, Vieira da Silva. Neste contexto, o RSI surge como apêndice – ou nota de rodapé – por vezes de forma direta e indireta encontra-se desse modo submerso num debate de combate à evasão fiscal, em que os números em milhões de euros ocupam todos os sentidos. Apesar do «Plano Nacional de Combate à Fraude nas Contribuições e Prestações», no meio noticioso, não fazer uma referência direta ao RSI, ao ser mencionado num debate em que a prática discursiva se centrava em torno de conceitos como «fraude», «combate», «recuperar», «peso» e «evasão contributiva», e pejado de números como «238 milhões», «300 milhões», «1,83 mil milhões»¹¹, ou «5,1 mil milhões»¹² de euros, tem um efeito de *cultura de controlo social*, já que a sua difusão vai para além dos espaços da ocorrência, contaminando a própria política social e, em consequência, os próprios beneficiários. Adicionalmente, este processo de *escalada* dos números cria as condições para a proliferação do pânico social em torno de gastos sociais, que, como veremos mais à frente, irá legitimar cortes sucessivos nas prestações sociais.

A caracterização da miséria é intensificada quando verificamos a associação direta – e constante – do RSI a situações de pobreza extrema, como no artigo «Pobreza ameaça a classe

⁸ Jornal de Notícias, «Crianças em risco com pais menores», 23/5/2007.

⁹ Público, «Só metade das famílias com RSI tem planos de integração social», 18/3/2007

¹⁰ Público, «João quer ser um sucateiro “com muito mais pinta”», 12/11/2007

¹¹ Correio da Manhã, «238 milhões recuperados», 2/3/2007

¹² Correio da Manhã, «Gasto com pensões sobre 6%», 9/12/2007

média», em que se constata a revelação de uma nova pobreza, que afeta «aqueles que contraíram créditos ou assumiram responsabilidades financeiras que já não conseguem honrar» ou que, simplesmente, «perderam o emprego»¹³. Somente neste artigo, associado ao RSI, a palavra «pobreza» surge 25 vezes, associando de forma direta e clara a ligação entre a pobreza e o RSI.

No Jornal de Notícias, através do interlocutor Sérgio de Andrade, o RSI surge num contexto da problemática do Estado-Providência, em que o autor defende que «há mais inativos a receber pensões e cada vez menos a descontar para a “Caixa”» e que uma boa percentagem dos portugueses anda «não a descontar para a “Caixa”, mas a receber subsídio de desemprego ou rendimento social de inserção»¹⁴. Mesmo no contexto irónico em que se apresenta o texto – e sendo uma peça de opinião – a temática de haver mais gente que «recebe» do que desconta explana a ideologia da «ética do trabalho» de que existem pessoas – como os beneficiários do RSI – que vivem à custa dos contribuintes e dos que trabalham. É neste artigo que se inicia a incursão para a exploração da ética do trabalho como elemento estruturante no combate noticioso ao RSI, condenando a condição assistencialista dos beneficiários. Noutra peça do Jornal de Notícias, é o próprio responsável dos técnicos da segurança social da Guarda, Pires Viegas, que diz que os beneficiários do RSI terão que alcançar os objetivos de inserção propostos «porque isto [o RSI] não é uma prestação para toda a vida, mas só enquanto se reconhecer essa necessidade»¹⁵. A insistência em sublinhar o RSI como uma prestação que «não é para toda a vida» dá azo ao *prognóstico* de que existem beneficiários que – independentemente da sua situação – vivem do RSI toda a sua vida, como haverá pessoas que o irão fazer.

É no Jornal de Notícias que encontramos a primeira associação entre o RSI e a exclusão social, fugindo assim ao predomínio da associação do RSI ao carácter mais economicista/assistido da pobreza¹⁶. A desocultação dos entraves burocráticos ao RSI é feita quando, numa notícia intitulada «Provedor investiga atrasos no RSI»¹⁷, é dado destaque aos atrasos de até dois anos na atribuição do RSI devido à falta de fiscalização dos processos. Este paradigma noticioso remete o RSI para a esfera burocrática estatal, que é percecionada e sentida pelos recetores noticiosos como algo lento e injusto, tanto no seu funcionamento como na própria atribuição de apoios estatais.

¹³ Jornal de Notícias, «Pobreza ameaça a classe média», 17/10/2007

¹⁴ Jornal de Notícias, «165 por dia, façam o favor!», 6/11/2007

¹⁵ Jornal de Notícias, «IPSS acompanham rendimento de inserção», 29/7/2007

¹⁶ Jornal de Notícias, «Crianças em risco com pais menores», 23/5/2007

¹⁷ Jornal de Notícias, «Provedor investiga atrasos no RSI», 19/7/2007.

Na esteira das notícias publicadas pelo Jornal de Notícias sobre os seus entraves burocráticos, o RSI é associado, no Público, a um lado mais administrativo e técnico, caracterizando-se pelos atrasos e pela burocracia, onde se destaca que a atribuição a nível nacional demora cerca de «111 dias» em que as próprias medidas «não alcançam a mesma eficácia no tratamento dos pedidos»¹⁸. É o problema dos «graves atrasos»¹⁹ que geram situações «afritivas». São enfatizados os obstáculos administrativos, como não haver «técnicos suficientes para acompanhar os milhares de beneficiários» e de faltarem «recursos para a concretização desta medida»²⁰. O sociólogo Sérgio Aires, destaca que o RSI já em 2007 tinha uma baixa aceitação na opinião pública portuguesa, dizendo ser preciso «convencer a opinião pública sobre a validade de medidas como esta. Na realidade, quantas pessoas acreditam mesmo na validade desta política? Quantos técnicos que estão a aplicar o RSI nunca acreditaram e só a aplicam porque são obrigados?»²¹.

Por último, é no Jornal de Notícias que surge a ligação a cenários de miséria e às margens da cidade que são os bairros, como o Bairro do Lagarteiro no Porto, réplicas da dimensão de etiquetagem²², ao transportar o RSI para os bairros problemáticos associando a própria medida a uma zona geográfica socialmente problemática. Assim, estamos próximos da abordagem de Paula Guerra (2002) quando refere que é importante reconhecer que os bairros se arrogam como «topos do perigo» pois são, para os média, locais de transgressão estética (feios, degradados) e de transgressão ética (populações desviantes, famílias desagregadas, insucesso escolar e profissional, economia das drogas, etc.).

Ao nível do «o que é proposto», em 2007 não existem grandes avanços ou retrocessos legislativos em torno do RSI, já que a alteração do RMG para RSI tinha sido elaborada há apenas quatro anos. Contudo, no que toca às alterações legislativas, em dois artigos noticiosos, o «Correio da Manhã» destaca as reformas para a segurança social²³ em que prestações como as despesas com os subsídios familiares e o subsídio social de desemprego deixam de estar nas contas da Segurança Social, que somente fica responsável pelos pagamentos de pensões e das prestações por desemprego incluindo o RSI. Em ambas estas notícias, as referências ao RSI são somente de rodapé. A prática discursiva desta alteração legislativa submete-se a uma linguagem técnica, que constrói uma nomenclatura de palavras

¹⁸ Público, «Em três anos o Porto somou mais dez mil famílias com RSI», 30/7/2008

¹⁹ Público, «Em três anos o Porto somou mais dez mil famílias com RSI», 30/7/2008

²⁰ Público, «Só metade das famílias com RSI tem planos de integração social», 18/3/2007

²¹ Público, «Só metade das famílias com RSI tem planos de integração social», 18/3/2007

²² Público, «Metade dos pobres foi capaz de mudar a sua condição social», 17/10/2007

²³ Correio da Manhã, «Subsídios ficam a cargo do Orçamento», 14/09/2007

como «um acréscimo», «subsídio», «transparência» «gasto» e «despesa»²⁴, subjugando as políticas sociais - e o RSI - a uma linguagem asséptica, técnica e economicista. O peso das palavras como «gasto» e «despesa» é determinante na estruturação de quadros mentais, ao comunicar ao recetor que as políticas sociais são enquadradas numa visão economicista, assente no binómio da receita e despesa, em que o último é conotado e encarado com negativismo. No mesmo campo, a segunda notícia sobre as alterações legislativas vem reforçar a lógica negativa associada ao RSI que, mesmo tendo destaque inferior, apresenta «a mais elevada taxa de execução orçamental», enredada num novelo contabilístico que faz etiquetas numéricas, como «184 milhões»²⁵, reforçando a perceção de que são astronómicos os gastos associados à medida.

No Jornal de Notícias, evidencia-se a extensão das políticas do terceiro setor com a subsequente retração do Estado-Providência. O título «IPSS acompanham rendimento social de inserção»²⁶, realça a celebração de protocolos entre o Estado e as IPSS para acompanhar os beneficiários do RSI, evidenciando assim a transferência das responsabilidades do Estado para o terceiro setor. Esta perceção é edificada quando, numa segunda notícia referente ao RSI, os entrevistados são o Presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal e a Presidente do Banco Alimentar, destacando a predominância do terceiro setor no trabalho de acompanhamento e de inserção, e reforçando a tónica de participação das IPSS nos planos de inserção. Outra notícia avançada pelo Jornal de Notícias, intitulada «Rendimento social aposta na inclusão ativa», inaugura as propostas de políticas sociais de ativação. Nesta notícia, é o próprio Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, em nome do Governo, que «quer, até ao próximo ano, aumentar para 90% a taxa de inserção», com a celebração de «protocolos assinados com várias entidades» que permitirão acompanhar os beneficiários, como parte integrante de uma nova estratégia para a inclusão ativa.

No Público, é destacada a proposta do Ministro, Vieira da Silva que elabora uma «estratégia para a inclusão social». O objetivo é dar mais «formação aos beneficiários com mais dificuldades em termos de empregabilidade»²⁷. São os contratos de inserção. O Jornal de Notícias aponta que uma das fragilidades da medida é a «falta de respostas de formação profissional adequadas ao perfil dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção»²⁸.

²⁴ Correio da Manhã, «Subsídios ficam a cargo do Orçamento», 14/09/2007

²⁵ Correio da Manhã, «Gasto com pensões sobre 6%», 9/12/2007

²⁶ Jornal de Notícias, «IPSS acompanham rendimento social de inserção», 29/7/2007

²⁷ Público, «Governo quer qualificar 80 mil beneficiários do Rendimento Social de Inserção até 2008», 28/3/2007

²⁸ Público, «Governo quer qualificar 80 mil beneficiários do Rendimento Social de Inserção até 2008», 28/3/2007

Em 2007 existe uma variedade de registos que inaugura uma caminhada mediática para a estigmatização da medida e dos seus beneficiários. Apesar da incidência do RSI na imprensa escrita ser residual, quando ela surge está inserida em contexto de «fraude», associada a uma linguagem economicista em que se destaca os encargos financeiros que o Estado tem com o RSI. A própria caracterização dos beneficiários do RSI pende entre cenários de «alcoolismo», «doença mental», e «toxicodependência», e surge, pela primeira vez, o conceito de «oportunismo» por parte dos beneficiários que se apropriam do RSI, apesar deste não ser para «toda a vida». Em 2007 inicia-se a estruturação do argumentário e da estigmatização do RSI. Contudo, ao contrário do que veremos nos anos seguintes, está fortemente associado à situação de pobreza, ao registarmos 67 incidências.

4.2. 2008: A criação do pânico e a intensificação da etiquetagem

Em 2008, dentro da categoria de «quem diz», os interlocutores no CM são 8, em que se destacam o líder do CDS-PP, Paulo Portas (3 incidências) e o Presidente da Comissão Nacional do RSI, Edmundo Martinho (2 incidências) que ocupam posições de visibilidade e relevo na sociedade portuguesa e possuem vários tipos de capital (ver Anexo 1).

No Jornal de Notícias, os interlocutores que se destacam são Pedro Mota Soares e Bagão Félix com 1 incidência cada e Edmundo Martinho com 2, num universo de 17 interlocutores. Contudo, à semelhança do Público em 2007, o JN de 2008 dá voz a um beneficiário, mesmo que os restantes 16 interlocutores sejam representantes de instituições estatais ou de organismos do terceiro setor (ver Anexo 1).

Os interlocutores que se destacam no Público são Paulo Portas e Edmundo Martinho, com 2 incidências cada um. Apresentando continuidade na diversidade de interlocutores, neste jornal identificamos 11 interlocutores.

Em 2008, o inventário do Correio da Manhã destaca-se pelo *exagero* e pela *distorção*. Numa entrevista ao Padre Maia, Presidente da Fundação Filos, o Correio da Manhã destaca a frase “Há famílias que se gabam”²⁹ e que recusam um emprego porque iriam ganhar menos do que recebem através do RSI. Nesta notícia, o CM tem um papel de *definição de agenda* e de *quebrar o silêncio*, ao seleccionar este evento e expô-lo. Ao avançar com este destaque, o Correio da Manhã centra o foco do debate na ética do trabalho, instigando a percepção de dependência patológica dos beneficiários do RSI. Reforçando o processo de *simbolização* estigmatizante, o leque de estereótipos em trono do RSI alarga-se, com a *distorção*, quando,

²⁹ Correio da Manhã, «335 mil recebem rendimento», 25/7/2008.

noutra notícia o CM usa o plural genérico de «ciganos» que vivem com «casas muito apetrechadas», onde dá para «ver automóveis e carrinhas novos cujo valor ultrapassa, em vários casos, os 30 mil euros»³⁰.

No Jornal de Notícias, Bagão Félix afirma que a política do RSI «dá-se peixe e não uma cana»³¹ e que «pode ter uma efeito perverso: o de “viciar” os jovens nos subsídios e não no esforço»³². Ao elencar o RSI como um «vício», associando-o assim à dependência utilizando o senso comum dos ditados populares, a incursão feita nas estruturas mentais da opinião pública é eficaz na sua *simbolização*, cristalizando o RSI como um estereótipo. Adicionalmente, o estigma é reforçado quando a juíza, Ana Gabriela Freitas, numa sentença em Felgueiras sobre arguidos que agrediram a GNR, diz que os arguidos, de etnia cigana, são «pessoas mal vistas, socialmente marginais, traiçoeiras, integralmente subsídio-dependentes (ao nível do RSI, da habitação social e dos subsídios às extensas proles) e a quem “pagam”, desobedecendo e atentando contra a integridade física e moral dos seus agentes».³³ Ambas estas intervenções reportam para um sistema de valores e crenças que repercute para as *causas* do comportamento desviante, em que este é causado pelos próprios beneficiários remetendo para a ordem *naturalista* do senso comum.

No Jornal de Notícias, o processo de etiquetagem e de estigmatização é esmagador e persistente, ao surgirem múltiplas categorizações dos beneficiários do RSI como «indigentes», «toxicodependentes» e «sem-abrigo»³⁴, caracterização esta reforçada no JN³⁵. Contudo, é através do *empresário moral*, Paulo Portas, que são tecidas as mais duras críticas ao RSI, quando o próprio diz que «os filhos dos beneficiários do RSI multiplicam os apoios, mas os filhos de quem trabalha não servem para diminuir a carga fiscal no IRS»³⁶.

Ao considerarmos «como é dito», no Correio da Manhã, os textos enchem-se de questões como a «taxa de irregularidade», a «despesa» da medida, e alegações segundo as quais as prestações do RSI «podem chegar até aos 1800€»³⁷. A ascensão numérica tem a potencialidade de criar pânico, ao explicar que o «número [de beneficiários] aumentou significativamente» ou que «mais 29 mil recebem Rendimento Social»³⁸. O *exagero* elaborado pelo Correio da Manhã chega ao seu auge com a associação do RSI às margens da

³⁰ Correio da Manhã, «90% dos moradores da Quinta da Fonte recebe subsídios», 16/7/2008

³¹ Jornal de Notícias, «Um terço dos beneficiários tem menos de 18 anos», 3/7/2008.

³² Jornal de Notícias, «Um terço dos beneficiários tem menos de 18 anos», 3/7/2008.

³³ Jornal de Notícias, «Juíza chama “marginais” e “traiçoeiros” a ciganos», 31/7/2008

³⁴ Jornal de Notícias, «Lisboa com problema “sério” de pobreza», 27/2/2008.

³⁵ Público, «Os homens juntam-se na tasca “a falar na vida das mulheres”», 11/2/2008.

³⁶ Jornal de Notícias, «Campanha virada para o passado», 6/10/2008.

³⁷ Correio da Manhã, «335 mil recebem rendimento», 25/7/2008

³⁸ Correio da Manhã, «Mais 29 mil recebem Rendimento Social», 8/4/2008.

cidade como o Bairro da Quinta da Fonte³⁹ onde «também há armas»⁴⁰. Dentro dos cenários da «toxicod dependência», das «armas» e das irregularidades⁴¹ marginalizantes em torno do RSI destacados pelo Correio da Manhã, Paulo Portas surge como paladino da estabilidade e da ordem moral, ao anunciar que quer travar os «abusos»⁴².

Por outro lado, no Jornal de Notícias, surgem os números do pânico, destacando-se que o número de pedidos é «17 vezes superior»⁴³, «30 mil beneficiários pediram apoio mais que uma vez»⁴⁴, «há 50 pedidos de rendimento mínimo por dia no Porto»⁴⁵, o número de pessoas dependentes da prestação constituía «3%, contra os 2,8% do ano anterior»⁴⁶ e que existem «119 mil [beneficiários] com o rendimento de inserção»⁴⁷. A escalada do número de beneficiários repercute para uma pandemia em ascensão, que vai colonizando os jornais, destacando cada vez mais pessoas a pedir o RSI, o que, por sua vez, se traduz num montante crescente de pessoas que se inserem na categoria de estigmatizados. Associados ao galopar dos números, são enfatizados os «atrasos»⁴⁸ na atribuição do RSI, remetendo esta prestação social para os processos burocráticos, não respondendo às necessidades dos estigmatizados em tempo útil. Luís Filipe Menezes auxilia a ligação do RSI aos bairros problemáticos, ao escrever que nos «bairros da Cova da Moura, Quinta do Mocho, Zona J de Chelas, Aleixo», existe um «clima de pré-implosão que aí se poderia estar a instalar», criando uma *cultura de controlo social*, difundido o RSI para além dos espaços da ocorrência, conectando a utilização do RSI ao «consumo e tráfico de droga, conflitualidade interétnica, vivida nesses bairros»⁴⁹, tornando-o um problema ambíguo num foco de ameaça generalizada.

O interlocutor que incorpora o papel de empresário moral é o deputado do CDS-PP, Pedro Mota Soares que tece argumentos de que o RSI é uma medida desvirtuada porque «deixou de ser pontual e transformou-se num modo de vida pago por todos os contribuintes» em que a «lógica do RSI não pode ser a de um salário pago por nós»⁵⁰. Pedro Mota Soares incorpora a agência de empresário moral ao criar uma divisão etnocentrista, delineando uma linha *entre* «nós» que pagamos o salário «deles», visando a sua moralização.

³⁹ Correio da Manhã, «90% dos moradores da Quinta da Fonte recebe subsídios», 16/7/2008

⁴⁰ Correio da Manhã, «90% dos moradores da Quinta da Fonte recebe subsídios», 16/7/2008

⁴¹ Correio da Manhã, «Atribuição do RSI com mais casos de irregularidades», 13/11/2008.

⁴² Correio da Manhã, «Paulo Portas: Abusos», 11/9/2008.

⁴³ Jornal de Notícias, «119 mil com rendimento de inserção», 1/7/2008.

⁴⁴ Jornal de Notícias, «Perto de 30 mil beneficiários pediram apoio mais que uma vez», 19/5/2008.

⁴⁵ Jornal de Notícias, «Atrasos do RSI no Porto 46% superior à média», 12/10/2008.

⁴⁶ Jornal de Notícias, «Perto de 30 mil beneficiários pediram apoio mais que uma vez», 19/5/2008.

⁴⁷ Jornal de Notícias, «Um terço dos beneficiários tem menos de 18 anos», 3/7/2008.

⁴⁸ Jornal de Notícias, «Queixas incidem sobre atrasos nos apoios sociais e erros fiscais», 25/5/2008.

⁴⁹ Jornal de Notícias, «Não existo, logo penso», 22/8/2008.

⁵⁰ Jornal de Notícias, «PP exige conhecer números do RSI», 4/8/2008.

No Público, é Paulo Portas quem se destaca: «há ainda um Portugal que luta duramente todos os meses para pagar a prestação de uma casa e há outro Portugal que tem uma casa quase de graça e ainda acha que não pode ou não deve pagar», reforçando assim a posição pública de Pedro Mota Soares. Seguindo a esteira de diabolização e estigmatização dos beneficiários do RSI, Pedro Mota Soares insiste que o RSI «passou a ser uma mesada para que as pessoas não trabalhem»⁵¹, abrindo o campo da conceptualização dos beneficiários do RSI enquanto preguiçosos e laxistas, possibilitando uma resposta para o pânico moral. Esta noção de laxismo é reforçada quando numa entrevista a Manuela Silva, Presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz, é formulada uma pergunta se o RSI não «cria subsídio dependência», o que é demonstrativo do foco do debate em torno da medida.

Em termos de «o que é proposto», o Correio da Manhã destaca que o «Governo exige devolução do RSI»⁵², Paulo Portas sugere a canalização das verbas do RSI para as pensões. Adicionalmente, este mesmo *empresário moral* defende a criação de uma «linha de programas de voluntariado»⁵³ para os beneficiários, como contrapartida ao acesso à prestação, sendo este um processo de *inovação*, em que se propõem respostas ao desvio através das políticas de ativação e domesticação. Contrapondo o Correio da Manhã, o Jornal de Notícias, destaca a entrevista feita a Bagão Félix, em que este diz que, de forma a combater as irregularidades, «deveria ser avaliada a média do último ano e não apenas os últimos dois meses. Este método potencia a fraude»⁵⁴. A manipulação mediática e ideológica através da *distorção*, e subsequente insistência no combate à fraude repercute para o imaginário que a fraude no RSI é esmagadora, enquanto verificamos que o número de fiscalizações «disparou e já chegou, este ano [2008], às 30 mil ações»⁵⁵ e que as irregularidades são de apenas 15%. Contudo, estes números não desmobilizam o interlocutor, Pedro Mota Soares, de reiterar que existe uma necessidade de fiscalizar os beneficiários⁵⁶.

Por último, no Público, Paulo Portas propõe uma transferência de «um quarto dos 430 milhões de euros orçamentados para o Rendimento Social de Inserção»⁵⁷ para melhorar as pensões sociais, argumentando que é «tirar de um lado para por no outro». A formulação estrutural da construção discursiva elaborada por Paulo Portas coloca a transferência de verbas do RSI para as pensões como uma questão de justiça, já que o RSI é injusto por ser um

⁵¹ Público, «Onze mil estrangeiros têm rendimento de inserção»

⁵² Correio da Manhã, «Governo exige devolução do RSI», 28/8/2008.

⁵³ Correio da Manhã, «Portas recupera causa». 3/8/2008.

⁵⁴ Jornal de Notícias, «Um terço dos beneficiários tem menos de 18 anos», 3/7/2008.

⁵⁵ Jornal de Notícias, «Taxa de irregularidades baixou 60% desde 2003», 13/11/2008.

⁵⁶ Jornal de Notícias, «PP exige conhecer números do RSI», 4/8/2008.

⁵⁷ Público, «CDS-PP quer aumentar pensões através do RSI», 2/11/2008.

modo de vida, enquanto as pensões são para aqueles que trabalharam uma vida inteira, endogeneizando assim o conflito, colocando pobres contra pobres.

Ao revermos o ano 2008, as referências ao RSI totalizam 196 e as de pobreza somam 71, demonstrando a forte correlação entre o RSI e a pobreza. Não obstante esta forte correlação, na construção da narrativa discursiva verificamos uma rutura qualitativa com o conceito de pobreza, quando a imprensa escrita *quebra o silêncio* denunciando que existem beneficiários do RSI que vivem em «casas muito apetrechadas»⁵⁸ e que «há famílias que se gabam».⁵⁹ Assim, o conceito de pobreza é substituído pela perceção de uma abundância material, mas uma pobreza de espírito, de laxismo, de vício e de subsidiodependência, criando um clima propício para a propagação do ódio social. Na caracterização dos beneficiários, existe uma continuidade com o ano de 2007, ao serem associados «ciganos», «sem-abrigos», «toxicodependentes» e as «armas», universo ao qual se junta o aumento de beneficiários do RSI e da «taxa de irregularidade»⁶⁰, convertendo numa ameaça generalizada. É neste ano que se destacam os empresários morais, Paulo Portas e Pedro Mota Soares, que optam por centrar o seu discurso na «ética do trabalho», avançando com propostas legislativas baseadas no princípio da reciprocidade, introduzindo uma maior fiscalização para combater a «fraude». É em 2008 que se começa a desenhar os primeiros contornos discursivos para a transferência do *welfare* para *workfare*, em que este último ganha força. É necessário dizer que os inventários, como este, não são uma simples espécie de verificação de acontecimentos nas quais alguns erros podem ser cometidos ocasionalmente. Nas sociedades modernas os inventários são «... elementos de fantasia, má seleção e de criação deliberada de notícias» (Cohen, 2002:44). O inventário não é verificação dos acontecimentos, mas sim notícias manipuladas.

4.3. 2009: RSI, Tolerância zero

Situando-nos ao nível do Correio da Manhã, registamos 8 interlocutores em que se destacam Armando Esteves Pereira, Alberto Santos, Miguel Gonçalves, Ilídio Leandro, todos com 1 incidência e o Pedro Mota Soares, com duas.

Como interlocutores das notícias em torno do RSI, o Jornal de Notícias apresenta 12 pessoas, expondo uma heterogeneidade de atores com diferentes capitais sociais, desde os beneficiários do próprio RSI, a representantes de IPSS até deputados da Assembleia da República. Contudo, os interlocutores que se destacam mais no Correio da Manhã são Paulo

⁵⁸ Correio da Manhã, «90% dos moradores da Quinta da Fonte recebe subsídios», 16/7/2008

⁵⁹ Correio da Manhã, «335 mil recebem rendimento», 25/7/2008.

⁶⁰ Correio da Manhã, «335 mil recebem rendimento», 25/7/2008

Portas e Francisco Louçã, com declarações em total oposição. Quanto ao Público, contabilizamos 11 interlocutores, em que se destaca João Rebelo, coordenador da campanha legislativa do CDS-PP e Paulo Portas, líder do CDS-PP, com 6 incidências, detendo assim 37% das intervenções no Público de 2009 (ver Anexo 1).

Em termos de conteúdos, reportando para a categoria «o que diz» podemos iniciar por uma crónica escrita por Armando Esteves Pereira, Diretor-Adjunto do Correio da Manhã, intitulada «Subsídio de preguiça». Nesta crónica o autor declara que o RSI é um mecanismo benevolente, mas está repleto de «abusos», opera como um «incentivo público à preguiça», e que «a sua atribuição generalizada e com pouco controlo tornou o RSI numa espécie de rendimento garantido para ociosos»⁶¹. No mesmo artigo, o autor vai mais longe e diz que «é questionável que se dê 200 euros a quem não faz rigorosamente nada e que nem sequer tem de procurar trabalho». Neste texto, coloca-se novamente a moral dominante da «ética de trabalho» e da falta de «inserção profissional», por oposição àqueles que «trabalham arduamente»⁶². Simultaneamente, esta notícia carrega um elemento estruturador do senso comum, o do individualismo, reportando a problemática ao comportamentos dos próprios beneficiários, num processo de forte simbolização que articula as imagens, as palavras os estereótipos em torno do RSI. Estas notícias, que cercam o RSI de estereótipos e pressupostos, são reforçadas quando, na capa do Correio da Manhã, o destaque da edição é «Fraudes de 118 milhões no RSI»⁶³.

Fugindo à patologia dos beneficiários, a estratégia de descredibilização do RSI complexifica-se e ganha novos contornos. Acentuando a tónica nos gastos do Estado e das irregularidades existentes no RSI devido a casos de «fraude»⁶⁴, o argumento individualista que estigmatiza os beneficiários torna-se problema estrutural, em que o «prejuízo com burlas continua a ser elevado», tendo um «custo para os cofres de Estado de 36 milhões de euros». Mas a estratégia dos números, da despesa e dos gastos não atenua os estereótipos dos beneficiários. Um destaque do Correio da Manhã, «Ladrões violentos com ajuda do Estado», amplifica as *imagens* que atribuem comportamentos de certos elementos que recebem o RSI à generalidade dos beneficiários enquanto, concomitantemente, cria uma relação entre comportamentos desviantes, o crime e o RSI. Descrevendo a história de um jovem que foi assaltado, «espancado», em que a vítima tinha «uma pistola e facas apontadas à cabeça»⁶⁵ por

⁶¹ Correio de Manhã, «Subsídio da preguiça», 8/10/2009

⁶² Correio de Manhã, «Subsídio da preguiça», 8/10/2009

⁶³ Correio da Manhã, «Fraudes de 118 milhões no RSI», 9/10/2009

⁶⁴ Correio da Manhã, «Fraudes de 118 milhões no RSI», 9/10/2009

⁶⁵ Correio da Manhã, «Ladrões violentos pagos pelo Estado», 27/8/2009.

assaltantes, que, baseados em fonte insegura, receberiam RSI, cria assim cenários de *distorção* que são baseados em rumores. Na sua caracterização, utilizando fontes da Polícia Judiciária, referia que esses assaltantes «continuam a viver do Rendimento Social de Inserção»⁶⁶, encurtando o espaço mental entre o mundo do tráfico de droga e dos assaltos, com o RSI. O estreitamento deste fosso torna-se claro quando na mesma notícia, os assaltantes e beneficiários do RSI «conciliam os enormes rendimentos no mundo do crime com uma vida recheada de subsídios à custa do Estado»⁶⁷.

Em 2009, a caracterização feita dos beneficiários do RSI no Jornal de Notícias diversifica-se. Numa notícia sobre crianças negligenciadas, destacam-se os «720 processos seguidos pelo Protocolo para o Acompanhamento de Pessoas Beneficiárias do Rendimento Social de Inserção de 2005 a 2008»⁶⁸, remetendo para os leitores que a existência desse mesmo protocolo como sinal de uma generalização de maus tratos das crianças dos agregados beneficiários. Contudo, essa caracterização dos beneficiários é alargada para o campo dos riscos, ao serem elencados «comportamentos de risco (toxicodependência, alcoolismo, prostituição)».⁶⁹ A ligação ao submundo do tráfico de estupefacientes é estreitada, tal como no Correio da Manhã, quando numa notícia do Jornal de Notícias sobre «tráfico de droga» - «10563 doses; cocaína para 74 doses; algumas partilhas de ecstasy e 19 gramas de MDMA»⁷⁰ - o subtítulo da própria notícia é «Recebe rendimento mínimo». A etiquetagem é eficaz na associação quando, descrevendo a entrada da polícia em casa do assaltante, o Jornal de Notícias diz que o «desempregado e beneficiário do Rendimento Social de Inserção não reagiu bem quando a Polícia lhe entrou em casa»⁷¹. De forma a combater a colonização da violência nos jornais em torno do RSI, Paulo Portas insiste no reforço da ética do trabalho: «uma pessoa que se levanta cedo para amanhar a terra e paga impostos é penalizada, enquanto muitos não querem trabalhar e não pagam impostos e ainda levam o rendimento mínimo para casa?» e fala contra «os abusos no Rendimento Social de Inserção e a criminalidade»⁷².

O Público dá destaque às declarações de Paulo Portas segundo as quais «se há outros que não querem trabalhar [os beneficiários do RSI], não contem comigo»⁷³ e que o RSI «transformou-se num modo de vida».⁷⁴ Numa edição prévia, o Público destaca que o «CDS

⁶⁶ Correio da Manhã, «Ladrões violentos pagos pelo Estado», 27/8/2009.

⁶⁷ Correio da Manhã, «Ladrões violentos pagos pelo Estado», 27/8/2009.

⁶⁸ Jornal de Notícias, «Projeto acompanha 128 crianças negligenciadas», 31/1/2009.

⁶⁹ Jornal de Notícias, «Adoçar a boca aos sem-abrigo», 25/10/2009

⁷⁰ Jornal de Notícias «PSP dismantela rede que traficava em festivais», 14/8/2009

⁷¹ Jornal de Notícias «PSP dismantela rede que traficava em festivais», 14/8/2009

⁷² Jornal de Notícias, «Paulo Portas diz que Sócrates não soube aproveitar a maioria», 7/9/2009

⁷³ Público, «RSI gera polémica», 20/9/2009

⁷⁴ Público, «Segurança Social aqueceu primeiro debate televisivo», 3/9/2009.

quer reforma profunda no Rendimento de Inserção, um “financiamento à preguiça”», usando de forma constante palavras e expressões como «abusos e fraudes», «financiamento à preguiça» e «quem não quer trabalhar»⁷⁵. Adicionalmente, numa reportagem sobre as condições de vida no Bairro do Lagarteiro, é destacado que «75 por cento da população residente no bairro do Lagarteiro é beneficiária do rendimento mínimo»⁷⁶, gerando um sentimento de insegurança coletiva, semeando as condições que possam colher simpatia e legitimidade para a conversão das políticas de *welfare* para políticas de *workfare*, assentes na ideia de reciprocidade, na moralização dos beneficiários, carimbando assim a passagem de um Estado-Providência para um Estado-Penitência (Wacquant, 2003).

Situando-nos no «como é dito», ressaltamos o facto de em entrevista ao Correio da Manhã, Carlos Alberto Santos, Presidente da Associação de Comércio da Indústria de Panificação, diz que «há pessoas que chegam às entrevistas e que recebem 700 euros de rendimento mínimo. Não lhes compensa trabalhar e preferem ficar em casa» e que «muitas preferem viver do subsídio a ter que trabalhar numa padaria»⁷⁷. Este destaque dado pelo Correio da Manhã vem reforçar a proliferação dos discursos da «dependência patológica» dos beneficiários do RSI, tal como o seu desamparo moral. Isto é reafirmado por Miguel Gonçalves, sócio da Padaria Jaime.

O debate em torno de «despesas» e de gastos do Estado volta ao palco noticioso, quando é referido que: «o rendimento mínimo passa os 400 milhões»⁷⁸ e que o governo «gastou mais 67,2 milhões de euros do que no mesmo período do ano passado» que são mais «6,7 milhões por mês»⁷⁹ em que as fraudes tiveram uma poupança de «16,7 milhões».⁸⁰ A *definição da agenda* conjuga-se com a sensibilização, selecionando e amplificando os gastos com o RSI, traduzindo o seu peso orçamental numa ameaça generalizada ao afirmar que o gasto com o subsídio aumentou 19,2%,⁸¹. Pedro Mota Soares refere que «há descontrolo no rendimento de inserção» e um «descontrolo na atribuição» e que a fraude tem custos já que «60 a 70 mil pessoas está a receber indevidamente»⁸². A complementaridade dos beneficiários que recebem indevidamente a prestação, dos gastos do Estado, conjugados com os lugares marginais, criam um *cocktail* de conceitos intempestivo. Um exemplo é quando o Correio da Manhã, numa notícia de destaque de duas páginas, afirma que «moradores levam 1 milhão

⁷⁵ Público, «CDS quer reforma profunda no Rendimento de Inserção, um “financiamento à preguiça”», 10/8/2009.

⁷⁶ Público, «Não é possível chegar a um lugar e fazer tudo de uma vez», 28/9/2009

⁷⁷ Correio da Manhã, «Padarias atacam RSI», 17/11/2009

⁷⁸ Correio da Manhã, «Rendimento mínimo passa os 400 milhões», 23/11/2009.

⁷⁹ Correio da Manhã, «Rendimento mínimo passa os 400 milhões», 23/11/2009.

⁸⁰ Jornal de Notícias, «Detetadas fraudes de 16,7 milhões», 10/10/2009.

⁸¹ Correio da Manhã, «Rendimento mínimo passa os 400 milhões», 23/11/2009.

⁸² Correio da Manhã, «Só deve receber quem trabalha», 11/11/2009.

para casa» onde «275 mil famílias da Bela Vista recebem Rendimento Social de Inserção»⁸³. Uma das poucas reações feitas à avalanche estigmatizante sobre a subsidio-dependência é desencadeada no Jornal de Notícias pelo Coordenador do Bloco de Esquerda, Francisco Louçã, ao acusar Paulo Portas de «desprezar os pobres»⁸⁴. Contudo, este confronto é residual, face à relação de forças noticiosas.

No Público, o deputado do CDS-PP Diogo Feio volta a «denunciar os “abusos” no Rendimento Mínimo de Inserção»⁸⁵. Na campanha legislativa de 2009, o CDS utilizou um «discurso antipreguiça»⁸⁶, em que o seu principal porta-voz, Paulo Portas, argumenta contra os abusos do RSI. Na mesma senda discursiva, presente no Público, Paulo Portas prolifera um «discurso que exalta a agricultura e condena os abusos do Rendimento Social de Inserção»⁸⁷ colhendo simpatias e parte da estratégia de campanha do CDS-PP, sendo paradigmática a afirmação de Paulo Portas: «quem quer impostos mais moderados, uma justiça mais firme, quem é contra a criminalidade, quem quer investir na agricultura e não apenas durante a campanha eleitoral, dar mais apoio às pensões do que ao rendimento mínimo»⁸⁸. Esta estratégia de campanha é assumida pelo próprio João Rebelo, diretor de campanha do CDS-PP, dizendo que os temas escolhidos da campanha são agricultura, impostos, pequenas e médias empresas, segurança e rendimento social de inserção⁸⁹.

Em termos de medidas e propostas, na categoria de «o que é proposto», no Correio da Manhã, o Padre Ilídio Leandro, Bispo de Viseu, propõe que «só deve receber quem trabalhar», convergindo com a perspetiva da «obrigatoriedade de prestação de trabalho comunitário» para que as pessoas se «sentissem merecedoras»⁹⁰. Pedro Mota Soares remata que, para combater o «descontrolo na atribuição», é necessário «retirar o que é excesso e o que é fraude no rendimento mínimo», aumentando a fiscalização⁹¹. Contudo, uma nova dimensão associa-se nas propostas legislativas apresentadas, que vai para além da fiscalização – substituição de assistentes sociais por fiscalizadores – que irá intensificar a associação da fraude ao RSI. Esta surge pela mão do CDS-PP, ao propôr que os beneficiários do RSI que pratiquem «crimes especialmente violentos», «não devem receber a prestação do Estado»

⁸³ Correio da Manhã, «Moradores levam 1 milhão para casa», 12/5/2009.

⁸⁴ Jornal de Notícias, «Louça diz que só o Bloco “não se comprometeu” com o atual presidente», 8/10/2009.

⁸⁵ Público, «Portas afastou entendimento com PS, mas não convenceu todos», 18/1/2009

⁸⁶ Público, «RSI gera polémica», 20/9/2009

⁸⁷ Público, «Portas propõe aos indecisos o CDS contra a “música monocórdica” do PSD», 21/9/2009

⁸⁸ Público, «Portas propõe aos indecisos o CDS contra a “música monocórdica” do PSD», 21/9/2009

⁸⁹ Público, «Demissão do principal assessor de Cavaco Silva mudou guião de campanha», 23/9/2009.

⁹⁰ Correio da Manhã, «Só deve receber quem trabalha», 11/11/2009.

⁹¹ Correio da Manhã, «Há descontrolo no rendimento de inserção», 23/11/2009

após a sua condenação, já que os beneficiários «juntam a prestação à atividade criminosa»⁹². O CDS propõe «retirar o que é fraude e abuso no RSI»⁹³ canalizando-o para as pensões.

No Público, o líder do CDS-PP, Paulo Portas, diz que «se tiver força», a primeira medida que implementará na área social é aumentar em 10 euros as pensões mais baixas, «retirando o dinheiro do Rendimento Social de Inserção»⁹⁴, elegendo assim o aumento das pensões como uma das medidas prioritárias do CDS. A lógica de retirar o dinheiro do RSI para cobrir as despesas da subida das pensões remete para a moralidade e justiça de uma prestação – as pensões – *vis-a-vis* a imoralidade e a injustiça que estão adjacentes ao RSI. O CDS-PP propõe uma reformulação profunda do RSI que assenta em 4 eixos: o primeiro é a elaboração de uma auditoria à prestação social; o segundo consiste em canalizar para as pensões mínimas um quarto dos 490 milhões do OE destinados ao RSI; no terceiro, o CDS promete «combater os casos de pessoas que estão no RSI há dez ou mais anos»⁹⁵ e, por último, advoga um reforço das competências das IPSS, em que parte da prestação seria atribuída em géneros⁹⁶.

Em forma de síntese, no ano de 2009, verificamos um disparar das referências ao RSI, totalizando um número de 187 incidências, enquanto a pobreza equivale a 26 alusões, em que verificamos um intensificar do desfasamento do RSI face à pobreza. Esta ascensão do RSI na imprensa escrita deve-se, em grande parte, à campanha legislativa para a AR de 2009, em que o CDS-PP integra o RSI como um dos temas de campanha.⁹⁷ O número de interlocutores ascende aos 31, também causado pelo efeito mediático das legislativas. Com o RSI no centro do debate eleitoral, as representações como «subsídio de preguiça» e «incentivo público à preguiça»⁹⁸ cristalizam-se na opinião pública. Simultaneamente, a centralidade da «fraude» em torno do RSI ascende a novos níveis, com o bombardeamento noticioso de «Fraudes de 118 milhões no RSI» e «prejuízo com burlas»⁹⁹ que se apresentam como massacre simbólico e estigmatizante. Não obstante a temática da «fraude» conjuga-se a intensificação da caracterização dos beneficiários como «ladrões violentos» que «conciliam os enormes rendimentos do crime com uma vida recheada de subsídios à custa do Estado»¹⁰⁰, mergulhados em cenários de alcoolismo e prostituição. Endurecendo a sua posição de

⁹² Correio da Manhã, «Condenados por crime violento sem receber», 28/8/2009

⁹³ Correio da Manhã, «Condenados por crime violento sem receber», 28/8/2009

⁹⁴ Público, «RSI gera polémica», 20/9/2009

⁹⁵ Público, «CDS que reforma profunda no Rendimento de Inserção, um “financiamento à preguiça”», 10/8/2009

⁹⁶ Público, «Líderes do PSD e do CDS não excluem coligação», 11/9/2009

⁹⁷ Público, «Demissão do principal assessor de Cavaco Silva mudou guião de campanha», 23/9/2009.

⁹⁸ Correio da Manhã, «Subsídio da preguiça», 8/10/2009

⁹⁹ Correio da Manhã, «Fraudes de 118 milhões no RSI», 9/10/2009

¹⁰⁰ Correio da Manhã, «Ladrões violentos pagos pelo Estado», 27/8/2009.

empresário moral, Paulo Portas acentua esta associação ao referir-se aos «abusos no Rendimento Social de Inserção e a criminalidade»¹⁰¹. Reforçando a temática moral da «ética do trabalho», juntam-se os números dos gastos com o RSI, que ascende aos «400 milhões», mesmo tendo em conta que o combate à fraude gerou uma poupança de «16.7 milhões de euros»¹⁰², legitimando a intervenção de Pedro Mota Soares que diz que há um «descontrolo na atribuição»¹⁰³ do RSI. Com o bombardeamento simbólico do RSI como um subsídio para instigar o desvio, as propostas de *workfare* e de *ativação* estruturam-se com legitimidade, tornando 2009 o ano em que o RSI tem *tolerância zero* na imprensa escrita portuguesa.

4.4. 2010: recrudescimento e crítica individualista

Os agentes sociais mais referenciados, integrando a categoria «quem diz», no Correio da Manhã são Manuel Catarino e Teresa Caeiro. Destacam ainda Helena André e Pedro Mota Soares – com duas incidências cada – e Paulo Portas que totaliza 4 incidências (ver Anexo 1). No Jornal de Notícias, registamos um total de 12 interlocutores em que se destaca Manuel Serrão, Pedro Passos Coelho e Paulo Portas (ver Anexo 1). No Público, existem 12 interlocutores em que se destacavam Eduardo Vítor Rodrigues, Pedro Passos Coelho, Assunção Cristas e, com duas incidências, Paulo Portas (ver Anexo 1).

No tocante «ao que é dito», numa coluna de opinião de Manuel Catarino, jornalista do Correio da Manhã, é tecida uma argumentação, segundo a qual «o Rendimento Social de Inserção é uma das mais justas contribuições do Estado», contudo, «acabou por se transformar numa absurda injustiça» porque andamos a «alimentar ociosos, vagabundos, chefes de gang», e que a prestação social falha porque «pagamos à escória da sociedade» e de que «é isto que tem de acabar»¹⁰⁴. Nesta mesma peça noticiosa, o jornalista reforça a ideia de uma interligação entre o RSI e os gangs ao escrever «os técnicos da Segurança Social que decidiram atribuir à maior parte do gang o Rendimento Social de Inserção», reforçando a ideia de que o RSI é atribuído a quem não merece e que «ninguém é responsabilizado». Nesta peça noticiosa, a frase destacada é «Andamos a alimentar ociosos, vagabundos, corrécios, chefes de gang. Pagamos à escória (...)»¹⁰⁵, demonstrando a eficácia da *simbolização* mediática construída em torno do RSI ao ser cristalizado em senso-comum, ou seja, em opinião pública.

¹⁰¹ Público, «CDS quer reforma profunda no Rendimento de Inserção, um “financiamento à preguiça”», 10/8/2009.

¹⁰² Jornal de Notícias, «Detetadas fraudes de 16,7 milhões», 10/10/2009.

¹⁰³ Correio da Manhã, «Há descontrolo no rendimento de inserção», 23/11/2009

¹⁰⁴ Correio da Manhã, «O crime compensa», 7/6/2010

¹⁰⁵ Correio da Manhã, «O crime compensa», 7/6/2010

Na edição de 18 de junho de 2010, o título da capa do Correio da Manhã é «Presos têm rendimento mínimo»¹⁰⁶. No artigo destacado, a estrutura inicia-se com uma fotografia de um prisioneiro a entrar numa carrinha da polícia com o subtítulo «Estado dá rendimento mínimo aos reclusos», referindo que o traficante preso «tem direito a 400 euros [de RSI]»¹⁰⁷. A representação feita em torno do RSI, é, mais uma vez, associado aos círculos do crime e do tráfico de drogas em que a caracterização do traficante detido – sendo destacado o facto de receber o RSI – é a de uma pessoa que «aguarda julgamento na cadeia por furtos, roubos, tráfico de armas e até mesmo violações». Mas, como destaca o Correio da Manhã, «nada disto impede, no entanto, que os reclusos continuem a receber o rendimento mínimo»¹⁰⁸. Este processo do inventário dos média insere-se na *distorção*, cujo estilo de apresentação das notícias é feito numa repetição constante, para que se torne realidade. Nessa mesma edição, surge outra notícia de um violador de menores, que vivia no Bairro do Cerco e que recebia o RSI¹⁰⁹, reforçando o seu carácter criminoso.

A deputada do CDS-PP, Teresa Caeiro, diz que «cerca de vinte por cento do total de beneficiários não precisa e vive à custa do sistema»¹¹⁰. Adicionalmente, noutra peça do Correio da Manhã, é dado destaque a uma operação policial articulada pela Unidade Especial de Combate aos Crimes Especialmente Violento, do DIAP de Lisboa, chamada «Rendimento Máximo»¹¹¹. Nesta operação foram apreendidas «dez armas, 30 mil munições, mais de duas toneladas de pólvora, carregadores e componentes de várias armas de fogo», e os traficantes «viviam do rendimento social de reinserção social, mas ostentavam bens de luxo incompatíveis com os rendimentos»¹¹², legitimando, aos olhos dos recetores, a argumentação de Paulo Portas ao dizer que «anda-se de arma e RSI na mão»¹¹³.

O Jornal de Notícias, do mesmo modo que o Correio da Manhã, destaca que «90% dos moradores da Quinta da Fonte recebe subsídios»¹¹⁴, referindo-se à operação efetuada pela PSP no Bairro do Aleixo para desmantelar uma rede de tráfico. Nessa operação, no interior de alguns apartamentos, as forças policiais depararam-se «com sinais de riqueza acima das possibilidades de pessoas que são inquilinas de um bairro social e, que, em certos casos, recebem o rendimento social de inserção»¹¹⁵, pelo que o RSI «se transforma numa indústria

¹⁰⁶ Correio da Manhã, «Presos têm Rendimento Mínimo», 18/6/2010

¹⁰⁷ Correio da Manhã, «Estado dá rendimento mínima aos reclusos», 18/6/2010

¹⁰⁸ Correio da Manhã, «Estado dá rendimento mínima aos reclusos», 18/6/2010

¹⁰⁹ Correio da Manhã, «Violador de menor tem apoio mensal», 18/6/2010

¹¹⁰ Correio da Manhã, «Mais 28 mil têm rendimento mínimo», 3/1/2010

¹¹¹ Correio da Manhã, «PSP desfaz fábrica de armas e pólvora», 3/9/2010

¹¹² Correio da Manhã, «PSP desfaz fábrica de armas e pólvora», 3/9/2010

¹¹³ Correio da Manhã, «Anda-se de arma e RSI na mão», 25/6/2010

¹¹⁴ Correio da Manhã, «90% dos moradores da Quinta da Fonte recebe subsídios», 16/7/2008

¹¹⁵ Jornal de Notícias, «PSP estraga negócio de tráfico a famílias do Bairro do Aleixo», 5/11/2010

do abuso»¹¹⁶. Assim, a construção dos cenários de crime dá força e legitima a proposta de Paulo Portas que considera «absolutamente imoral» que quem cometa «crimes graves» possa receber o RSI¹¹⁷. Não obstante, apesar da notícia em si falar sobre um projeto de lei proposto pelo CDS-PP na Assembleia da República, existe um forte processo de associação de criminosos ao RSI, como se todos os beneficiários do RSI fossem criminosos, ou *como se todos os criminosos recebessem o RSI*.

As alterações ao RSI são concretizadas dentro do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), em que a Segurança Social tem a autoridade de cancelar o apoio aos beneficiários entre os 18 e os 55 anos que recusem «emprego conveniente», propostas de formação ou trabalho «socialmente necessário»¹¹⁸. A troca de uma prestação social por «trabalho socialmente útil» é a demonstração de uma inflexão das políticas sociais do paradigma de *welfare* para o *workfare*, da transferência da mão esquerda dos aparelhos do Estado para a mão direita, moralizando e disciplinando os beneficiários.¹¹⁹

No Público, Paulo Portas reitera as suas críticas às alterações introduzidas no RSI, no âmbito do Decreto-Lei n.º 70/2010 em que «continua a ser possível cometer crimes e continuar a receber o rendimento mínimo, continua a ser possível ter 100 mil euros na conta bancária e colocar o tio e a prima para melhorar o rendimento mínimo, é a porta aberta à fraude»¹²⁰. Esta notícia que amplifica a construção discursiva de Paulo Portas parte do pressuposto que as pessoas são fraudulentas, incorporando esse pressuposto nos quadros mentais representativos das pessoas, tornando-o em senso comum.

A capa da edição do Correio da Manhã do dia 24 de março de 2010 dita que os «portugueses recusam 58 mil empregos»¹²¹, reportando para a moralidade da ética do trabalho que ganha força e consistência numa altura de crise, em que existe um défice de emprego e um excedente de desempregados, o que, por sua vez, tem custos para o Estado, confirmando para os leitores o laxismo e a preguiça patológica dos beneficiários do RSI.

Numa entrevista ao Correio da Manhã, o líder parlamentar do CDS-PP, Pedro Mota Soares, refere que «paga-se Rendimento Mínimo a criminosos», e que «em plena crise social não se podem reduzir apoios a quem precisa». Pedro Mota Soares diz que «não podemos ter um cenário em que se corta nos apoios a quem está desempregado e se continua a pagar o

¹¹⁶ Jornal de Notícias, «Portas reforça discurso contra abusos no RSI», 4/2/2010

¹¹⁷ Jornal de Notícias, «Portas quer tirar RSI a criminosos», 14/7/2010

¹¹⁸ Jornal de Notícias, «Beneficiários do RSI não podem recusar trabalho», 27/10/2010

¹¹⁹ A ideia da transferência das funções do Estado da mão esquerda para a mão direita é feita por Pierre Bourdieu no filme e no livro «Sociology is a Martial Art», New York: The New Press, 2011. Versão impressa.

¹²⁰ Público, «Cortes aos apoios sociais discutidos no Parlamento», 19/6/2010

¹²¹ Correio da Manhã, «Portugueses reusam 58 mil empregos», 24/3/2010

Rendimento Mínimo a autores de crimes violentos»¹²². A utilização da palavra «precisa» neste contexto insere-se num binarismo de quem precisa *versus* quem não precisa, em que se inserem a figura do beneficiário do RSI, segundo Pedro Mota Soares, «muitas vezes, não quer trabalhar»¹²³.

No Jornal de Notícias surgem os números do pânico mais recente: «26 mil beneficiam de RSI», o que representa um aumento «muito expressivo e preocupante»¹²⁴. Num artigo de opinião, Manuel Serrão faz uma categorização dos «quatro tipos de cidadão» que existem nos tempos atuais: «os que trabalham por conta própria, os que trabalham por conta de outrem, os que não trabalham mas se sustentam por conta própria ou de outrem e, finalmente, os que não trabalham e são sustentados pelo Estado, ou seja, por todos nós». Esta categorização remete o beneficiário para uma geografia de desamparo, de imoralidade parasitária em viver à custa do trabalho da sociedade, não porque o colete de forças da pobreza assim o obriga, mas porque quer.

Por outro lado contrariando todo o argumentário desenvolvido em torno da ideia do laxismo e da preguiça como estando associados ao RSI, no Público, o sociólogo português Eduardo Vítor Rodrigues afirma que «a percentagem de integração é baixíssima. Há entidades que têm POC ano após ano e não contrataram ninguém. E há beneficiários que fazem POC ano após ano e nunca são contratados»¹²⁵. Assim, Eduardo Vítor Rodrigues demonstra as fragilidades e dificuldades dos beneficiários do RSI em obter emprego, demonstrando que políticas de *workfare* como os POCs destroem postos de trabalho ao fazer com que as empresas não contratem um funcionário, mas descartem beneficiário atrás de beneficiário de forma a poupar custos diretos. Na mesma senda, Edmundo Martinho diz que o RSI nasceu de uma promessa eleitoral e «isso tornou-o um ponto de divergência ideológica»¹²⁶. Ambos estes artigos no Público são explicativos e pedagógicos na estruturação do RSI, os seus objetivos, o rendimento atribuído aos beneficiários e os gastos que estes têm. Ambos são compostos por histórias de vida que, ao contrário do que temos vindo a evidenciar ao longo deste capítulo, dão voz aos beneficiários.

O mesmo Público destaca o aumento de beneficiários do RSI ao dizer que «88 mil famílias beneficiárias de RSI em 2004; 92.299 em 2005; 94.933 em 2006; 111.772 em 2007; 128.563 em 2008; 152.421 em 2009»¹²⁷. Esta escalada, como referido anteriormente, dá a

¹²² Correio da Manhã, «Paga-se Rendimento Mínimo a Criminosos», 26/6/2010

¹²³ Correio da Manhã, «Paga-se Rendimento Mínimo a Criminosos», 26/6/2010

¹²⁴ Jornal de Notícias, «Desemprego domina bairros», 24/3/2010

¹²⁵ Público, «Rendimento Social de Inserção: Aprender pode ajudar, mas não faz milagres», 9/1/2010

¹²⁶ Público, «Rendimento Social de Inserção: Aprender pode ajudar, mas não faz milagres», 9/1/2010

¹²⁷ Público, «Rendimento mínimo disparou em 2009», 16/2/2010

perceção de uma crescente epidemia. Face ao galopar da crise e ao aumento de desempregados que ficam sem subsídio de desemprego, aumenta o número de potenciais beneficiários do RSI. O choque ideológico da redução do Estado-Providência é feito por Assunção Cristas ao dizer que é preciso «fiscalizar o rendimento social de inserção»¹²⁸, como forma de reduzir gastos sociais.

Sobre a fraude são empregues expressões populares como «separar o trigo do joio»: é a conjugação entre uma medida ideológica e o senso-comum, estabelecendo uma demarcação categórica entre pobres «merecedores» e indolentes, empurrando estes através da coação para os segmentos inferiores do mercado e trabalho, de forma a «corrigir» os supostos comportamentos desviantes que são a causa da sua miséria, dos outros e do país. Defendendo o mingar do Estado-Providência e a expansão do terceiro setor, Pedro Passos Coelho afirma que «é preciso apostar na responsabilidade dos privados também nessa área. Temos que procurar ser mais justos na atribuição de prestações sociais»¹²⁹

Na especificidade de «o que é proposto», deparamo-nos com uma alteração nas condições de acesso que o Correio da Manhã destaca, referindo que as novas regras que «estabelecem as condições de acesso às prestações sociais deverão entrar em vigor em julho»¹³⁰. É preciso «apertar o cinto» com medidas de combate ao défice e ao desperdício, aliadas a uma estratégia de redução dos gastos sociais, em que o «Estado quer poupar 289 milhões com a introdução de novas regras»¹³¹. Nestas novas regras, «passam a contar o salário, os juros de depósitos e dividendos de ações, os rendimentos prediais, as pensões, os apoios à habitação, as bolsas de estudo ou formação e o património imobiliário»¹³² na contabilização de rendimento disponível por parte dos agregados familiares.

Num processo de domesticação, fiscalização e restrição do acesso às prestações sociais, como o RSI, os beneficiários são «chamados para fazer a prova de rendimentos, contas bancárias e dimensão do agregado familiar»¹³³, numa lógica de fiscalização institucional por parte do Estado e não de acompanhamento. No dia 20 de abril o Correio da Manhã destaca o artigo «CDS quer vales sociais no RSI», onde o líder do CDS-PP, Paulo Portas, propõe «o fim da renovação automática» e «atribuir a ajuda em vales sociais, até cinquenta por cento do valor»¹³⁴. Esta medida proposta pelo CDS-PP tem como objetivo

¹²⁸ Público, «CDS/PP viabiliza Orçamento do Estado com PEC que pode levar ao “fecho de empresas”», 30/1/2010

¹²⁹ Público, «Mais vale uma crise política que viver todos os dias em crise», 18/2/2010

¹³⁰ Correio da Manhã, «Governo vai exigir extratos bancários», 9/5/2010

¹³¹ Correio da Manhã, «Apoios encolhem e regras apertam», 1/8/2010

¹³² Correio da Manhã, «Apoios encolhem e regras apertam», 1/8/2010

¹³³ Correio da Manhã, «Milhares entopem Segurança Social», 29/10/2010

¹³⁴ Correio da Manhã, «CDS quer vales sociais no RSI», 20/4/2010

«poupar até 120 milhões de euros» com «mais fiscalização», porque haverá cerca de «15 a 25 por cento» de «abuso» e «fraude»¹³⁵. O CDS, através de Pedro Mota Soares, propõe um projeto na Assembleia da República que defende que os «beneficiários do RSI deviam limpar matas»¹³⁶. Esta notícia foi a terceira mais lida no Público on-line no dia 15 de agosto de 2010 o que, como tem vindo a ser referido, vem reforçar a demarcação categórica entre os pobres «merecedores» e os indolentes. Para Cohen, «a repetição de histórias que são obviamente falsas, apesar de não ter provas disso, é um achado habitual em estudos do papel dos mass media em espelhar o histerismo em massa» (Cohen, 2002:33).

No Jornal de Notícias, é noticiada a abertura, na Segurança Social, de um concurso interno para o «recrutamento de 50 inspetores», cujo objetivo será «reforçar os quadros de fiscalização»¹³⁷ - nomeadamente do RSI. Confirmando o embrutecimento do Estado Social, tornando-o num Estado Penal de moralização dos beneficiários, relega-se a sua integração às intenções do mercado do trabalho, desistindo da sua integração social. Esta primeira tentativa de transferência de *welfare* para *workfare* é elaborada com a proposta do «Tributo Solidário» e é apresentada na Assembleia da República pelo PSD. A ideia principal desta proposta «radica no princípio de que quem é ajudado pelo Estado deve retribuir essa benesse, e não viver à conta dos contribuintes»¹³⁸. O relator da proposta, Pedro Passo Coelho, diz que os beneficiários do RSI «têm de desenvolver esse benefício em trabalho social ou com outra forma de retribuição à sociedade»¹³⁹. O objetivo de uma proposta com este cariz é moralizar o apoio social e os apoiados. Paulo Portas quer ir mais longe, ao propor que «o RSI seja pago em parte com géneros na educação e na saúde»¹⁴⁰.

A simbolização do *workfare* é cristalizada por Manuel Serrão que, num artigo de opinião, defende que «quem recebe o subsídio de reinserção social tem de retribuir com trabalho comunitário»¹⁴¹, já que «o cidadão que auferir rendimentos do Estado sem ter trabalho, nem emprego, tem que ser uma exceção à regra» e que os «beneficiários do subsídio de desemprego e do RSI devem prestar trabalho comunitário»¹⁴². As alterações elaboradas ao RSI introduzem um novo conceito de agregado, em que este passa «a considerar todas as pessoas que vivem em comum com o beneficiário, incluindo parentes e afins maiores» que

¹³⁵Correio da Manhã, «CDS quer vales sociais no RSI», 20/4/2010

¹³⁶Correio da Manhã, «Beneficiários do RSI deviam limpar matas», 14/8/2010

¹³⁷Jornal de Notícias, «Segurança Social reforça equipas de fiscalização», 13/2/2010.

¹³⁸Jornal de Notícias, «Passos Coelho propõe tributo solidário», 11/4/2010

¹³⁹Jornal de Notícias, «Passos Coelho propõe tributo solidário», 11/4/2010

¹⁴⁰Jornal de Notícias, «Governo aperta nas regras do rendimento mínimo», 7/5/2010

¹⁴¹Jornal de Notícias, «Dar trabalho é um bom emprego», 14/4/2010

¹⁴²Jornal de Notícias, «Passos Coelho propõe tributo solidário», 11/4/2010

estejam «em linha reta e em linha colateral até ao terceiro grau»¹⁴³, confirmando a tese da fraca implementação do Estado-Providência em Portugal, cujos mecanismos de solidariedade assentam na «Sociedade Providência», reforçando o papel da «Família Providência» (Santos, 1993; 1999; 2000).

O Público destaca que as pessoas que recebem RSI «verão as suas prestações serem reavaliadas à luz das novas regras ontem publicadas e que entram em vigor a 1 de agosto»¹⁴⁴ onde, ao contrário das regras anteriores, contam «os juros de depósitos bancários, as rendas, as pensões pagas por fundos de pensões ou os apoios ao nível da habitação social»¹⁴⁵ não era contabilizados até então. Num outro artigo, surge novamente a temática da «fraude»¹⁴⁶ no Rendimento Social de Inserção, apontado pelo seu destacado empresário moral, Paulo Portas, em que o «RSI teve 36.572 fiscalizações que detetaram 5016 irregularidades»¹⁴⁷.

Em forma de síntese, no ano de 2010 registamos 249 incidências do RSI nos três jornais, e 55 incidências de pobreza, dando continuidade ao desfasamento entre a associação do RSI à pobreza e vice-versa onde, adicionalmente, identificamos 30 interlocutores. Neste processo de continuidade, verificamos uma passagem na caracterização dos beneficiários - deixando de catalogar à toxicodependência e à prostituição – para uma caracterização de dependência em que «alimentamos ociosos, vagabundos, chefes de gang» e ainda em que «pagámos à escória da sociedade»¹⁴⁸. A violência da etiquetagem intensifica-se, quando a imprensa, em tom de denúncia, diz que «presos têm rendimento mínimo»¹⁴⁹ e que o «Estado dá rendimento mínimo a reclusos»¹⁵⁰. A este processo junta-se a caracterização de parasitário, em que os beneficiários do RSI «vive[m] à custa do sistema»¹⁵¹, em que alguns têm «bens de luxo incompatíveis com os rendimentos».¹⁵² Colmatando isto, em 2010 reforça-se a etiquetagem do RSI aos bairros sociais e a todos os seus focos problemáticos, quando numa notícia se destaca que «90% dos moradores da Quinta da Fonte recebe subsídio»¹⁵³, associando a medida diretamente ao tráfico de drogas, e defendendo que esta «se transformam numa indústria do abuso»¹⁵⁴. No trilho dos cenários de «abuso» e da «criminalidade», surge a ética do trabalho e a transferência do *welfare* para o *workfare*, em que é proposto que os

¹⁴³ Jornal de Notícias, «Segurança Social já pediu prova a 819 mil beneficiários», 11/9/2010.

¹⁴⁴ Público, «Apoios sociais vão acabar para famílias com mais de 100 mil euros em dinheiro e ações», 17/6/2010

¹⁴⁵ Público, «Apoios sociais vão acabar para famílias com mais de 100 mil euros em dinheiro e ações», 17/6/2010

¹⁴⁶ Público, «CDS vai propor regras mais apertadas na atribuição de bónus aos gestores públicos», 27/4/2010

¹⁴⁷ Público, «RSI teve 36.572 fiscalizações que detetaram 5016 irregularidades», 2/2/2010

¹⁴⁸ Correio da Manhã, «O crime compensa», 7/6/2010

¹⁴⁹ Correio da Manhã, «Presos têm Rendimento Mínimo», 18/6/2010

¹⁵⁰ Correio da Manhã, «Estado dá rendimento mínima aos reclusos», 18/6/2010

¹⁵¹ Correio da Manhã, «Mais 28 mil têm rendimento mínimo», 3/1/2010

¹⁵² Correio da Manhã, «PSP desfaz fábrica de armas e pólvora», 3/9/2010

¹⁵³ Correio da Manhã, «90% dos moradores da Quinta da Fonte recebe subsídios», 16/7/2008

¹⁵⁴ Jornal de Notícias, «Portas reforça discurso contra abusos no RSI», 4/2/2010

beneficiários façam «trabalho socialmente necessário» e «deviam limpar matas»¹⁵⁵. A confirmação da substituição de uma rede social por uma rede penal, transformando o Estado-Providência em Estado-Penitência, dá-se com a confirmação do «recrutamento de 50 inspetores»¹⁵⁶ por parte da Segurança Social para fiscalizarem o RSI, em detrimento da contratação de mais assistentes sociais para fazerem o acompanhamento e a integração dos beneficiários. Assim, «uma dimensão crucial para entender a reação face ao desvio quer pelo público em geral, quer pelos agentes de controlo social, é atender à natureza da informação que é recebida acerca do comportamento em questão» (Cohen, 2002:16).

4.5. 2011: Subalternização e consolidação da ortodoxia neoliberal

No Correio da Manhã, enumeram-se um total de 4 interlocutores, em que se destacam em termos quantitativos e qualitativos Pedro Mota Soares e Paulo Portasm com 3 incidências e 2 incidências respetivamente. No caso do JN, registamos 8 interlocutores, destacando-se o Padre Jardim Moreira, Rui Rio e o Pedro Mota Soares. Os interlocutores apresentados pelo Público são 12, dando continuidade à constante heterogeneidade apresentada no Público, em que se destaca o sociólogo português, Eduardo Vítor Rodrigues.

Na reta final dos jornais analisados, o Correio da Manhã volta à caracterização de um beneficiário do RSI que «usa seringa com HIV para assaltar» e «cumpru uma pena de 12 anos de prisão»¹⁵⁷. Esta caracterização tem o efeito de extrapolação, já que para os recetores poderá ser repercutida e aplicada a todos os beneficiários do RSI. Noutro artigo, o Correio da Manhã prossegue com a mesma estratégia ao reportar que «a PSP deteve um casal que, a receber do Estado o Rendimento Social de Inserção, chefiava uma rede de tráfico de droga»¹⁵⁸. Assim, estamos muito perto de Cohen quando referiu que: «todas as sociedades possuem um conjunto de ideias acerca do que dá origem ao desvio e acerca de quem são os desviantes e tais ideias ou conceções moldam o que é feito em relação a esse comportamento. O que acontece é que nas sociedades atuais «o corpo de informação a partir do qual tais ideias são construídas é recebido invariavelmente em segunda mão. Isto é, ele chega já processado pelos mass media o que significa que a informação esteve sujeita a definições alternativas do que constitui uma “notícia” e de como ela deve ser tratada e apresentada» (Cohen, 2002:16).

A rotulação do RSI ao tráfico e consumo de drogas continua no Jornal de Notícias, ao apresentar alguém como «consumidor de cocaína, beneficiário do Rendimento Social de

¹⁵⁵ Correio da Manhã, «Beneficiários do RSI deviam limpar matas», 14/8/2010

¹⁵⁶ Jornal de Notícias, «Segurança Social reforça equipas de fiscalização», 13/2/2010.

¹⁵⁷ Correio da Manhã, «Usa seringa com HIV para assaltar», 17/1/2011

¹⁵⁸ Correio da Manhã, «Chefiar tráfico e vivem à custa do Estado», 12/7/2011

Inserção com cadastro criminal e o 12º ano de escolaridade como habilitação», apresentando-o como «o perfil do indivíduo» investigado pela «Divisão de Investigação Criminal (DIC) da PSP do Porto» Fugindo ao registo de estigmatização, o Público dá voz aos beneficiários do RSI para demonstrarem o seu quotidiano. Uma beneficiária do RSI diz que «se abrir o frigorífico não tenho nada de carne». Nessa mesma notícia, acrescenta que chegou a «vender droga» e a «prostituir-se»¹⁵⁹ para sobreviver e aludindo a uma situação de «quem desistiu de esperar pela resposta do RSI e se transformou em motorista naquelas carrinhas que à noite se abastecem de prostitutas no jardim do Marquês rumo a Paços de Ferreira, Amarante, Baião...»¹⁶⁰

O Correio da Manhã, como tem sido demonstrado ao longo deste capítulo, pauta-se pelo *exagero*, pela *distorção* e pela *simbolização* quando amplifica os números do pânico em torno do RSI ao destacar que existem «532 milhões em subsídios ilegais» e que «87% dos que receberam dinheiro em 2009 sem direito a ele não o devolveram», «327 mil portugueses vivem do subsídio»¹⁶¹; «o número de beneficiários deste apoio social disparou a um ritmo de 60 pessoas por dia»; «subida de 10718 portugueses a receberem RSI»¹⁶² que assim amontoam para a «lista de irregularidades liderada por Rendimento Social de Inserção»¹⁶³. A própria linguagem utilizada é ideológica, ao relatar que «montantes mais elevados desses desvios diziam respeito ao subsídio de desemprego e ao RSI»¹⁶⁴.

O Jornal de Notícias regista em destaque, na primeira página, a ascensão do Estado Penal ao referir uma «Fiscalização feroz no Porto»¹⁶⁵. O Padre Jardim Moreira, numa entrevista dada ao Jornal de Notícias diz que «subsídios só em casos pontuais e para sair da miséria. Foi para isso que o RSI foi criado, mas a medida corrompeu-se». Diz ainda que os subsídios tornam as pessoas «passivas»¹⁶⁶. No Público de 2011 verificamos uma mudança de registo devido à intensificação dos impactos da crise financeira na estrutura económica portuguesa, sendo utilizada uma linguagem de cariz técnico como a «consolidação das finanças públicas», a «redução das despesas mais lentas» e «[a] Segurança Social registou um excedente de 734 milhões de euros nos primeiros oito meses do ano, mais 74 milhões do que

¹⁵⁹ Público, «Erro no formulário cortou prestação para metade», 22/3/2011

¹⁶⁰ Público, «Não posso dar de comer aos meus filhos em retroativos», 30/10/2011

¹⁶¹ Correio da Manhã, «327 mil portugueses vivem do subsídio», 25/9/2011

¹⁶² Correio da Manhã, «327 mil portugueses vivem do subsídio», 25/9/2011

¹⁶³ Correio da Manhã, «531 milhões em subsídios ilegais», 10/7/2011

¹⁶⁴ Correio da Manhã, «531 milhões em subsídios ilegais», 10/7/2011

¹⁶⁵ Jornal de Notícias, «Fiscalização feroz no Porto», 24/11/2011

¹⁶⁶ Jornal de Notícias, «RSI deve ser cortado a quem recusa ofertas de trabalho», 18/10/2011

em 2010 graças a um aumento da receita e a uma diminuição mais acentuada da despesa com prestações sociais»¹⁶⁷.

Com o intensificar da pobreza, o Público faz uma entrevista ao sociólogo Eduardo Vítor Rodrigues em que este diz que «aceder ao rendimento social de inserção é incorporar uma desvalorização que essa medida tem. Essas pessoas nunca imaginaram misturar-se com quem sempre criticaram como laxistas e fraudulentos»¹⁶⁸.

Nas propostas veiculadas pelo Correio da Manhã o «acordo assinado entre os ministros da Administração Interna, do Trabalho e da Agricultura visa os beneficiários do subsídio de desemprego e do rendimento social de inserção».¹⁶⁹ O Programa de Emergência Social é a concretização do *workfare*. Reforça o papel das instituições sociais, o que «não significa mais Estado, significa, sim, mais instituições de solidariedade social (IPSS)»¹⁷⁰, confirmando a retração do Estado-Providência e o avanço do terceiro setor. No tocante ao Jornal de Notícias, é de salientar «quem tiver depósitos bancários superiores a 100.613 euros não pode receber RSI»¹⁷¹; ou então, Rui Rio: «RSI deve ser cortado a quem recusa ofertas de trabalho»¹⁷²; Pedro Motas Soares: «cumprir metas quanto à educação e saúde dos seus filhos»; «prestar trabalho socialmente necessário para a comunidade»¹⁷³. O Público assinala: «Governo prepara nova legislação para garantir “mais justiça social na atribuição de apoios”»¹⁷⁴, consubstanciando a consolidação da ortodoxia neoliberal: redução do défice e das despesas sociais.

Em 2011, são identificadas 56 incidências que apresentam 24 interlocutores. Tal como nos anos anteriormente analisados, a etiquetagem do RSI ao desvio é extensível a 2011, dizendo que um beneficiários «usa seringa com HIV para assaltar»¹⁷⁵, incutindo o medo ao estreitar as ligações entre o RSI e o mundo do crime. Esta ligação é confirmada quando numa notícia se refere que «a PSP deteve um casal que, a receber do Estado o Rendimento Social de Inserção, chefiava uma rede de tráfico»¹⁷⁶. Adicionalmente, o tema da fraude perpetua-se em 2011, quando no meio noticioso é escrito que «532 milhões em subsídios ilegais» foram atribuídos, e que «87% dos que recebem dinheiro em 2009 sem direito a ele não o

¹⁶⁷ Público, «Défice cai menos com a recessão a consumir as receitas fiscais», 21/9/2011

¹⁶⁸ Público, «Portugueses mais pobres com Estado a acudir cada vez menos», 23/4/2011

¹⁶⁹ Correio da Manhã, «Prevenção de fogos dá emprego», 2/2/2011

¹⁷⁰ Correio da Manhã, «Governo dá 37 cêntimos por cada dia», 6/8/2011

¹⁷¹ Jornal de Notícias, «RSI acaba para 44 famílias/dia», 24/11/2011

¹⁷² Jornal de Notícias, «RSI deve ser cortado a quem recusa ofertas de trabalho», 18/10/2011

¹⁷³ Jornal de Notícias, «Pais com RSI vão ter metas para os filhos», 16/11/2011

¹⁷⁴ Público, «Segurança Social soma 500 milhões em apoios indevidos», 7/12/2011

¹⁷⁵ Correio da Manhã, «Chefiar tráfico e vivem à custa do Estado», 12/7/2011

¹⁷⁶ Correio da Manhã, «Chefiar tráfico e vivem à custa do Estado», 12/7/2011

devolveram»¹⁷⁷. A conjugação dos cenários de fraude, assaltos, toxicodependência e abusos canalizados pela imprensa escrita, estrutura a conceção que «a medida [o RSI] corrompeu-se» e torna as pessoas «passivas». A difusão deste senso comum irá justificar as medidas objetivas para a retração do Estado-Providência na articulação das políticas sociais, com a celebração de contratos com as IPSS em que o Ministro da Segurança Social clama que «não significa mais Estado, significa, sim, mais instituições de solidariedade social»¹⁷⁸. Simultaneamente à celebração de protocolos que atribuem mais responsabilidades às IPSS, verificamos um apertar das regras de acesso, amputando o carácter universal das prestações sociais. A disciplinação da medida avança, ao afirmar que o «RSI deve ser cortado a quem recusar trabalho»¹⁷⁹ e subsequentemente moralizando sobre a argumentação de “mais justiça social na atribuição de apoios”»¹⁸⁰. Ao longo do trajeto dos 5 anos analisados, o RSI tem sido descapitalizado, estigmatizado, descredibilizado e conduzindo à irrelevância, tanto no que concerne à medida como aos beneficiários.

Não podemos deixar de terminar este capítulo, considerando que o discurso abre caminho para grandes transformações. Assim, a criação de climas de desconfiança e de medo, torna-se instrumental para «a prossecução dos interesses dos que procuram uma intensificação do controlo social e de uma legitimação da desigual distribuição do poder e do bem-estar» (Innerarity, 2009; Ferreira, 2011). Gerando um clima social que exprime uma organização nas atitudes e nas expectativas, o medo é a base de legitimação de cenários catastróficos legitimando as alterações legislativas em torno de RSI, traduzindo numa aceitação da transformação do *Estado Social para o Estado Brutal* (Ferreira, 2011: 56; Wacquant: 2003).

¹⁷⁷ Correio da Manhã, «327 mil portugueses vivem do subsídio», 25/9/2011

¹⁷⁸ Correio da Manhã, «Governo dá 37 cêntimos por cada dia», 6/8/2011

¹⁷⁹ Jornal de Notícias, «RSI deve ser cortado a quem recusa ofertas de trabalho», 18/10/2011

¹⁸⁰ Público, «Segurança Social soma 500 milhões em apoios indevidos», 7/12/2011

Conclusão: *Punir os Pobres*

«O senso comum é o terrível negreiro dos espíritos»

Antonio Gramsci, 1917

-

As representações em torno do RSI – e dos seus beneficiários – têm sido fabricadas com contornos negativos, mergulhados em cenários de miséria e delinquência, circunscritos a atividades marginais em que se sublinham os «abusos» e as «fraudes». A construção das representações em torno do RSI pelos *empresários morais* – que têm um papel determinante na imposição de normas com coordenadas ideológicas em alguns casos, pelos próprios meios noticiosos – são amplificados, tornando a opinião de poucos, o senso comum de todos, dando efetividade a Bourdieu quando refere que «a dominação não é o efeito simples e direto da ação exercida por um conjunto de agentes (“a classe dominante”) investidos de poder de coação, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram nas imposições cruzadas que cada um dos dominantes, assim dominado pela estrutura do campo através do qual a dominação se exerce, sofre da parte de todos os outros» (Bourdieu, 1997:34).

Estas representações, tal como o discurso segundo o qual estas se estruturam, estão armadilhadas pelo senso-comum. Na sociedade propagou-se a noção meritocrata, segundo a qual aqueles que possuem riqueza a merecem porque trabalharam para tal, relegando assim a pobreza à condição individual, cuja saída depende da vontade exclusiva do sujeito¹⁸¹. Nesta percepção incidem algumas pré-noções e generalizações que caracterizam os beneficiários do RSI como preguiçosos e portadores de uma «dependência patológica» que resulta em desamparo moral, ameaçando valores e a ética do trabalho. Com a intensificação e proliferação dos discursos da «dependência patológica» dos beneficiários, constituindo e etiquetando um estereótipo, a reação imediata por parte do poder político é de cortar nos serviços sociais. Nesse contexto, ganha acuidade a hipótese de Bourdieu de acordo com a qual «os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (...), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração moral» (Bourdieu, 1989:10).

¹⁸¹ Esta tese encaixa na tese weberiana da ética protestante do capitalismo.

Esta estratégia bifurcada da incriminação da pobreza e de brutalização dos pobres tem por objetivo impedir a criação de um sentimento de solidariedade e a instigação de um sentimento de injustiça que seja capaz de reagir ao sistema (Bauman, 2000). A pobreza não é mais um exército de mão de obra disponível como preconizado por Marx, torna-se um destino isolado, neutralizado e destituído de poder. O senso comum é o menor denominador daquilo em que um grupo social, ou a maioria da sociedade, coletivamente acredita, rompendo assim com a estruturação de classes, e com as suas solidariedades intracategoriais que são o outro lado do conflito e da luta contra a desigualdade. Numa sociedade de classes, o senso comum em torno das representações sobre a pobreza assume uma via conservadora e preconceituosa que concilia a consciência com a injustiça e banaliza as desigualdades sociais, afanstando a possibilidade de transformação (Santos, 1989:37). Além de possuir a capacidade de vulgarizar injustiças, o senso comum reconfigura a relação de classes ao traduzir o que seria, expectavelmente, uma luta interclassista, numa luta intraclassista, endogeneizando o conflito e colocando os pobres contra os ainda mais pobres.

Wacquant refere que “desde há alguns anos ascende na Europa um desses pânicos morais capazes, pela sua dimensão e pela sua virulência, de infletir as políticas estatais e de redefinir duradouramente a fisionomia das sociedades que afeta. O seu *objeto aparente*: a “delinquência dos jovens”, as “violências urbanas”, as desordens múltiplas cujo crisol seriam os “bairros sensíveis”, e as “incivilidades” cujas vítimas principais e os primeiros culpados se supõe que são os moradores desses mesmos bairros. Convém manter entre aspas todos estes termos, porque a sua significação é tão fluída como os fenómenos que supostamente designam, e a propósito dos quais nada prova que sejam próprios dos “jovens” de certos “bairros” ou, ainda menos, “urbanos”. Todavia é assim que os vemos caracterizados um pouco por toda a parte e, mais ainda, ao mesmo tempo dir-se-ia que são óbvios. Enchem o discurso dos políticos, incham os diários e a televisão, e não faltam politólogos e sociólogos hábeis na colagem à atualidade a fim de proporem a quente esses livros de confeção rápida que, a pretexto de contrariarem as “ideias feitas”, lhes outorgam a dignidade de “factos da sociedade”, senão de categorias de análise» (2000:1).

A imprensa e as televisões atuam como amplificadores e instigadores de «pânicos morais» (Cohen, 2002) assentes na propagação do medo, edificando o imaginário em torno do RSI numa matéria indiscutível cuja objetividade do imaginário se estrutura em torno do campo das ideias do senso comum. Ao longo dos anos analisados, as representações do RSI têm oscilado e ganham dimensões heterogêneas, estando associados a diferentes conceitos chave em diferentes anos. Em 2007, a incidência do RSI na imprensa é relativamente baixo e

a sua associação com a pobreza é fortemente invisível, indicando que a leitura feita – tanto pela imprensa como pelos leitores – em torno desta política social é a de aliviar situações de pobreza, situação esta que se estende a 2008, apesar do salto dado no número de incidências do RSI na imprensa. Contudo, em 2009 dá-se uma reviravolta: o RSI começa a ser associado – e subsequentemente etiquetado – a situações de fraude, de assaltos e de injustiça. O deslocar do processo de etiquetagem da pobreza para cenários de «dependência patológica» e de «desamparo moral» é instigada pelos *empresários morais*, provenientes da direita política partidária, causando uma rutura qualitativa nas representações dominantes. Em 2009, o RSI deixa de ser associado à pobreza, ao verificarmos uma quebra no número de incidências do conceito «pobreza», transferindo o RSI para o campo da «pobreza de espírito» e para a falta de ética. Esta alteração quantitativa e qualitativa da associação do RSI deve-se à campanha legislativa para a Assembleia da República, que decorreu em 2009, onde o RSI se torna um foco noticioso sujeito ao escrutínio político, cujos empresários morais delineiam uma estratégia deliberada de endogeneizar o conflito entre os mais pobres. Com o surgimento dos primeiros sinais do impacto da crise financeira em 2009 e em 2010 na economia portuguesa, dão-se os primeiros passos para a domesticação do RSI, assente na lógica da reciprocidade, que, conjugada com as representações negativas dos beneficiários, estrutura a legitimação da passagem das políticas de *welfare* para *workfare*. Em 2011, com a intervenção da Troika em Portugal, a intensificação da crise da dívida soberana, aliada à perceção de que o RSI é uma política social que financia «ladrões» e «preguiçosos», a crise atua como catalisador de grandes transformações no Estado-Providência, que são consolidados pela imposição de uma cartilha neoliberal por parte da Troika, que é assente na redução do défice, na compressão dos salários e no corte das prestações sociais.

A amplificação e proliferação deste tipo de pânicos morais é capaz, pela sua dimensão e pela sua virulência, de legitimar a inflexão das políticas sociais e a retração da intervenção estatal, redefinindo a fisionomia do Estado Social e das sociedades (Wacquant, 2000). A etiquetagem a cenários e a comportamentos considerados de «desviantes», mas também pelo enfoque dado à «ética do trabalho» como um dos valores estruturantes da sociedade, facilita não só a descridibilização e descapitalização da prestação social, mas das políticas sociais na sua generalidade. Desta maneira, fica facilitada uma transição qualitativa da rede de segurança do Estado Providência para a montagem de uma rede disciplinar do Estado-Penitenciário, em que os serviços sociais se transformam em instrumentos de vigilância, controlo e de disciplina das «classes perigosas» que gerem sentimentos de insegurança, legitimando o reforço do Estado Penal. Apesar da fabricação das representações sociais

parecer algo irrelevante, é o elemento justificativo para os cortes à assistência social, encarada como «excessivamente generosa» para pessoas que fogem à ética do trabalho e «não querem trabalhar». A escalada deste tipo de etiquetagem intensifica o processo de desfiliação, empurrando os beneficiário do RSI, já altamente estigmatizados, para as margens da sociedade, instigando a profecia de desvio e de destruição da moralidade dominante, numa autoprofecia que, em certos casos, se confirma.

O *senso comum* e a *hegemonia* das ideias, enquanto ordenador da ideologia que agrega a sociedade têm um papel estruturante, tanto no exercício político do poder, com no uso de mecanismos imperativos (utilização de organizações e instituições formais baseadas no dualismo força-coerção) e direção ético-política e cultural. Estas representações sociais legitimam tanto as consequências visíveis que a exploração económica produz na estrutura social, como o recuo das políticas sociais e o seu subsequente desmantelamento: «o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (...), quer dizer, «uma conceção homogénea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências» (Bourdieu, 1989:9).

Atualmente, a batalha política passa, em grande parte, pela conquista da opinião pública como uma forma moderna de elaborar estratégias. A batalha das ideias e da hegemonia política faz-se na sociedade civil, numa guerra de posições em que os campos políticos em disputa avançam ou recuam nas trincheiras, consoante a eficácia com que imprimem as suas ideias e ganham o senso-comum para o seu respetivo campo ideológico. As ideias não vivem sem organização e a disputa pela hegemonia é uma disputa pela direção política das ideias¹⁸².

A estratégia para efetuar uma profunda reestruturação e realinhamento do Estado-Providência é descredibilizar o RSI tanto ao nível da sua implementação - ao demonstrar que os beneficiários do RSI são «maus pobres» e não mercedores do apoio do Estado – como ao nível económico, ao apresentar a medida como um gasto excessivo. A estratégia é descredibilizar e punir, e o discurso em torno do RSI torna-se fulcral e determinante, abrindo o caminho para um declínio do estado social e para a ascensão do estado brutal. Por isso, «é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os «sistemas simbólicos» cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre

¹⁸² Gramsci vai buscar o conceito de hegemonia a Lenine que a definia como direção política.

outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados» (Bourdieu, 1989:11). A gestão do medo e da *tolerância zero* em torno do RSI torna-se uma questão da maior importância porque é uma questão de poder e legitimação, que ganha uma crescente expressão no espaço político para transformar o Estado-Providência em Estado-Penitência. É precisamente por isso que é preciso questioná-la, sendo o exercício feito nesta dissertação uma primeira incursão nesse sentido.

Referências Bibliográficas

Livros e capítulos de livros

ALTHUSSER, Louis (1971) - *Pour Marx*. Paris: Maspero.

AZEVEDO, José (1998) - Metodologias qualitativas : análise do discurso. In ESTEVES, António; AZEVEDO, José, eds. - *Metodologias qualitativas para as ciências sociais*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 107-114.

BAKHTIN, M. M. ; MEDVEDEV, P. N. (1991 [1928]) - *The formal method in literary scholarship: a critical introduction to sociological poetics*. Baltimore/London, Johns Hopkins Press.

BATISTA, Isabel e Jorge Cabrita (2009) - *Portugal Regimes de Rendimento Mínimo. Um Estudo das Políticas Nacionais*. Lisboa: CESIS.

BAUMAN, Zygmunt (2000) - *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

BAUMAN, Zygmunt (1998) - *Globalization: The Human Consequences*. New York: Columbia University Press.

BECKER, Howard S. (2008) - *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar.

BERELSON, Bernard R.; LASSWELL, Harold; MCPHEE (1948) - *Voting*. Chicago: University of Chicago Press.

BERELSON, Bernard (1952) - *Content Analysis. Communication. Research*. Glencoe, Illinois: The Free Press.

BERGER, Peter L., LUCKMANN Thomas (1999) - *A construção social da realidade*. Lisboa: Dinalivro.

BEVERIDGE, William Henry (1948) - *Voluntary action, a report on methods of social advance*. Londres: G. Allen & Unwin.

BHASKAR, Roy (1989) - *Reclaiming Reality: A Critical Introduction to Contemporary Philosophy*. London: Taylor & Francis.

BOURDIEU, Pierre (1997) – *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Oeiras: Celta Editora.

BOURDIEU, Pierre (1994) – *O que falar quer dizer. A economia das trocas linguísticas*. Lisboa: Difel.

BOURDIEU, Pierre, dir. (1993) - *La misère du monde*. Paris: Editions du Seuil. 947 p. ISBN 2020196743, 9782020196741.

BOURDIEU, Pierre (1989) – *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel.

BOURDIEU, Pierre (1984) - *Questions de sociologie*. Paris: Les Editions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre (1979) - *La distinction. Critique sociale du judgement*. Paris: Minuit. ISBN 978-2-7073-0275-5.

BRAVO, R. Sierra (1995) – *Técnicas de investigación social. Teoria y ejercicios*. Madrid: Ed. Paraninfo.

BRYSON, Lois (1992) - *Welfare & the State*. Londres: The MacMillan Press.

CAPUCHA, Luís e GUERREIRO, Maria das Dores (coord.) (1998) - *Rendimento Mínimo Garantido estudo de acompanhamento e avaliação – relatório final*. Lisboa: CIES.

CARTWRIGHT, D. & ZANDER, A. (1953) - *Group dynamics: Research and theory*. London: Tavistock.

CASTELLS, Manuel (2002) - *A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. I.

CHAMPAGNE, Patrick (1998) - A rutura com as pré-construções espontâneas ou eruditas.
CHAMPAGNE, Patrick e Outros (eds.) - *Iniciação à Prática Sociológica*, Petrópolis, Editorial Vozes. 171-227.

CHAMPAGNE, Patrick (1993) - La vision médiatique, in Pierre Bourdieu (dir.), *La Misère du Monde*, Paris, Seuil, 1993, pp. 61-79.

CHOMSKY, Noam; RAMONET, Ignacio (1999) - *Cómo nos venden la moto*. Barcelona: Icaria.

COHEN, Stanley (2002) - *Folk devils and moral panics: the creation of the Mods and Rockers*. London: Routledge.

COMISSÃO EUROPEIA (2011) - *The Distributional Effects of Austerity Measures: a comparison of the six EU countries*, Direção-Geral do Emprego, Relações Laborais e Assuntos Sociais, Research Note 2/2011.

COMISSÃO EUROPEIA (1994) - *Livro Branco sobre a Política Social Europeia – Como avançar na União*. Direção-Geral do Emprego, Relações Laborais e Assuntos Sociais, COM (94) 333, de 27 de junho.

CORCUFF, Philiipe (1997) - *As Novas Sociologias*, Sintra: CRAL.

ELIAS, Norbert (1994) - *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta (1990) - *The Three Worlds Of Welfare Capitalism*. Cambridge: Polity Press.

ESTEVES, António (1998) - Metodologias qualitativas : análise documental e histórias de vida. In ESTEVES, António; AZEVEDO, José, eds. - *Metodologias qualitativas para as ciências sociais*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 83-97.

ESTEVES, António; AZEVEDO, José (eds.) (1998) - *Metodologias qualitativas para as ciências sociais*. Porto: Instituto de Sociologia da FLUP.

FAIRCLOUGH, Norman (1992) - *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.

FAIRCLOUGH, Norman (1989) - *Language and power*. New York: Longman.

FERNANDES, António Teixeira (1998) - *O Estado Democrático e a Cidadania*. Porto, Edições Afrontamento.

FERREIRA, António Casmiro (2011) – *Sociedade da Austeridade*. Lisboa, Vida Económica.

FERREIRA, Sílvia (2000) – *O papel das organizações do terceiro setor na reforma das políticas públicas de proteção social*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Mestrado em Sociologia: As Sociedades Nacionais Perante os Processos de Globalização.

FOUCAULT, Michel (1973) - *L'Ordre du discours, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*. Paris: É

GARFINKEL, Harold (1967) – *Studies in ethnomethodology*. New Jersey: Prentice-Hall.

GIDDENS, Anthony (1999) - *Para uma Terceira Via – A Renovação da Social-Democracia*. Lisboa: Editorial Presença.

GIDDENS, Anthony (1977) - *New Rules of Sociological Method. A positive critique of interpretive sociologies*. Londres: Hutchinson.

GOFFMAN, Erving (1982) - *Estigma - notas sobre a manipulação da identidade social deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.

GOODIN, Robert E. (1998) - Social Welfare as a Collective Social Responsibility. In Robert E. Goodin e David Schmidtz (orgs.) - *Social Welfare and Individual Responsibility*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 99-195.

GRAMSCI, António (2007) - *Antonio Gramsci, Selection from the Prison Notebooks*. Londres: Lawrence and Wishart.

GRAMSCI, António (1995) - *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRAMSCI, António (1988) - *A Gramsci reader: selected writings, 1916-1935*. London: Lawrence

GRICE, Paul (1975) - Logic and conversation. *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press.

GUERRA, Isabel Maria Pimentel de Carvalho (1997) - Reflexões e estratégias em torno do Rendimento Mínimo. Lisboa: ISCTE:

HABERMAS, Jurgen (1976) - *Legitimation Crisis*. London: Heinemann.

- HABERMAS, Jürgen (1999) - *Teoría de la acción comunicativa, II*. Madrid: Taurus.
- HABERMAS, Jürgen (1984) - *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- HARVEY, David (2011) – *The Enigma of Capital: and the Crises of Capitalism*. London: Profile Books.
- HESPANHA, P. (2001) - Mal-estar e Risco Social num Mundo Globalizado. Novos Problemas e Novos Desafios para a Teoria Social. Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia*, Porto: Afrontamento, pp. 163-196.
- ÍNIGUEZ RUEDA, Lupicínio; ANTAKI, Charles (1998) – Análisis del discurso. In ESTEVES, António; AZEVEDO, José, eds. - *Metodologias qualitativas para as ciências sociais*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 133-155.
- ÍNIGUEZ, RUEDA, Lupicínio; ANTAKI, C. (1993) - *El análisis del discurso en psicología social*. Boletín de Psicología, 44:57-75.
- INNERARITY, Daniel (2006) - *El Nuevo Espacio Público*. Madrid: Espasa Calpe.
- KALCELNIK, Z. (1985) - A circuncisão de uma família judia: um estudo de desvio social. VELHO, G. (org.) - *Desvio e Divergência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- KITSUSE, John (1962) - *Societal reaction to deviant behaviour*. Social Problems Journal.
- KRIPPENDORFF, Klaus (2003) - *Content analysis: an introduction to its methodology*. London: SAGE.
- KUHN, Thomas (2000) – *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspetiva.
- LANGSHAW, John (1962) - *How to do things with words*. Austin: Clarendon Press.
- LASSWELL, Harold (1927) – *Propaganda technique in the world war*. Michigan: University of Michigan.

LEAL, António da Silva (1998) - *Temas de Segurança Social*. Lisboa: União das Mutualidades Portuguesas.

LOURENÇO, Maria dos Prazeres (2005) - *Pobreza e exclusão social e políticas sociais em Portugal. Uma análise de políticas sociais na relação com a pobreza*. Lisboa: Direção Geral da Segurança Social.

MARTIN, Claude (1997) - Social Welfare and the Family in Southern Europe. In MOORE, Stephen (1988) - *Investigating Deviance*. Londres: Unwin Hymann.

MARTINS, Moisés Lemos (1998) - A análise retórico-argumentativa do discurso. In ESTEVES, António; AZEVEDO, José, eds. - *Metodologias qualitativas para as ciências sociais*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 115-132.

MENDES, Livia Medeiros (2005) - *Do padrão ouro a Bretton Woods: algumas considerações*. Brasília: Universidade de Brasília.

MESQUITA, Mário; REBELO, José (orgs.), (1994) - *O 25 de abril nos media internacionais*. Edições Afrontamento: Porto.

MIDGLEY, James (1997) - *Social Welfare in Global Context*. Londres: Sage.

MILLS, Wright (1981) - *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MISHRA, Ramesh (1995) - *O Estado-Providência na Sociedade Capitalista*. Oeiras: Celta.

NEVES, Ilídio (1996) - *Direito da Segurança Social, Princípios Fundamentais - uma Análise Prospetiva*. Coimbra: Coimbra Editora.

O'BRIEN, Martin e Sue Penna (1998) - *Theorising Welfare - Enlightenment and Modern Society*. Londres: Sage.

OCDE (2011) - *Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising*. Paris: OECD Publications and Information Center.

OCDE (1998) - *OECD Economic Surveys 1998 – Portugal*. Paris: OECD Publications and Information Center.

OSBORNE, David e Ted Gaebler, (1992) - *Reinventing Government: How the Entrepreneurial Spirit is Transforming the Public Setor From Schoolhouse to Statehouse, City Hall to the Pentagon*. Reading, MA: Addison-Wesley.

PARKER, I. (1992) - *Discourse dynamics: critical Analysis for social and individual psychology*. London: Routledge.

PARSONS, Talcott (1951) - *The Social System*. New York: The Free Press of Glencoe.

PAUGAM, Serge (1991) - *La Disqualification Sociale*. Essai sur la Nouvelle Pauvreté. Paris: PUF.

PEREIRINHA, José A. (1997) - *Welfare States and Anti-Poverty Regimes: The Case of Portugal*. In RHODES, Martin (org.) - *Southern European Welfare States: Between Crisis and Reform*. Londres: Routledge. pp. 198-218.

PIERSON, Christopher (1991) - *Beyond The Welfare State? The New Political Economy Of Welfare*. University Park, Pa: Pennsylvania State University Press.

PINTO, José Madureira (1994) - *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

RANCI, Costanzo (1995) - The third setor in welfare policies in Italy: the contradictions of a protected market. *Voluntas*, 5(3), 247-271.

RHODES, Martin (org.) - *Southern European Welfare States: Between Crisis and Reform*. Londres: Routledge. pp. 23-41.

RODRIGUES, C.F. (2004) - *The Redistributive Impact of the Guaranteed Minimum Income Programme in Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Economics Department, Working Paper 09/2004.

RODRIGUES, Eduardo Vítor (2010) - *Escassos Caminhos: os Processos de Imobilização Social dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção*. Porto: Afrontamento.

SAID, Edward W. (2003) - *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2000a) - *The Welfare State in Portugal: between Conflicting Globalizations*. Coimbra: Oficina do CES, 140.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1999) - *A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado*. Coimbra: Oficina do CES, 134.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1993) - *O Estado e as relações salariais e o bem-estar na semiperiferia*. In Boaventura de Sousa Santos (org.) - *Portugal: um Retrato Singular*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1990) - *Um discurso sobre as ciências*. Porto, Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1989) - *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Edições Graal.

SARTORI, Giovanni (2006) - *Homo videns: La sociedad teledirigida*. Madrid: Punto de Lectura.

SEARLE, John R. (1969) - *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press.

SEDAS NUNES, Adérito (1981) - *Sobre o Problema do Conhecimento das Ciências Sociais: Materiais de uma Experiência Pedagógica*. Lisboa: Gabinete de Investigação Social.

SILVA, Augusto Santos (1986) - A rutura com o senso comum nas ciências sociais. SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs.) - *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Afrontamento. p. 29-53.

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (1986) - Uma visão global sobre as Ciências Sociais. SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs.) - *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Afrontamento. p. 9-27.

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (1986) (orgs.) - *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Afrontamento.

SIMMEL, Georg (1998) - *Les Pauvres*. Paris: P.U.F.

SMITH, Steven Rathgeb e Michael Lipsky (1993) - *Nonprofits for Hire: The Welfare State in the Age of Contracting*. Londres: Harvard University Press.

SOMERS, Margaret R. (2008) - *Genealogies of Citizenship: Markets, Statelessness and the Right to Have Rights*. Cambridge, Cambridge University Press.

STANDING, G. (1999) - *Global Labour Flexibility: Seeking distributive justice*. Londres: MacMillan Press.

VALA, Jorge (1986) - A Análise de conteúdo. Silva, A Santos; Pinto, J Madureira (orgs.) - *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Afrontamento.

VAN DIJK, Jan A. G. M. (2005) - *The deepening divide: inequality in the information society*. London: SAGE.

WACQUANT, Loïc (2003) – *Punir os pobres – a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Revan.

WACQUANT, Loïc (2000) - *As prisões da miséria*. Oeiras: Celta Editoea.

WILLEY, Malcolm M. (1926) - *The Country Newspaper: a study of socialization and newspaper content*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

XIBERRAS, Martine (1996) - *As teorias da Exclusão: Para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Edições Instituto Piaget.

Artigos e conferências

CHAMPAGNE, Patrick (1991) - La construction médiatique des «malaises sociaux», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 90, 1991, pp. 64-75.

DEZALAY, Yves & GARTH, Bryant (1998) – *Le “Washington Consensus”*, in *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 121-122, Mars 1998, pp. 3-2§2.

ESTIVILL, Jordi (2000) - *Una Perspetiva desde el Sur: Colores Distintos para un Mismo Mosaico Europeo*. Comunicação apresentada no Seminário Políticas e Instrumentos de

Combate à Pobreza da União Europeia: a garantia de um rendimento mínimo, Organizado pela Presidência Portuguesa da União Europeia, Almancil, 1 e 2 de fevereiro de 2000.

FERNANDES, António Teixeira (1992) - Espaço social e suas representações. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. II, Série I. pp. 61-99.

FERNANDES, António Teixeira (1991) – “Formas e mecanismos de exclusão social”, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*. vol. I. Série I. p. 9-66.

FERRERA, Maurizio (1996) - The 'Southern Model' of Welfare in Social Europe. *Journal of European Social Policy*. 6 (1), 17-37.

GOUGH, Ian (2000) - *From Welfare to Workfare: Social Integration of Forced Labour?*. Comunicação apresentada no Seminário Políticas e Instrumentos de Combate à Pobreza da União Europeia: a garantia de um rendimento mínimo, Organizado pela Presidência Portuguesa da União Europeia, Almancil, 1 a 2 de fevereiro de 2000.

GUERRA, Paula (2002) - Cenários portuenses de insegurança. Contributos do interaccionismo simbólico para uma análise da construção mediática do desvio. *História - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. III Série, Vol. 3 (2002) 125-159.

JESSOP, Bob (1993) - Toward a Schumpeterian Workfare State? Preliminary Remarks on Post-Fordist Political Economy. *Studies in Political Economy*. 40. pp.7-39.

PINTO, José Madureira - (1985) – Questões de metodologia sociológica III. *Cadernos de Ciências Sociais*. 3 (Jun.1985) 133-156.

PINTO, José Madureira - (1984)– Questões de metodologia sociológica I. *Cadernos de Ciências Sociais*. 1 (Jun. 1984) 5-42.

PINTO, José Madureira (1976) - Ideologias: inventário crítico dum conceito (I). *Análise Social*. vol. XII (45), 1976-1.º. p.127-152.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2000b) - *Contexto e Princípios de uma Discussão Sobre as Políticas Sociais em Portugal*. Conferência apresentada no Seminário Europeu "Políticas e Instrumentos de Combate à Pobreza na União Europeia: A Garantia de um Rendimento Mínimo", Almancil, 1 e 2 de fevereiro.

Anexos

Anexo 1:

Interlocutores e incidências por jornal

1. Interlocutores e incidências por jornal em 2007

Interlocutor	Cargo	Incidências
Vítor Melícias	Padre da Ordem dos Franciscanos	1
Total número de incidências dos interlocutores		1

Tabela 5: Interlocutores e incidências *in* Correio da Manhã 2007

Interlocutor	Cargo	Incidências
Sérgio Andrade	Jornalista	
José Pires	Diretor do Centro de Distrital da Segurança Social da Guarda	1
Vieira da Silva	Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social	1
Idália Moniz	Secretária de Estado Adjunto e da Reabilitação	1
Jardim Moreira	Padre e Presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal	1
Isabel Jonet	Presidente do Banco Alimentar	1
Jorge Machado	Deputado do PCP	1
Total número de incidências dos interlocutores		6

Tabela 6: Interlocutores e incidências *in* Jornal de Notícias 2007

Interlocutor	Cargo	Incidências
Bragança Fernandes	Presidente da Câmara Municipal da Maia	1
Albino Pinto	Beneficiário do RSI	1
Isaura Pinto	Beneficiária do RSI	1
José Maia	Presidente da Fundação Filós	1
Francisco Nunes	Economista do ISEG	1
Miriam	Beneficiária do RSI	1
Adelaide	Beneficiária do RSI	1
Joana Pires	Coordenadora da Campanha «Pobreza Zero»	1
Farinha Rodrigues	Economista	1
João	Beneficiário do RSI	1
Sérgio Aires	Sociólogo	2
Maria do Carmo Tavares	CGTP-IN	1
Eugénio da Cruz Fonseca	Confederação Nacional da Solidariedade	1
José António Pinho	Assistente Social	1
Aldina	Beneficiária do RSI	1
Armindo	Beneficiário do RSI	1
Ana	Beneficiária do RSI	1
Patrícia Silva	Assistente Social	1
Vieira da Silva	Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social	1
Edmundo Martinho	Presidente da Comissão Nacional do RSI	2
Nascimento Rodrigues	Provedor da Justiça	1
Total número de incidências dos interlocutores		23

Tabela 7: Interlocutores e incidências *in* Público 2007

2. Interlocutores e incidências por jornal em 2008

Interlocutor	Cargo	Incidências
Edmundo Martinho	Presidente da Comissão Nacional do RSI	2
Vieira da Silva	Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social	1
Paulo Portas	Líder do CDS-PP	3
Fernando Ruas	Presidente da Câmara Municipal de Viseu	1
Manuel João Leitão	Diretor da Segurança Social de Viseu	1
José Maia	Presidente da Fundação Filós	1
Total número de incidências dos interlocutores		9

Tabela 8: Interlocutores e incidências *in* Correio da Manhã 2008

Interlocutor	Cargo	Incidências
Pedro Mota Soares	Líder Parlamentar do CDS-PP	1
Luís Pereira	Beneficiário do RSI	1
Marco António Costa	Presidente da Distrital do PSD Porto	1
Eugénio da Fonseca	Confederação Nacional de Solidariedade	1
Maria do Carmo Tavares	CGTP-IN	1
Vieira da Silva	Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social	1
Edmundo Martinho	Presidente da Comissão Nacional do RSI	2
Maria do Rosário Carneiro	Deputada do PS	1
Honório Novo	Deputado do PCP	1
Jorge Machado	Deputado do PCP	1
Luís Filipe Menezes	Presidente da Câmara Municipal de Gaia	1
Lino Maia	Presidente da Confederação Nacional de Solidariedade Social	1
Ana Gabriela Freitas	Juíza	1
Bagão Félix	Ex-Ministro da Segurança Social e do Trabalho	1
Agostinho Jardim	Presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal	1
Paulo Portas	Líder do CDS-PP	1
Total número de incidências dos interlocutores		17

Tabela 9: Interlocutores e incidências *in* Jornal de Notícias 2008

Interlocutor	Cargo	Incidências
Manuela Silva	Presidente da Comissão Nacional de Justiça e Paz	1
Ana Benavente	Socióloga, militante do PS	1
André Freire	Político	1
Martin Hirsch	Alto Comissário Francês para a Solidariedade Ativa contra Pobreza	1
Joana Matos	Assistente Social	1
Edmundo Martinho	Presidente da Comissão Nacional do RSI	2
Eugénio Cruz da Fonseca	Confederação Nacional de Solidariedade	1
Maria do Carmo Tavares	CGTP-IN	1
Vieira da Silva	Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social	1
Paulo Portas	Líder do CDS-PP	2
Pedro Mota Soares	Líder Parlamentar do CDS-PP	1
Helena Pinto	Deputada do BE	
Adão Silva	Deputado do PSD	
Total número de incidências dos interlocutores		13

Tabela 10: Interlocutores e incidências *in* Público 2008

3. Interlocutores e incidências por jornal em 2009

Interlocutor	Cargo	Incidências
Armando Esteves Pereira	Diretor Adjunto do Correio da Manhã	1
Padre Ilídio Leandro	Bispo de Viseu	1
Miguel Gonçalves	Sócio da Padaria Jamor	1
Carlos Alberto	Presidente da Associação de Comércio e da Indústria de Panificação	1
Pedro Mota Soares	Deputado e Líder Parlamentar do CDS-PP	2
Edmundo Martinho	Presidente da Comissão Nacional do RSI	1
Avelino Ferreira	Traficante de droga e beneficiário do RSI	1
António	Vítima de assalto de beneficiários do RSI	1
Total número de incidências dos interlocutores		9

Tabela 11: Interlocutores e incidências *in* Correio da Manhã 2009

Interlocutor	Cargo	Incidências
João Paulo	Beneficiário do RSI	1
Adolfo Maia	Beneficiário do RSI	1
Paulo Portas	Líder do CDS-PP	1
MTSS	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	1
Manuel Trindade	Proprietário de Café	1
Edmundo Martinho	Presidente da Comissão Nacional do RSI	1
João	Beneficiário do RSI	1
Isabel Jonet	Presidente do Banco Alimentar	1
Lino Maia	Presidente da Confederação Nacional de Solidariedade Social	1
Eugénio Cruz da Fonseca	Confederação Nacional de Solidariedade	1
Elisa Ferreira	Candidata do PS à Câmara do Porto	1
Francisco Louçã	Coordenador do Bloco de Esquerda	1
Total número de incidências dos interlocutores		12

Tabela 12: Interlocutores e incidências *in* Jornal de Notícias 2009

Interlocutor	Cargo	Incidências
Edmundo Martinho	Presidente da Comissão Nacional do RSI	1
Manuela Ferreira Leite	Líder do PSD	1
Paulo Portas	Líder do CDS-PP	6
Miguel Seabra	Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos	1
Pedro Mota Soares	Deputado e Líder Parlamentar do CDS-PP	1
CGTP-IN		1
Lino Maia	Presidente da Confederação Nacional de Solidariedade Social	1
Eugénio Cruz da Fonseca	Confederação Nacional de Solidariedade	1
Diogo Feio	Deputado do CDS-PP	1
José Diogo Quintela	Humorista	1
João Rebelo	Coordenadora da Campanha Legislativa do CDS-PP	1
Total número de incidências dos interlocutores		16

Tabela 13: Interlocutores e incidências *in* Público 2009

Interlocutores e incidências por jornal em 2010

Interlocutor	Cargo	Incidências
Paulo Portas	Líder do CDS-PP	4
Pedro Mota Soares	Líder Parlamentar do CDS-PP	2
Helena André	Ministra do Trabalho	2
José Maia	Presidente da Fundação Filós	1
Manuel Catarino	Jornalista do Correio da Manhã	1
Teresa Caeiro	Deputada do CDS-PP	1
Total número de incidências dos interlocutores		11

Tabela 14: Interlocutores e incidências *in* Correio da Manhã 2010

Interlocutor	Cargo	Incidências
Helena André	Ministra do Ministério do Trabalho	1
Edmundo Martinho	Presidente da Comissão Nacional do RSI	2
Manuel Serrão	Empresário, Comentador	1
Paulo Portas	Líder do CDS-PP	2
Adão Mendes	União de Sinicatos de Braga	1
Adão Silva	Deputado do PSD	1
Pedro Mota Soares	Líder Parlamentar do CDS-PP	1
MTSS		1
Eduardo Vítor Rodrigues	Sociólogo	1
Total número de incidências dos interlocutores		11

Tabela 15: Interlocutores e incidências *in* Jornal de Notícias 2010

Interlocutor	Cargo	Incidências
Pedro Passos Coelho	Líder do PSD	2
Paulo Portas	Líder do CDS-PP	2
Assunção Cristas	Deputada do CDS-PP	1
Bernardino Soares	Deputado do PCP	2
Teresa Caeiro	Deputada do CDS-PP	1
Teixeira dos Santos	Ministro das Finanças	1
Edmundo Martinho	Presidente da Comissão Nacional do RSI	2
Eduardo Vítor Rodrigues	Sociólogo	2
Ana	Beneficiária do RSI	1
Cátia	Beneficiária do RSI	1
Amílcar Correia	Jornalista do Público	1
Helena Pinto	Deputada do BE	1
Pedro Mota Soares	Líder Parlamentar do CDS-PP	1
José Amaral	Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã	1
Carlos Azevedo	Presidente da Comissão Eposcopal	1
Total número de incidências dos interlocutores		20

Tabela 16: Interlocutores e incidências *in* Público 2010

Interlocutores e incidências por jornal em 2011

Interlocutor	Cargo	Incidências
Pedro Mota Soares	Ministro da Segurança Social	3
FMI		1
Paulo Portas	Líder do CDS-PP / Ministro dos Negócios Estrangeiros	2
Dinis Seabra	Associação de Ciganos de Leiria	1
Total número de incidências dos interlocutores		7

Tabela 17: Interlocutores e incidências *in* Correio da Manhã 2011

Interlocutor	Cargo	Incidências
Joaquim Almeida	Coordenador da União de Sindicatos de Aveiro	1
Jardim Moreira	Presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal	1
Pedro Mota Soares	Ministro da Segurança Social	1
Paulo Portas	Líder do CDS-PP / Ministro dos Negócios Estrangeiros	1
Alfredo Bruto da Costa	Investigador na área da pobreza	1
Aurora Teixeira Fernandes	Economista	1
Lino Maia	Presidente da Confederação Nacional de Solidariedade Social	1
Helena André	Ministra do Ministério do Trabalho	1
Total número de incidências dos interlocutores		8

Tabela 18: Interlocutores e incidências *in* Jornal de Notícias 2011

Interlocutor	Cargo	Incidências
Elisabete	Beneficiária do RSI	1
Helena Matos	Ensaista	1
José António Pereirinha		1
Sérgio Aires	Sociólogo	1
Eduardo Vítor Rodrigues	Sociólogo	1
José António Pinho	Assistente Social	1
Eugénio Cruz da Fonseca	Confederação Nacional de Solidariedade	1
Teixeira dos Santos	Ministro das Finanças	1
Artur Penedos	Ex-deputado do PS	1
Pedro Passos Coelho	Primeiro-Ministro	1
Telmo Faira	Presidente da Câmara Municipal de Óbidos	1
António Tavares	Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto	1
Total número de incidências dos interlocutores		12

Tabela 19: Interlocutores e incidências *in* Público 2011

Anexo 2:

Constituição do *corpus* de análise

2007

Correio da Manhã

DOS SANTOS, Sandra Rodrigues, «238 milhões recuperados», in *Correio da Manhã*, 2 de março de 2007.

DOS SANTOS, Sandra Rodrigues, «Subsídios ficam a cargo do Orçamento», in *Correio da Manhã*, 14 de setembro de 2007.

NASCIMENTO, Edgar, «Portugal tem dois milhões de pobres», in *Coreio da Manhã*, 19 de outubro de 2007.

OLIVEIRA, Raquel, «Gastos com pensões sobre 6%», in *Correio da Manhã*, 9 de dezembro de 2007.

Jornal de Notícias

MOITA, Tânia, «Sem-abrigo dorme há anos na escada da Universidade», in *Jornal de Notícias*, 16 de março de 2007.

S/A, «Rendimento social aposta na inclusão ativa», in *Jornal de Notícias*, 28 de março de 2007.

MARQUES, Alexandra, «»Crianças em risco com pais menores», in *Jornal de Notícias*, 23 de maio de 2007.

INÁCIO, Alexandra, «Provedor investiga atrasos no RSI» in *Jornal de Notícias*, 19 de julho de 2007.

MARTINS, Luis, «IPSS acompanham rendimento de inserção», in *Jornal de Notícias*, 29 de julho de 2007.

NORTE, Helena, «Pobreza ameaça a classe média», in *Jornal de Notícias*, 17 de outubro de 2007.

ANDRADE, Sérgio, «165 por dia, façam o favor!», in *Jornal de Notícias*, 11 de novembro de 2007.

CRUZ, Carla, «Exclusão social move PCP», in *Jornal de Notícias*, 11 de dezembro de 2007.

Público

PEREIRA, Ana Cristina, «Isaura leva a filha no domingo ao “Santinho de Beire”», in *Público*, 14 de março de 2007.

SANCHES, Andreia, «Só metade das famílias com RSI tem planos de integração social», in *Público*, 18 de março de 2007.

PEREIRA, Ana Cristina, «Os processos “bem guardadinhos” e os pedidos de socorro em Campanhã», in *Público*, 18 de março de 2007.

SANCHES, Andreia, «Governo quer qualificar 80 mil beneficiários do Rendimento Social de Inserção até 2008», in *Público*, 28 de março de 2007.

ILVA COSTA, Sandra, «Raptada, a bebé voltou a casa e “já responde pelo nome”», in *Público*, 13 de maio de 2007.

PEREIRA, Ana Cristina, «Em três anos o Porto somou mais dez mil famílias com RSI», in *Público*, 30 de julho de 2007.

S/A, «Atendimento deteta na Maia maus-tratos a crianças», in *Público*, 13 de agosto de 2007.

PEREIRA, Ana Cristina e Sanches, Andreia, «Metade dos pobres foi capaz de mudar a sua condição social», in *Público*, 17 de outubro de 2007.

PEREIRA, Ana Cristina, «João quer ser um sucateiro mas “com muita pinta”», in *Público*, 12 de novembro de 2007.

2008

Correio da Manhã

DOS SANTOS, Sandra Rodrigues, «Mais 29 mil recebem Rendimento Social», in *Correio da Manhã*, 8 de abril de 2008.

RODRIGUES, João, «Rendas simbólicas por pagar», in *Correio da Manhã*, 16 de julho de 2008.

RAMOS, Diana e Oliveira, Raquel, «335 mil vivem do rendimento mínimo / 335 mil recebem rendimento», in *Correio da Manhã*, 25 de julho de 2008.

S/A, «Portas recupera causa» in *Correio da Manhã*, 3 de agosto de 2008.

DIAS, Ana Patrícia, «Governo exige devolução do RSI», in *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 2008.

S/A, «Paulo Portas: “Abusos”», in *Correio da Manhã*, 11 de setembro 2008.

P.H.G, «Atribuição do RSI com mais casos de irregularidades», in *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 2008.

Jornal de Notícias

PINTO, Reles, «Governo não pode fechar tudo nos mesmos locais», in *Jornal de Notícias*, 19 de janeiro de 2008.

CARDOSO, Teresa, «Barraco onde entra chuva é casa para três homens», in *Jornal de Notícias*, 4 de fevereiro de 2008.

LUZ, Carla Sofia, «Atrasos nos apoios deixa 150 mil famílias em dificuldade», in *Jornal de Notícias*, 9 de fevereiro de 2008.

ROPIO, Nuno Miguel, «Lisboa com problema “sério” de pobreza», in *Jornal de Notícias*, 27 de fevereiro de 2008.

ALVES, Virginia, «Um distrito à mercê das ajudas», in *Jornal de Notícias*, 16 de março de 2008.

BASTO, Fernando, «Perto de 30 mil beneficiários pediram apoio mais que uma vez», in *Jornal de Notícias*, 19 de maio de 2008.

MARQUES, Alexandra, «Queixas incidem sobre atrasos nos apoios sociais e erros fiscais», in *Jornal de Notícias*, 25 de maio de 2008.

SILVA, Helena Teixeira da Silva, «119 mil com rendimento de inserção», in *Jornal de Notícias*, 1 de julho de 2008.

SILVA, Helena Teixeira da, «Um terço dos beneficiários tem menos de 18 anos», in *Jornal de Notícias*, 3 de julho de 2008.

MAIA, Nuno Miguel, «Juíza chama “marginais” e “traíçoeiros” a ciganos», in *Jornal de Notícias*, 31 de julho de 2008.

SILVA, Helena Teixeira da, «PP exige conhecer números do RSI», in *Jornal de Notícias*, 4 de agosto de 2008.

MENEZES, Luís Filipe, «Não existo, logo penso», in *Jornal de Notícias*, 22 de agosto de 2008.

S/A, «Campanha virada para o passado», in *Jornal de Notícias*, 6 de setembro de 2008.

ARAÚJO, Pedro, «Atraso do RSI no Porto 46% superior à média», in *Jornal de Notícias*, 12 de outubro de 2008.

ALVES, Tiago Rodrigues, «Crise vai aumentar número de beneficiários do RSI», in *Jornal de Notícias*, 10 de novembro de 2008.

S/A, «Taxa de irregularidades baixou 60% desde 2003», in *Jornal de Notícias*, 13 de novembro de 2008.

PINTO, Eduardo, «Ciganos vivem com mais dificuldades», in *Jornal de Notícias*, 16 de dezembro de 2008.

Público

PEREIRA, Ana Cristina, «Rendimento Social de Inserção não deve ser recusado a quem está em casa-abrigo», in *Público*, 6 de fevereiro de 2008.

GOMES, Catarina, «Os homens juntam-se na tasca “a falar na vida das mulheres”», in *Público*, 11 de fevereiro de 2008.

ALMEIDA, São José, «PSD debate mudança de fundo nas suas propostas de políticas sociais», in *Público*, 14 de março de 2008.

ROCHA, João Manuel, «Fiscalização de subsídios sociais poupou 88 milhões aos Estado», in *Público*, 4 de abril de 2008.

SANCHES, Andreia, «Trabalhadores pobres precisam de recorrer ao rendimento social», in *Público*, 7 de abril de 2008.

BENAVENTE, Ana, «Sete notas de ressentido protesto», in *Público*, 20 de abril de 2008.

FREIRE, André, «Crise do capitalismo neoliberal: diagnóstico», in *Público*, 21 de abril de 2008.

ROCHA, José Manuel, «Contribuições mais baixas para apoiar contratos sem prazo», in *Público*, 23 de abril de 2008.

FARIA, Natália, «Vou desistir dos medicamentos, porque o dinheiro este mês já não chega», in *Público*, 11 de maio de 2008.

ALMEIDA, João Ramos de, «Contas da Segurança Social continuam pouco fiáveis», in *Público*, 16 de julho de 2008.

S/A, «Portas que investigar o rendimento mínimo», in *Público*, 28 de julho de 2008.

SANCHES, Andreia, «Onze mil estrangeiros têm rendimento de inserção», in *Público*, 24 de setembro de 2008.

PEREIRA, Ana Cristina, «Portugal é o aís da UE onde a pobreza mais caiu», in *Público*, 17 de outubro de 2008.

S/A, «CDS-PP quer aumentar pensões através do RSI», in *Público*, 2 de novembro de 2008.

MARUJO, António e Franco, Graça, «Grandes fortunas devem ser taxadas para apoio aos pobres», in *Público*, 14 de dezembro de 2008.

2009

Correio da Manhã

MARQUES, José Carlos, «Moradores levam 1 milhão para casa», in *Correio da Manhã*, 12 de maio de 2009.

S/A, «Família despejada por ordem judicial», in *Correio da Manhã*, 15 de maio de 2009.

RITA, Cristina, «Condenados por crime violento sem receber», in *Correio da Manhã*, 18 de agosto de 2009.

MACHADO, Henrique e Jordão, Isabel, «Ladrões violentos pagos pelo Estado», in *Correio da Manhã*, 27 de agosto de 2009.

PEREIRA, Armando Esteves, «Subsídio da preguiça», in *Correio da Manhã*, 8 de outubro de 2009.

GONÇALVES, Pedro, «Fraudes de 118 milhões no RSI», in *Correio da Manhã*, 9 de outubro de 2009.

RODRIGUES, Liliana e Teixeira, Manuela, «Morto traficante em fuga», in *Correio da Manhã*, 28 de outubro de 2009.

RAMOS, Diana, «Rendimento mínimo passa os 400 milhões», in *Correio da Manhã*, 9 de novembro de 2009.

CUNHA, Secundinho, «Só deve receber quem trabalha», 11 de novembro de 2009.

DIAS, Patrícia e Gonçalves, Pedro, «Subsídios vão ficar congelados», in *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 2009.

MALTA, João Carlos, «Padarias atacam RSI», in *Correio da Manhã*, 17 de novembro de 2009.

RAMOS, Diana, «Há descontrolo no rendimento de inserção», in *Correio da Manhã*, 23 de novembro de 2009.

Jornal de Notícias

LUZ, Carla Sofia e Vitorino, Manuel, «Há 653 prédios em mau estado na Zona Histórica», in *Jornal de Notícias*, 10 de janeiro de 2009.

FIGUEIRA, Alexandra, «Desempregados sem subsídio aumentaram no final do ano», in *Jornal de Notícias*, 21 de janeiro de 2009.

MARQUES, Alexandra, «Agressor arguido após denúncia», in *Jornal de Notícias*, 28 de janeiro de 2009.

SCHRECK, Inês, «Projeto acompanha 128 crianças negligenciadas», 31 de janeiro de 2009.

PINTO, Reis, «Um futuro incerto aos 40 anos», in *Jornal de Notícias*, 18 de fevereiro de 2009.

WATSON, Leonor Paiva, «A liberdade da rua é feia de fome e frio», in *Jornal de Notícias*, 1 de março de 2009.

S/A, «Sair do RSI é um direito das pessoas», in *Jornal de Notícias*, 17 de março de 2009.

VINHA, José, «Três irmãs retiradas por negligência», in *Jornal de Notícias*, 24 de abril de 2009.

LUZ, Carla Sofia, «Limpeza deu-lhes trabalho no feriado», in *Jornal de Notícias*, 5 de maio de 2009.

SILVA, Hugo, «Apoio para as rendas varia entre 75 e 125 euros», in *Jornal de Notícias*, 6 de junho de 2009.

COSTA, João Paulo, «Famílias matam a fome à quarta-feira», in *Jornal de Notícias*, 12 de junho de 2009.

SIMÕES, Pedro Olavo, «Sessão três em um da máquina socialista», in *Jornal de Notícias*, 20 de julho de 2009.

SILVA, Hugo, «Corridos por autoestradas», in *Jornal de Notícias*, 3 de agosto de 2009.

SILVA, Nuno, «PSP desmantela rede que traficava em festivais», in *Jornal de Notícias*, 14 de agosto de 2009.

S/A, «Paulo Portas diz que Sócrates não soube aproveitar a maioria», 7 de setembro de 2009.

SOARES, Carla, «Rui Rio promete regresso do programa Porto Feliz», in *Jornal de Notícias*, 17 de setembro de 2009.

S/A, «Segurança Social perdeu 900 milhões de euros», in *Jornal de Notícias*, 22 de setembro de 2009.

AZEVEDO, Célia Marques, «Dezoito em cada 100 pessoas são pobres», in *Jornal de Notícias*, 30 de setembro de 2009.

SOARES, Carla, «Louçã diz que só o Bloco “não se comprometeu” com o atual presidente», in *Jornal de Notícias*, 8 de outubro de 2009.

SOARES, Carla, «Mais à Direita do que o CDS», in *Jornal de Notícias*, 9 de outubro de 2010.

ALVES, Tiago Rodrigues, «Detetadas fraudes de 16,7 milhões», in *Jornal de Notícias*, 10 de outubro de 2009.

S/A, «Rendimento Social de Inserção não pode ser eterno», in *Jornal de Notícias*, 19 de outubro de 2009.

FONSECA, Carina, «Adoçar a boca aos sem-abrigo», in *Jornal de Notícias*, 25 de outubro de 2009.

CRUZ, Hermana, «Cabaz de Natal em Vila d’Este custa um euro por pessoa», in *Jornal de Notícias*, 13 de novembro de 2009.

TIAGO, Lucília, «Fisco arrecada menos 4,3 mil milhões até outubro», in *Jornal de Notícias*, 21 de novembro de 2009.

CARNEIRO, Joana, «Entre marido e mulher deve meter-se colher», in *Jornal de Notícias*, 2 de dezembro de 2009.

S/A, «Português que revelou caso de pedofilia continua desempregado», in *Jornal de Notícias*, 12 de dezembro de 2009.

SCHRECK, Inês, «Eles vivem no lado errado da cidade», in *Jornal de Notícias*, 28 de dezembro de 2009.

Público

GOMES, Margarida, «Portas afastou entendimento com PS, mas não convenceu todos», in *Público*, 18 de janeiro de 2009.

ROCHA, José Manuel, «O longo calvário do desemprego», in *Público*, 20 de fevereiro de 2009.

S/A, «Mais três mil famílias recebem subsídio», in *Público*, 16 de março de 2009.

PEREIRA, Ana Cristina, «Desejo de vingança e medo no Bairro dos Carreiros», in *Público*, 30 de março de 2009.

SILVA, Samuel, «Bloco defende aumento dos apoios do Estado no combate à crise e suspensão do regime das custas judiciais», in *Público*, 28 de abril de 2009.

S/A, «Criados 495 postos de trabalho temporário», in *Público*, 29 de abril de 2009.

BORJA-SANTOS, Romana, «Mãe das três crianças mortas concordou em entregar os outros dois filhos a instituição», in *Público*, 17 de junho de 2009.

PEDRO, Tiago Luz, «CDS quer reforma profunda no Rendimento Social de Inserção, um “financiamento à preguiça”», in *Público*, 10 de agosto de 2009.

PEREIRA, Ana Cristina, «Fátima recuperou duas famílias seis anos depois de lhe terem sido retiradas», 10 de agosto de 2009.

PEREIRA, Ana Cristina, «Aqui os reclusos brincam com os filhos numa sala VIP», in *Público*, 18 de agosto de 2009.

ALMEIDA, São José, «Segurança Social aquecem primeiro debate televisivo», in *Público*, 3 de setembro de 2009.

SIMAS, Nuno, «PSD acusa PS de tentar “assustar as pessoas”», in *Público*, 5 de setembro de 2009.

ALMEIDA, São José, «Líderes do POSD e do CDS não excluem coligação», in *Público*, 11 de setembro de 2009.

S/A, «Sócrates o mais visto, Ferreira Leita a mais regular», in *Público*, 14 de setembro de 2009.

FONTES, Filomena e Simas, Nuno, «Sondagens e caso Presto desorientam PSD», in *Público*, 18 de setembro de 2009.

FERREIRA, Lurdes, «O que une e o que separa os dois principais líderes partidários», in *Público*, 20 de setembro de 2009.

RODRIGUES, Sofia, «Demissão do principal assessor de Cavaco Silva mudou guião da campanha», in *Público*, 23 de setembro de 2009.

RODRIGUES, Sofia, «Acredito num Estado que não interfere», in *Público*, 25 de setembro de 2009.

CARVALHO, Patrícia, «Não é possível chegar a um lugar e fazer tudo de uma vez», in *Público*, 28 de setembro de 2009.

RODRIGUES, Sofia «Portas propões aos indecisos o CDS contra a “música monocórdica” do PSD», in *Público*, 29 de setembro de 2009.

RODRIGUES, Sofia, «CDS-PP vai propor correção na atualização de pensões», in *Público*, 1 de outubro de 2009.

SANCHES, Andreia, «Mais de 38 mil beneficiários do rendimento social de inserção são trabalhadores», in *Público*, 7 de outubro de 2009.

PEREIRA, Ana Cristina, «Um dia à frente da maior freguesia da Região Norte», in *Público*, 9 de outubro de 2009.

S/A, «Associações dizem que RSI não chega», in *Público*, 29 de outubro de 2009.

QUINTELA, José Diogo, «O azar dos Távora dos Almeidas», in *Público*, 22 de novembro de 2009.

GOMES, Catarina, «Muitos seropositivos ficam à porta de lares de idosos», in *Público*, 30 de novembro de 2009.

2010

Correio da Manhã

GONÇALVES, Pedro, «Mais 28 mil têm rendimento mínimo», in *Correio da Manhã*, 3 de janeiro de 2010.

OLIVEIRA, Raquel, «Portugueses recusam 58 mil empregos», in *Correio da Manhã*, 24 de março de 2010.

MAIA, José, «Abutres à espreita», in *Correio da Manhã*, 3 de abril de 2010.

RITA, Cristina, «CDS quer vales sociais no RSI», in *Correio da Manhã*, 20 de abril de 2010.

S/A, «Criminosos fora do RSI», in *Correio da Manhã*, 7 de maio de 2010.

RAMOS, Diana, «Governo vai exigir extratos bancários», in *Correio da Manhã*, 9 de maio de 2010.

CATARINO, Manuel, «O crime compensa», in *Correio da Manhã*, 7 de junho de 2010.

FONSECA, Ana Isabel e Laranjo, Tânia, «Estado dá rendimento mínimo aos reclusos», in *Correio da Manhã*, 18 de junho de 2010.

GONÇALVES, Pedro, «Anda-se de arma e RSI na mão», in *Correio da Manhã*, 25 de junho de 2010.

GONÇALVES, Pedro, «Paga-se Rendimento Mínimo a criminosos», in *Correio da Manhã*, 26 de junho de 2010.

RAMOS, Diana, «Apoios encolhem e regras apertam», in *Correio da Manhã*, 1 de agosto de 2010.

S/A, «Beneficiários do RSI deviam limpar matas», in *Correio da Manhã*, 14 de agosto de 2010.

GONÇALVES, Pedro, «Reforma média nos 397 euros», in *Correio da Manhã*, 29 de agosto de 2010.

TAVARES, João, «PSP desfaz fábrica de armas e pólvora», in *Correio da Manhã*, 3 de setembro de 2010.

OLIVEIRA, Raquel, «Segurança Social penhora 42 mil», in *Correio da Manhã*, 21 de setembro de 2010.

SARAMAGO, João, «Milhares entopem Segurança Social», in *Correio da Manhã*, 22 de setembro de 2010.

Jornal de Notícias

MARQUES, Alexandra, «CDS viabiliza OE que inclua pontos do seu programa», in *Jornal de Notícias*, 3 de janeiro de 2010.

MOTA, Isabel Teixeira da, «Governo acolhe apelo de Cavaco aceita negociar», in *Jornal de Notícias*, 6 de janeiro de 2010.

FIGUEIRA, Alexandra, «"Buraco" nas contas públicas três vezes maior que em 2008», in *Jornal de Notícias*, 21 de janeiro de 2010.

FIGUEIRA, Alexandra, «Desemprego vai continuar a subir», in *Jornal de Notícias*, 27 de janeiro de 2010.

MARQUES, Alexandra, «Sem-abrigo já estão em casa», in *Jornal de Notícias*, 1 de fevereiro de 2010.

S/A, «Fiscalização deteta 14% de irregularidades», in *Jornal de Notícias*, 3 de fevereiro de 2010.

ABREU, Carlos Rui, «Portas reforça discursos contra abusos no RSI», in *Jornal de Notícias*, 4 de fevereiro de 2010.

CRAVEIRO, Catarina, «Segurança Social reforça equipas de fiscalização», 13 de fevereiro de 2010.

SOARES, Carla, «Há mais mulheres e crianças a pedir nas ruas», in *Jornal de Notícias*, 26 de fevereiro de 2010.

SOFIA, Carla e Schreck, Inês, «Desemprego domina bairros», in *Jornal de Notícias*, 24 de março de 2010.

MARQUES, Alexandra e Soares, Carla, «Passos Coelho propõe tributo solidário», in *Jornal de Notícias*, 11 de abril de 2010.

SERRÃO, Manuel, «Dar trabalho é um bom emprego», in *Jornal de Notícias*, 14 de abril de 2010.

PINTO, Eduardo, «8554 beneficiam do rendimento mínimo», in *Jornal de Notícias*, 21 de abril de 2010.

CARDOSO, Teresa, «Um quarto da população bebe demais», in *Jornal de Notícias*, 28 de abril de 2010.

MAIA, Alfredo, «Governo aperta nas regras do rendimento mínimo», in *Jornal de Notícias*, 7 de maio de 2010.

CERQUEIRA, Nuno, «24 mil pessoas recebem RSI no distrito», in *Jornal de Notícias*, 15 de maio de 2010.

S/A, «Esquerda une-se contra tributo "tributo vergonhoso"», in *Jornal de Notícias*, 20 de maio de 2010.

LUZ, Carla Sofia, «Só 33% dos beneficiários de RSI são empregáveis», in *Jornal de Notícias*, 25 de maio de 2010.

MARQUES, Alexandre, «Apoio social e Justiça geram reclamações», in *Jornal de Notícias*, 3 de junho de 2010.

PEREIRA, Gina, «Cada vez mais crianças retiradas às famílias», in *Jornal de Notícias*, 5 de junho de 2010.

FIGUEIRA, Alexandra, «Milhares chamados a pagar dívida à Segurança Social», in *Jornal de Notícias*, 7 de junho de 2010.

S/A, «Desalojados não sabem como viver», in *Jornal de Notícias*, 10 de junho de 2010.

BRAZINHA, Sandra, «Voluntários evitam que a fome atinja 38 famílias da Bela Vista», in *Jornal de Notícias*, 16 de junho de 2010.

LIMA, Ana Paula, «Salários baixam e preços sobem», in *Jornal de Notícias*, 1 de julho de 2010.

SCHRECK, Inês, «Despejo no Lagarteiro deixará três irmãos na rua», in *Jornal de Notícias*, 4 de julho de 2010.

S/A, «Portas quer tirar RSI a criminosos», in *Jornal de Notícias*, 14 de julho de 2010.

S/A, «Beneficiários do RSI não podem recusar trabalho», in *Jornal de Notícias*, 27 de julho de 2010.

S/A, «Beneficiários obrigado a provar rendimentos», in *Jornal de Notícias*, 21 de agosto de 2010.

PEREIRA, Gina, «Segurança Social já pediu prova a 819 mil beneficiários», in *Jornal de Notícias*, 11 de setembro de 2010.

S/A, «Martinho defende prestação única nos apoios a famílias pobres», in *Jornal de Notícias*, 12 de setembro de 2010.

PEREIRA, Gina, «Mais de 43 mil já responderam», in *Jornal de Notícias*, 18 de setembro de 2010.

TIAGO, Lucília e Alves, Virgínia, «Subsídios sociais geram caos», in *Jornal de Notícias*, 24 de setembro de 2010.

S/A, «151 mil provas de rendimentos concluídas», in *Jornal de Notícias*, 29 de setembro de 2010.

FIGUEIRA, Alexandra, e Tiago, Lucília, «Um milhão com menos abono», in *Jornal de Notícias*, 1 de outubro de 2010.

FIGUEIRA, Alexandra, «Reformas levam maior fatia da Segurança Social», in *Jornal de Notícias*, 6 de outubro de 2010.

LOPES, Glória, «Só se for para ter o nome no banco», in *Jornal de Notícias*, 19 de outubro de 2010.

SILVA, Nuno, «PSP estraga negócio de tráfico a famílias do Bairro do Aleixo», in *Jornal de Notícias*, 5 de novembro de 2010.

Público

PEREIRA, Ana Cristina, «Rendimento Social de Inserção: aprender pode ajudar, mas não faz milagres», in *Público*, 9 de janeiro de 2010.

MARMELO, Jorge, «BE quer saber a razão do Lagarteiro estar sem obras há cinco anos», in *Público*, 27 de janeiro de 2010.

ALMEIDA, João Ramos de, «A crise voltou a baralhar as contas do Governo para a Segurança Social», in *Público*, 29 de janeiro de 2010.

ALMEIDA, João Ramos de, «CDS/PP viabiliza Orçamento do Estado com PEC que pode levar ao “fecho de empresas”», in *Público*, 30 de janeiro de 2010.

PEREIRA, Ana Cristina, «RSI tece 36.572 fiscalizações que detetaram 5016 irregularidades», in *Público*, 2 de fevereiro de 2010.

FARIA, Ana Rita, «O caso do Lagarteiro», in *Público*, 6 de fevereiro de 2010.

PINTO, Luísa, «Braga liderou em 2009 a lista dos distritos com mais falências», in *Público*, 15 de fevereiro de 2010.

PEREIRA, Ana Cristina, «2009 terminou com quase mais 24 mil famílias a receber RSI», in *Público*, 16 de fevereiro de 2010.

BOTELHO, Leonete, «Mais vale uma crise política que viver todos os dias em crise», in *Público*, 18 de fevereiro de 2010.

RODRIGUES, Aníbal, «Aumentou número de mulheres e de crianças sem-abrigo», in *Público*, 26 de fevereiro de 2010.

MARTINS, Raquel, «Fosso entre ricos e pobres pouco mudou», in *Público*, 5 de março de 2010.

S/A, «CDS quer reaver assiduidade dos alunos», in *Público*, 7 de março de 2010.

ALMEIDA, João Ramos de, «Direita abdica de ideias iniciais para viabilizar Orçamento do PS», in *Público*, 13 de março de 2010.

CARVALHO, Patrícia, «Há pouco tempo para fazer tudo o que ainda falta no Lagarteiro», in *Público*, 14 de abril de 2010.

RODRIGUES, Sofia, «CDS vai propor regras mais apertadas na atribuição de bónus aos gestores públicos», in *Público*, 24 de abril de 2010.

MARTINS, Raquel, «Em 10 anos, não me lembro de um ritmo tão intenso», in *Público*, 1 de maio de 2010.

RODRIGUES, Aníbal, «Aqui há mais famílias com RSI do que casas», in *Público*, 27 de maio de 2010.

CORREIA, Amílcar, «A cidade dos deslocados», in *Público*, 6 de junho de 2010.

MARTINS, Raquel, «Apoios sociais vão acabar para famílias com mais de 100 mil euros em dinheiro e ações», in *Público*, 17 de junho de 2010.

RODRIGUES, Sofia, «Cortes aos apoios sociais discutidos no Parlamento», in *Público*, 19 de junho de 2010.

MARTINS, Raquel, «Novas regras do subsídio de desemprego entram em vigor a partir de julho», in *Público*, 19 de junho de 2010.

OLIVEIRA, Maria José, «Direita recusa alargamento do CSI proposto pelo Bloco e PCP», in *Público*, 15 de julho de 2010.

BOTELHO, Leonete e Simas, Nuno, «Cortes em salários não estão na perspetiva do PSD», in *Público*, 17 de julho de 2010.

MARUJO, António, «Igreja alerta para riscos de violência por causa da crise e da desigualdade social», in *Público*, 23 de julho de 2010.

S/A, «PCP em protesto contra cortes aos apoios sociais», in *Público*, 30 de julho de 2010.

S/A, «As mais lidas», in *Público*, 15 de agosto de 2010.

S/A, «CDS-PP defende que os beneficiários do Rendimento Social de Inserção devem limpar restos de sobreiros que ex-dirigentes do partido mandaram abaixo», in *Público*, 20 de agosto de 2010.

ALVAREZ, Luciano «Leitores apertam políticos com muitas perguntas incómodas», in *Público*, 23 de agosto de 2010.

OLIVEIRA, Maria José, «PCP contesta provas de recursos através da Internet», in *Público*, 2 de setembro de 2010.

PEREIRA, Ana Cristina, «Ora agora, como é que eu tenho Internet para fazer a prova de recursos?», in *Público*, 18 de setembro de 2010.

MARTINS, Raquel, «Cartas da Segurança Social mantêm corte de apoios a quem não ceder dados bancários», in *Público*, 21 de setembro de 2011.

S/A, «Câmara da Mealhada inaugura loja de apoio a carenciados», in *Público*, 30 de setembro de 2010.

S/A, «Governo falha entrega do Orçamento amargo», in *Público*, 16 de outubro de 2010.

2011

Correio da Manhã

ALMEIDA, Hélder, «Usa seringa com HIV para assaltar», in *Correio da Manhã*, 17 de janeiro de 2011.

RAMOS, Diana, «41 mil só têm prestação mínima», in *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 2011.

S/A, «Prevenção de fogos dá emprego», in *Correio da Manhã*, 2 de fevereiro de 2011.

GANHÃO, Miguel Alexandre e Azenha, António Sérgio, «Menos 12 meses no apoio ao desemprego», in *Correio da Manhã*, 20 de abril de 2011.

S/A, «Recebe rendimento social de inserção e assaltar menor», in *Correio da Manhã*, 22 de abril de 2011.

S/A, «Taxa de pobreza cai 4,7%», in *Correio da Manhã*, 5 de maio de 2011.

GONÇALVES, Pedro, «Para abuso não pode ser», in *Correio da Manhã*, 29 de maio de 2011.

AZENHA, António Sérgio, «Desvio de 531 milhões em prestações sociais», in *Correio da Manhã*, 10 de julho de 2011.

S/A, «Chefiam tráfico e vivem à custa do Estado», in *Correio da Manhã*, 12 de julho de 2011.

SARAMAGO, João, «Governo dá 37 cêntimos por cada dia», in *Correio da Manhã*, 6 de agosto de 2011.

GONÇALVES, Pedro, «Rendimento de 350€ sem apoios», in *Correio da Manhã*, 14 de setembro de 2011.

GONÇALVES, Pedro. «Crise faz disparar subsídio social», in *Correio da Manhã*, 25 de setembro de 2011.

Jornal de Notícias

S/A, «Assaltaram prima que casou fora de clã cigano», in *Jornal de Notícias*, 14 de janeiro de 2011.

VASCONCELOS, Clara, «Corte de 50 milhões em apoios», in *Jornal de Notícias*, 21 de janeiro de 2011.

SCHRECK, Inês, «Beneficiários de RSI perdem apoio», in *Jornal de Notícias*, 31 de janeiro de 2011.

COSTA, Ana Correia, «Vítima de violência vê-se sem apoios», in *Jornal de Notícias*, 8 de fevereiro de 2011.

COSTA, Ana Correia, «Erro da Segurança Social torna mulher rica e retira-lhe apoio», in *Jornal de Notícias*, 15 de fevereiro de 2011.

S/A, «Estado cobrou mais 367 milhões de impostos», in *Jornal de Notícias*, 22 de fevereiro de 2011.

FIGUEIRA, Alexandra, «Gasto com subsídio de desemprego, RSI e abono cai a pique», in *Jornal de Notícias*, 18 de março de 2011.

S/A, «Violador condenado atacou estudante e foi detido», in *Jornal de Notícias*, 28 de abril de 2011.

COSTA, Ana Correia, «Segurança Social rejeita erros mas pagas», in *Jornal de Notícias*, 5 de maio de 2011.

ROPIO, Nuno Miguel, «Economia paralela “distorce” pobreza», in *Jornal de Notícias*, 5 de maio de 2011.

MARTINS, Paulo, «Um Estado mais magro mas com funções sociais», in *Jornal de Notícias*, 9 de maio de 2011.

S/A, «RSI não pode ser posto em causa», in *Jornal de Notícias*, 11 de maio de 2011.

ZING, Jesus, «Distrito tem 200 mil pobres e excluídos», in *Jornal de Notícias*, 12 de maio de 2011.

S/A, «Água gratuita para famílias carenciadas», in *Jornal de Notícias*, 20 de maio de 2011.

TIAGO, Lucília, «Contribuintes pagaram mais 171 euros de IRS», in *Jornal de Notícias*, 21 de maio de 2011.

VINHA, José, «Burlados por “doutor” com falsos empregos», in *Jornal de Notícias*, 27 de maio de 2011.

SIMÕES, Pedro Lavo, «As aventuras de Paulo entre direita e esquerda», in *Jornal de Notícias*, 30 de maio de 2011.

SILVA, Nuno, «Toxicodependentes dava consultas», in *Jornal de Notícias*, 23 de junho de 2011.

S/A, «Mais de mil trocam RSI por trabalho», in *Jornal de Notícias*, 1 de julho de 2011.

MOTA, Dora, «Vítima de violência dorme na rua», in *Jornal de Notícias*, 6 de julho de 2011.

MAIA, Nuno Miguel e Silva, Nuno, «Escravizam homem durante seis anos mas acabam soltos», in *Jornal de Notícias*, 14 de julho de 2011.

SIMÕES, Pedro Olavo, «Ciganos não sabiam que vão ser mudados», in *Jornal de Notícias*, 19 de agosto de 2011.

ABREU, Carlos Rui, «Morte em queda de palco motiva investigação», in *Jornal de Notícias*, 23 de agosto de 2011.

S/A, «Apoio extraordinário para pagar luz e gás natural», in *Jornal de Notícias*, 2 de setembro de 2011.

SCHRECK, Inês, «RSI deve ser cortado a quem recusa ofertas de trabalho», in *Jornal de Notícias*, 18 de outubro de 2011.

COUTINHO, Serafim, «Injustas medidas de austeridade», in *Jornal de Notícias*, 25 de outubro de 2011.

RIBEIRO, Luís Reis, «Pais com RSI vão ter metas para filhos», in *Jornal de Notícias*, 16 de novembro de 2011.

FIGUEIRA, Alexandra, «RSI acaba para 44 famílias/dia», in *Jornal de Notícias*, 24 de novembro de 2011.

PEREIRA, Gina, «Portugal é o país europeu com maior fosse entre ricos e pobres», in *Jornal de Notícias*, 6 de dezembro de 2011.

Público

CORREIA, Raquel Almeida, «Divulgação da televisão terrestre arranca hoje», in *Público*, 13 de março de 2011.

PEREIRA, Ana Cristina. «Erro no formulário cortou prestação para metade», in *Público*, 23 de março de 2011.

PEREIRA, Ana Cristina e Almeida, João Ramos de, «Portugueses mais pobres com Estado a acudir cada vez menos», in *Público*, 23 de abril de 2011.

D'ESPINEY, João, «Número de pessoas com RSI volta a subir e há menos 608 mil com abono de família», in *Público*, 30 de abril de 2011.

PEREIRA, Ana Cristina, «O homem que perdeu tudo num banco está outra vez sem dinheiro», in *Público*, 8 de maio de 2011.

BOAVENTURA, Inês, «A televisão digital chegou a Alenquer e Maria José pode continuar a ver a novela», in *Público*, 13 de maio de 2011.

FARIA, Ana Rita, «Austeridade empurra salários e consumo para queda histórica», in *Público*, 14 de maio de 2011.

SEQUEIRA, Inês «ERSE vai reforçar informação sobre novos contratos de eletricidade», in *Público*, 18 de maio de 2011.

SANCHES, Andreia, «Há instituições de solidariedade a cortar serviços e a despedir», in *Público*, 20 de maio de 2011.

FARIA, Telmo, «Pegada criativa: um conjunto de pequenos passos», in *Público*, 9 de junho de 2011.

DIAS, Carlos, «Agrupamentos de escolas de Beja recusam receber 70 crianças de etnia cigana», in *Público*, 12 de julho de 2011.

SEQUEIRA, Inês, «Governo destina cinco milhões de euros à tarifas sociais na energia», in *Público*, 3 de agosto de 2011.

SANCHES, Andreia, «Estado gere uma pequena parte das creches e lares mas quer delegar mais», in *Público*, 20 de agosto de 2011.

S/A, «A leitura dos números», in *Público*, 24 de agosto de 2011.

MARUJO, António, «Pedidos de apoio à Cáritas crescem mais de 40% num ano», in *Público*, 19 de setembro de 2011.

FARIA, Ana Rita, «Défice cai menos com a recessão a consumir as receitas fiscais», in *Público*, 21 de setembro de 2011.

MATOS, Helena, «Saiu-nos caríssimo o preço do que não tinha preço», in *Público*, 22 de setembro de 2011.

PENEDOS, Artur, «Troika não é desculpa para as “crueldades” do Governo», in *Público*, 14 de outubro de 2011.

S/A, «Salários mínimo aumentou apenas 88 euros nos últimos 37 anos», in *Público*, 16 de outubro de 2011.

FARIA, Natália, «Não posso dar de comer aos meus filhos com retroativos», in *Público*, 20 de outubro de 2011.

AVILLEZ, Maria João, «Com 16 ou 17 ministros dificilmente apresentaríamos resultados em tempo útil», in *Público*, 4 de dezembro de 2011.

CARVALHO, Paula Torres, «Segurança Social soma 500 milhões em apoios indevidos», in *Público*, 7 de dezembro de 2011.

MARMELO, Jorge, «Misericórdia não quer pagar nada pelo Hospital de Santo António», in *Público*, 11 de dezembro de 2011.

SOBRAL, Cláudia, «Segurança Social ganhou 316 milhões de euros com estrangeiros em 2010», in *Público*, 16 de dezembro de 2011.

ARAÚJO, Rita. «Cortes ilegais de prestações sociais motivam queixas na Provedoria de Justiça», in *Público*, 27 de dezembro de 2011.